

**MINAS GERAIS.
VISÃO DE
CONJUNTO E
PERSPECTIVAS**

João Antonio
de Paula





Minas Gerais. Visão de conjunto e perspectivas

JOÃO ANTONIO
DE PAULA

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputado Agostinho Patrus
Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes
1º Vice-presidente

Deputado Cristiano Silveira
2º Vice-presidente

Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º Vice-presidente

Deputado Tadeu Martins Leite
1º Secretário

Deputado Carlos Henrique
2º Secretário

Deputado Arlen Santiago
3º Secretário

Diretora de comunicação institucional
Luísa de Marilac Luna

Coordenação-geral da publicação
Daniela Santiago Mendes Menezes

Planejamento da publicação
Amanda Armond Couto Marchetti
Frederico Vieira
Pedro Souza Pinto

Pesquisa iconográfica
João Antônio de Paula

Apoio técnico
Gerência-Geral de Documentação
e Informação

SECRETARIA

Cristiano Felix dos Santos Silva
Diretor-geral

Luíza Homen Oliveira
Secretária-geral da Mesa

© Editora Scriptum, 2020

Editor

Welbert Belfort

Projeto gráfico de capa e miolo

Julio Abreu + Leonora Weissmann/ Jiló Design

Fotografias

Foto da capa: Mauro Figa

Assistente de Fotografia: Mauro Brito

Foto da folha de guarda 1

Lucas Godoy ("Canion do Peixe Tolo")

Foto da folha de guarda 2

Leo Tafuri ("MinerAll").

Revisão

Diogo da Costa Rufato

Produção editorial

Ana Clara Bastos

Silvano Moreira

Paula, João Antonio de P324m
Minas Gerais: visão de conjunto e perspectivas / João
Antonio de Paula. Belo Horizonte: Scriptum, 2020.
159p.; il.

ISBN: 978-65-88915-00-4

1. Minas Gerais – História. 2. Minas Gerais – Economia.
3. Minas Gerais – Política e Governo. 4. Minas Gerais –
Cultura. I. Título.

CDU 98(815.1)

CDD 981.51

Elaboração: Helenice Rêgo dos Santos Cunha – CRB 1461

Livraria e Editora Scriptum

Rua Fernandes Tourinho, 99

Savassi – Belo Horizonte/MG

☎ (31) 3223 1789

📞 (31) 9 9951 1789

© @scriptumsavassi

✉ editorascriptum@gmail.com

www.livrariascriptum.com.br



Sumário

APRESENTAÇÃO 9

Minas Gerais. Visão do mundo e perspectivas
AGOSTINHO PATRUS

INTRODUÇÃO 11

1. “MINAS É MUITAS. SÃO PELO MENOS, 17
VÁRIAS MINAS”

2. ECONOMIA E SOCIEDADE 39

3. FUNDAMENTOS DA POLÍTICA MINEIRA 61

4. A VIDA CULTURAL EM MINAS GERAIS 73

5. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 105

6. MAIS 300 ANOS, MAIS 350... 137
UMA AGENDA

Bibliografia 143
Sobre o autor 161



“Minas Gerais. Visão de Conjunto e Perspectivas”

DEPUTADO AGOSTINHO PATRUS

Presidente da Assembleia Legislativa
do Estado de Minas Gerais

Na comemoração dos trezentos anos de criação da Capitania de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa mineira vê despontar uma oportunidade não apenas de celebrar um relevante acontecimento histórico como, também, um momento propício à reflexão sobre as muitas perspectivas que podem e devem se abrir para o nosso Estado.

Nesse sentido, a Assembleia Legislativa promoveu, ao longo de 2020, uma programação especial, com uma série de eventos e iniciativas voltadas a enaltecer os valores, a identidade e as riquezas construídas neste período, caracterizado por uma expressiva variedade e diversidade de manifestações regionais. É essa forte e rica tradição que o Parlamento estadual anseia honrar e atualizar, a fim de contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Para enriquecer a programação especial do tricentenário, a Assembleia buscou envolver outros Poderes e instituições do Estado, com o intuito de ampliar o debate e possibilitar uma representatividade ainda mais abrangente e plural. Contamos, assim, com valiosas parcerias junto à Universidade Federal de Minas

Gerais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado e Defensoria Pública Estadual.

O livro *Minas Gerais. Visão de Conjunto e Perspectivas* é um dos pontos altos desta programação. Designado pela UFMG para escrevê-lo, tal tarefa não poderia estar em melhores mãos do que as do prestigiado estudioso João Antônio de Paula, doutor em história econômica e professor titular da UFMG. Trata-se de uma sólida e definitiva contribuição à sociedade mineira.

O trabalho do professor João Antônio de Paula tem caráter curatorial, pois norteou as iniciativas relacionadas ao tricentenário. Ao articular conhecimento histórico e riqueza de informações, demonstra como nosso Estado se tornou o que é, com sua grandeza e desafios, e todas as potencialidades contidas em nosso território, simbólicas e materiais, nas mais diversas áreas: social, econômica, política, cultural, bem como no campo da ciência, tecnologia e inovação.

Minas Gerais. Visão de Conjunto e Perspectivas abarca um repertório desde já destinado a se tornar uma referência para pesquisadores, historiadores, sociólogos, estudantes, instituições, enfim, todos os que se interessam pela história do nosso Estado.

Nesta riquíssima história, destaca-se a criação da capitania que acolheu a implantação de um pioneiro aparato institucional. Aqui, pela primeira vez no Brasil, surgem o fisco, a justiça e a polícia. Com o regime imperial e as capitanias transformadas em províncias, a atividade legislativa ganha nova face com a instalação da Assembleia Provincial, em Ouro Preto, em 1835. É a origem de nossa atual Assembleia que, desde então, vem exercendo suas responsabilidades, legislando, fiscalizando e representando mineiras e mineiros.

Importantes passagens históricas permeiam a vida do Parlamento estadual, que tem construído uma constante trajetória de abertura à participação popular, interagindo com a sociedade e promovendo novos canais de interlocução pública.

Ao longo dos tempos nos foram apresentados muitos e árduos desafios. E é exatamente durante uma grave e longa crise sanitária, com sérias consequências sociais e econômicas, que acontece o terceiro centenário de Minas Gerais. Esta pandemia sem precedentes nos une como sociedade, tanto em solidariedade às famílias devastadas pelas perdas, quanto na batalha para enfrentá-la.

É preciso, então, rogar à nossa consciência crítica e ao nosso espírito público para que possamos gerar, como contraponto, um desenvolvimento incluyente, solidário, democrático e sustentável. Para isto, faz-se necessária uma ampla mobilização, incluindo os campos político, científico, tecnológico e educacional, diante do pressuposto de defesa da saúde pública.

Ter a consciência de nosso passado, com todos os embates que levaram à construção de uma democracia voltada à justiça e à paz social, implica retomar e revitalizar o processo gerado pelos inconfidentes, com sua base iluminista e progressista, ancorada no exercício da independência e, sobremaneira, daquilo que define o nosso Estado com inequívoca precisão: a liberdade.

INTRODUÇÃO



Modo como se extrai o ouro no Rio das Velhas e nas mais partes que há rios.
Guerra dos Emboabas. 300 anos depois.

Este livro é resultado da cooperação entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Universidade Federal de Minas Gerais, que, sabedoras das responsabilidades que lhes cabem, têm procurado, na medida de suas missões, atender às legítimas solicitações da sociedade a que servem. Se essa tem sido prática costumeira das duas instituições, há momentos em que o que delas se espera, as demandas que se lhes fazem, têm o sentido da urgência e da gravidade.

A ninguém, hoje, escapa a superlativa confluência de várias e complexas crises, que incidem sobre o mundo do trabalho, sobre o meio ambiente, sobre as relações geopolíticas internacionais, sobre a vida democrática, sobre a cultura como lugar da crítica e da diversidade.

A crise atual, que é global, estrutural – econômica, ambiental, política, social, cultural – tem, no Brasil, em Minas Gerais, traduções específicas em que, aos aspectos gerais, somam-se contingências, igualmente problemáticas e desafiadoras, como é o caso das recentes tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho.

É nesse contexto que nos é dado comemorar os 300 anos de Minas Gerais. Se a data tem importância que não pode ser exagerada, pelo seu expressivo significado histórico, político, social, se há muitas fortes razões para justos júbilo e orgulho, pelo muito de meritório que tem marcado a história de Minas

Gerais, para nós, da Assembleia Legislativa e da Universidade Federal de Minas Gerais, lembrar, comemorar, celebrar, homenagear, tem de ser, também, pensar, criticar, projetar, construir, transformar. Para ficar com uma única e decisiva questão, é lembrar que Minas Gerais nunca foi, desde seus inícios, apenas mineração, que, ao contrário, Minas sempre foi diversa em seus matos, em suas águas, em suas paisagens, em sua economia – agricultura, pecuária, agroindústria, serviços –, em sua estrutura urbana, em sua vida cultural, em sua vida política, em sua vida social.

Para nós, ALMG e UFMG, comemorar os 300 anos de Minas Gerais é olhar para trás para melhor construir o que virá e contribuir para superar impasses e crônicas mazelas.

No dia 2 de dezembro de 1720 foi criada a Capitania de Minas Gerais, separada que foi da de São Paulo, que existiu entre 1709 e 2 de dezembro de 1720. O primeiro governador da capitania, Dom Lourenço de Almeida, só tomou posse no dia 18 de agosto de 1721. A criação da Capitania Independente de Minas Gerais, mediante alvará do Rei D. João V, atendeu à solicitação de autoridades do Reino, entre elas o então governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Pedro de Almeida, Conde Assumar, motivada pela necessidade de maior controle da região, Minas Gerais, que o conde de Assumar viu como “tumba da Paz”, “terra que evapora tumultos”, onde a “água exala motins”. Já em 1709, o mesmo D. João V, havia desmembrado a grande capitania que abarcava o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, criando a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, como resposta aos conflitos que foram chamados de “Guerra dos Emboabas”.

De todo modo, se é exata a data que se vai comemorar, 2 de dezembro de 2020, como marcando os 300 anos de Minas Gerais independente, a história de Minas Gerais teria outros marcos iniciais, recuando ao século XVI, com as primeiras expedições, que, a partir da foz do rio Jequitinhonha, na Bahia, penetraram o atual território mineiro. As itinerâncias, “entradas e bandeiras”, que marcaram o século XVII na América Portuguesa, resultaram na descoberta de ouro e pedras preciosas, motivando forte movimento migratório para a região das Minas, que, no final do século XVII, já contava com cerca de 30 mil habitantes.

O grande historiador mineiro, Francisco Iglésias, mostrou que é com a Capitania de Minas Gerais que, propriamente, as instituições típicas do Estado foram impostas na América Portuguesa, até então marcada pelo amplo domínio do patrimonialismo. É em Minas Gerais que o Estado se implantou pioneiramente no Brasil, como fisco, como justiça, como polícia (IGLÉSIAS, 1974).

A Capitania de Minas Gerais tem outros marcos identitários, anteriores a 1720, se o objetivo for considerar aspectos sociais, econômicos, culturais, religiosos, demográficos. Com efeito, Minas Gerais tem mais que os 300 anos que vamos comemorar, se o critério norteador for a presença humana no território, que é fato de longuíssima duração, como se sabe, desde o século XIX,

com as pesquisas do Dr. Peter Lund, e que a descoberta do crânio de “Luzia” veio confirmar.

Mas, afinal, qual o sentido que se quer dar à comemoração dos 300 anos de Minas Gerais? Ao festivo, à justa celebração tanto a ALMG quanto a UFMG querem agregar outros conteúdos, não podem não o fazer. É da natureza de uma casa legislativa e de uma escola que busquem prestigiar o interesse público, que busquem mobilizar o melhor do espírito, do ensino, da pesquisa, da experimentação, da inovação, da ação política informada para não só a compreensão da realidade, mas, sobretudo, para a sua transformação, no sentido da justiça, do bem-estar social, da sustentabilidade, da solidariedade, da democracia.

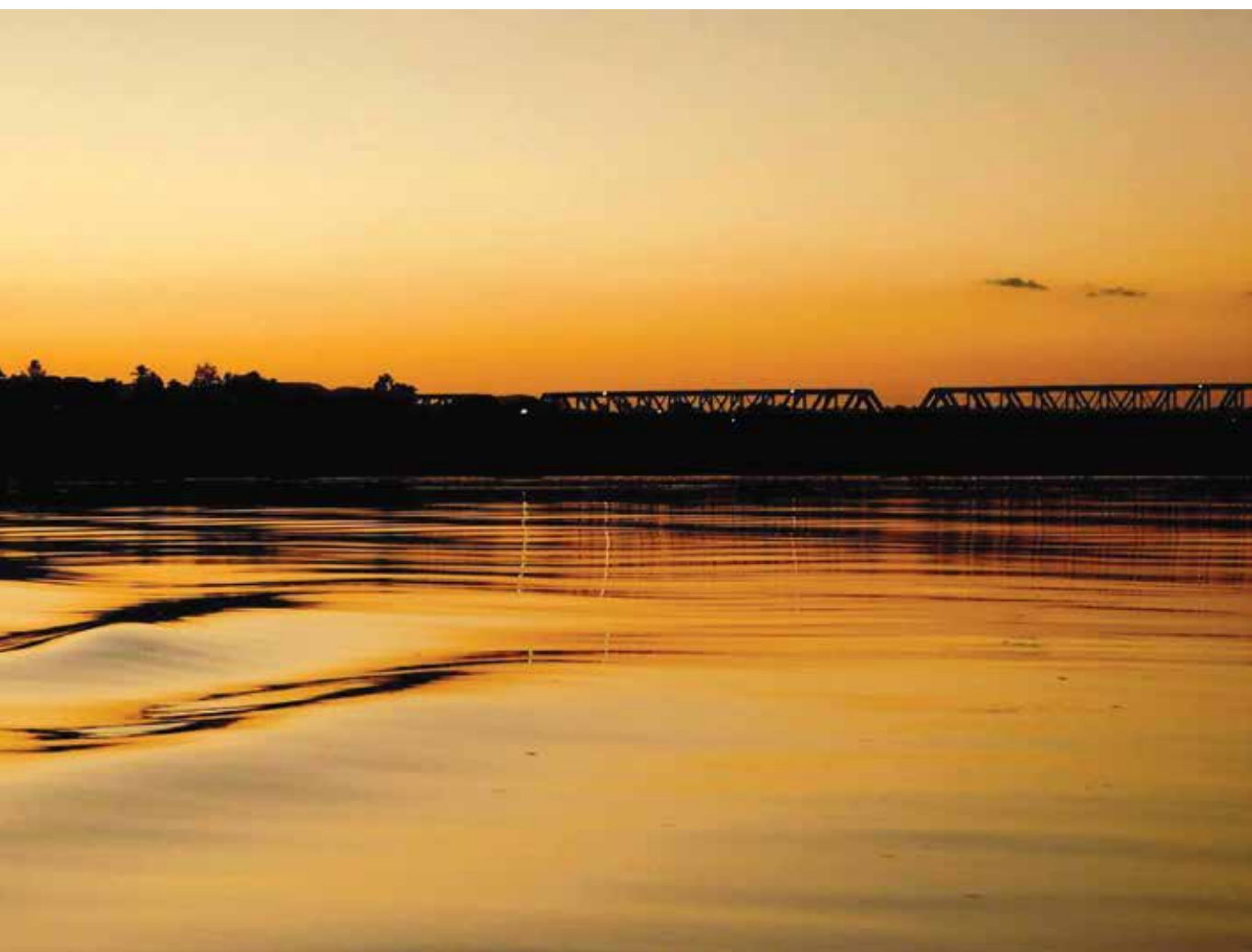


Foto: Nani Oliveira. "Ocaso do Rio São Francisco".

1.

“MINAS É
MUITAS. SÃO
PELO MENOS,
VÁRIAS MINAS”



Vista do serviço Diamantino do Monteiro do Rio Jequitinhonha.
Aquarela de Caetano Luiz de Miranda. 1803. Museu do Diamante.
Caderno do Arquivo 1, APM, 1988, p. 21.

Esta frase de Guimarães Rosa é uma síntese poderosa do estado. Muitos têm buscado fixar a fisionomia, a paisagem física e moral dos mineiros. Muitos, não sendo mineiros, viram-nos com simpatia e com tal ênfase de elogios que nos desconcertam, como é o caso de Auguste de Saint-Hilaire, de Alceu Amoroso Lima, de Franklin de Oliveira, de Otto Maria Carpeaux. Muitos têm sido os mineiros que, armados de boas referências das letras e das humanidades, lucidamente, como Eduardo Frieiro, como Aires da Mata Machado Filho, como João Camilo de Oliveira Torres, como Affonso Arinos de Mello Franco, como Fernando Correia Dias, como Fábio Lucas, como Francisco Iglésias, como Fritz Teixeira de Salles, como Sylvio de Vasconcellos, têm nos dado uma Minas em sua complexa tessitura a que não escapam nem o derrisório nem o mesquinho, que também eles frequentam a alma, como viu Henriqueta Lisboa: “A mineiridade é um fato, ninguém o desconhece. O difícil seria focalizá-lo com determinadas cores e enquadrá-lo em moldura, pois a mineiridade, como a própria vida, é muitas vezes contraditória, quando não desconexa, o que revela, sem dúvida, sua rica substância anímica.” (LISBOA, 1968, p. 74).

O mistério de Minas, o enigma de Minas, a recorrente interrogação que incessante nem se completa, nem se cancela. Deixada em suspenso, a decifração de Minas Gerais sugere enfim, e novamente, um mosaico em que cada nova tentativa

é mais um fragmento que se apõe a um todo, que só se deixa apreender se os vemos como fragmentos diversos e perfeitamente convergentes na matéria múltipla e identitária de que são feitas as realidades histórico-culturais (PAULA, 2000).

Se é o ensaísmo, sobretudo – sem descurar, é claro, as obras historiográficas ponderáveis –, que tem se debruçado sobre Minas Gerais, desde Diogo de Vasconcelos até as mais recentes contribuições da historiografia praticada nos bons programas de pós-graduação de que dispomos, que tem sido o veículo, por excelência, das tentativas de apreensão compreensiva de Minas Gerais, é na literatura, é com a memorialística, que estão algumas das mais assinaláveis tentativas de deciframento de Minas, em pelo menos quatro registros notáveis: no apelo transcendente da poesia de Alphonsus de Guimaraens e de Henriqueta Lisboa; na convocação telúrica e mítica da literatura de Guimarães Rosa; na paisagem física e humana da poesia de Dantas Motta; na síntese barroco-modernista da cultura mineira plasmada nas “memórias” de Pedro Nava; e, decisivamente, na poesia de Carlos Drummond de Andrade inextricavelmente imanente e transcendente em que a carne e o espírito, o local e o universal, em que as pedregosas estradas de Minas, em que a paisagem mineira, seus sinos roucos, suas montanhas e seus pássaros, suas gentes circunspectas, mas que queimam de indignação e remorso, de espanto e maravilhamento, são todos testemunhos de uma revelação, de uma epifania modesta cujo sentido a “máquina do mundo”, de fato, revelou e que o poeta se obstinou em recusar, porque assenhorar-se do segredo da máquina, talvez, significasse cessar a busca, que é, decisivamente, o que faz valer a vida como permanente convocação do melhor, do que efetivamente redime e emancipa. Ou ainda como bem diz José Guilherme Merquior: “O caminhante recusa o dom gracioso da máquina do mundo. Desdenha o conhecimento sobre-humano, acima das deficiências insanáveis da medida humana: o conhecimento místico, a graça e o presente de poderes mais altos que o homem. Ao recusá-lo, investe-se da condição plenamente antropocêntrica, estritamente profana, do homem moderno: não aceita nada que não esteja contido em sua própria capacidade, sem auxílio superior.” (MERQUIOR, 1965, p. 85).

De mosaico, falou-se, como também poder-se-ia convocar a ideia de polifonia para designar Minas, das várias vozes que autônomas e livres não se inclinam à padronização, ao estabelecido. Se houve o culto do classicismo, a impositação castiça, o vazo do bom gosto e do elevado, as vozes mineiras foram também atrabiliárias e iconoclastas, fesceninas e pândegas, satíricas e mordazes como é o caso, no século XIX, das obras do Padre Silvério de Paraopeba, do Padre Correia de Almeida, do Bernardo Guimarães, de *O elixir do pajé*, de *A origem do mênstruo*, de *A orgia dos duendes*. Se houve o Bernardo Pereira de Vasconcelos de 1837, do “*Regresso*”, antes houvera o mesmo Bernardo, de 1831, campeão da crítica exaltada ao Imperador. Se Minas foi a maior capitania e província escravista do Brasil, também abrigou a maior quantidade de quilombos, vários e decisivos embates entre a insurgência, em variadas motivações, e a ordem constituída.

É dessa diversidade que se vai falar aqui, dessas várias Minas que, inumeráveis, nem se perdem, nem se isolam, imantadas que são por um centro, que não sendo geográfico, mas moral, interroga-nos, a cada momento, se temos feito o que nos cabe para merecer a terra livre e bela que pode ser.

1.1 Os povos, o povo

É uma decisiva conquista de genética, da biologia contemporânea a demonstração da insubsistência do conceito de raça quando referida ao ser humano. Esta constatação é mais um instrumento na luta contra o racismo e o preconceito, que continuam vivos e fortes. Mostrar a inexistência de raças entre os humanos, que seríamos todos “igualmente diferentes” como está na feliz expressão de Sérgio Pena (PENA, 2009), é um passo importante, mas não definitivo, para a superação dos postulados de pseudociências, à moda de Gobineau, de Gumpłowicz, de H. H. Chamberlain, justificadores da opressão e da exploração colonial, do expansionismo imperialista, do “apartheid” e do genocídio.

Denunciar o racismo, denunciar a racialização de relações que são sobretudo histórico-social-culturais deve ser operação conexa à valorização da diversidade de nossas raízes formativas, da complexa trama étnico-cultural que nos forjou.

Que o Brasil, os brasileiros sejam o resultado da fusão de índios, europeus e africanos é fato que tem ensejado reações diversas: da lamentação resignada ao repúdio puro e simples, desdobrando-se em variadas estratégias de enfrentamento da questão, da busca do branqueamento até a reiteração de privilégios e da exclusão racista, passando também, decisivamente, pela mitificação do racismo no Brasil pela ampla difusão da tese de nossa democracia racial, que, apaziguadora de certa consciência culpada, reitera e confirma o que só será superado por ações concretas reparadoras da longa e infamante ignomínia social representada pela escravidão e suas consequências, ainda não de todo superadas na medida em que pesam, mais acentuadamente sobre os descendentes dos escravos, as crônicas mazelas decorrentes da interdição de processos capazes de distribuir a renda e a riqueza, de generalizar direitos sociais básicos, de estabelecer, enfim, cidadania plena para todos os brasileiros. Na ausência do que Amartya Sen e Celso Furtado chamaram de “distribuição primária da renda”, que inclui desde uma Reforma Agrária massiva até a generalização de habilitações compatíveis com o desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo, na ausência desses processos distributivos, países como o Brasil continuarão excluindo parte considerável de suas sociedades da apropriação dos frutos decorrentes dos formidáveis avanços técnico-materiais contemporâneos.

Ainda que insuficientemente, tem avançado, entre nós, a compreensão da necessidade de se superar as velhas mazelas racistas. Um capítulo importante desse processo é o reconhecimento e a valorização da diversidade de nossa



Batuque. Rugendas. *Caderno do Arquivo 1*, APM, 1988, p. 21.

formação étnico-cultural. Também aqui, estudos recentes têm obrigado a revisões importantes. Assim, para Minas Gerais, há indícios consistentes de que a história da presença humana deve ser recuada para cerca de 11 mil anos atrás quando a região da Lagoa Santa teria abrigado um grupo humano diverso dos antepassados dos atuais indígenas. Este grupo teria características morfológicas semelhantes às de africanos e de bosquímanos australianos, e parece ter chegado ao continente americano antes das migrações de povos mongoloides, antepassados dos atuais índios.

Trata-se de descoberta que obriga à revisão radical de teses até então aceitas quanto à data, quanto ao itinerário, quanto ao povo mesmo que teria habitado, pioneiramente, o território americano.

A origem desses estudos, sobre as origens do homem americano, e certos estudos fundamentais quanto à fauna e à flora primitivas de Minas Gerais devem-se ao grande naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-1880), que viveu em Minas Gerais, na região de Lagoa Santa, a partir de 1835 e a quem tanto devemos. Seus estudos e coleções são ainda hoje referências importantes para estudos arqueológicos e paleontológicos sobre Minas Gerais.

Não é caso de se traçar a evolução dos estudos arqueológicos e paleontológicos sobre Minas Gerais, o que se encontra perfeitamente realizado nos livros de André Prous, *Arqueologia brasileira* e *O Brasil antes dos brasileiros* (PROUS, 1992; 2006). Em todo caso, não será equívoco se se considerar que os estudos arqueológicos sobre Minas Gerais, grosso modo, têm três grandes fases. A primeira se confunde com a presença do Dr. Lund em Minas Gerais, no século XIX. A segunda fase foi protagonizada pelos estudos da Academia de Ciências de Minas Gerais, a partir dos anos 1930. A terceira fase, ainda em curso, teve início nos anos 1970 com os trabalhos da Missão Arqueológica Franco-Brasileira.

Nos anos 1930, a Academia de Ciências de Minas Gerais deu sequência aos estudos do Dr. Lund mediante os esforços de Aníbal Matos, Arnaldo Cathoud e Harold V. Walter. Na década de 1970, a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, liderada pela doutora Annette Laming- Emperaire, retomou as escavações na região de Lagoa Santa, encontrando importantes conjuntos de ossos humanos. Entre esses ossos identificou-se o de “um indivíduo jovem e do sexo feminino, posteriormente denominado por um de nós (WAN) de Luzia.” (...) “Diante dos dados analisados, André Prous defende uma idade entre 11,5 e 11 mil anos (possivelmente mais próximo de 11 mil anos) para os restos humanos de ‘Luzia’, o que a coloca entre os mais antigos esqueletos humanos da América, se não o mais antigo.” (NEVES; PILÓ, 2008, pp. 134 e 136).

A descoberta de “Luzia” e seu povo em Minas Gerais abriu uma agenda de novas questões sobre as origens do homem nas Américas: se “Luzia” e seu povo não são mongoloides, de onde vieram, como vieram ter nas Américas, como se

relacionaram, se se relacionaram, com os povos mongoloides antepassados dos atuais índios do continente?

Estas questões têm suscitado teses, que buscam afirmar a existência de um longo conflito entre os mongoloides e os primeiros habitantes não mongoloides, como se segue: “Em resumo, o novo quadro que se afigura parece demonstrar que os primeiros americanos, com morfologia australo-melanésica ou paleoamericana, podem ter sobrevivido até bastante tardiamente. Nesse contexto, o etnocídio provocado pela colonização européia pode ter sido o golpe final sobre uma população que já se encontrava em declínio avançado no século XVI, tendo em vista seu milenar combate com os mongolóides.” (NEVES; PILÓ, 2008, p. 313).

Não é possível exagerar seja a importância desses achados, seja o quanto eles tornam ainda mais complexa a matriz efetiva da formação do homem americano, que no caso se confunde com o homem de Lagoa Santa, com o povo de “Luzia”. Os estudos sobre os vestígios encontrados em Lagoa Santa permitem dizer que o povo de Luzia dedicava-se à caça, à coleta e à pesca, eventualmente fabricava artefatos de pedra lascada. O reconhecimento de que o povo de “Luzia” não tinha origem mongoloide foi feito pelo pesquisador da USP Walter Alves Neves, e a posterior datação de sua idade em cerca de 11 mil anos foi estabelecida pelo arqueólogo francês André Prous, que participou da Missão Arqueológica Franco-Brasileira e que é atualmente professor da UFMG. Um relato dessa descoberta encontra-se no livro de Walter Alves Neves e Luis Beethoven Piló, professor da UFMG, *O povo de Luzia* (NEVES; PILÓ, 2008).

André Prous mostrou-nos, também, que os primeiros americanos estavam longe da imagem tradicional, que os queria mentalmente atrasados. De fato, o estudo da arte desses povos pré-históricos, a arte rupestre, as esculturas em pedra, as modelagens e as pinturas em cerâmica apresentam estilos, tradições regionalmente características, o que fala de uma relação singular daqueles povos com o seu ambiente. Nas palavras de Prous: “Os objetos de arte não são realidades separadas da vida: dependem das técnicas conhecidas pelos seus autores e, sobretudo, inserem-se no cotidiano e nos rituais, sempre refletem valores da própria sociedade que os produz e consome.

“Finalmente, verificamos que não existe uma arte primitiva, mas sucessão de tendências múltiplas, por vezes mantendo-se certas tradições, por vezes ocorrendo rupturas completas.” (PROUS, 2007, p. 110).

Há ainda um elemento crescentemente importante para a afirmação da tese da precedência do povo de “Luzia” no povoamento pioneiro das Américas, que é a descoberta de vários povos – tanto na Patagônia, quanto mesmo os Botocudos, que viveram, e ainda vivem, no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e no sul da Bahia – apresentarem morfologia paleoamericana: “É possível, portanto, que, diferentemente do que foi pensado a princípio, os paleoamericanos tenham vivido na América do Sul até muito recentemente, e não apenas em áreas muito

isoladas. Pode ser que, nas regiões onde apresentavam grande densidade demográfica, eles tenham conseguido fazer frente tanto à chegada dos mongolóides quanto ao genocídio perpetrado pelos colonizadores europeus, pelo menos até o final do século XIX. Conforme já foi mencionado neste livro, a colonização européia reduziu a 5% o número original de índios das terras baixas da América do Sul.” (NEVES; PILÓ, 2008, p. 178).

Destruição em massa, mas não extermínio, que os índios sobreviveram e continuam a contribuir, decisivamente, para a nossa cultura em três aspectos decisivos, destacados por Berta Ribeiro: “o respeito, o amor e a humanização da natureza como fonte de recursos à alimentação e ao bem estar do homem e à cura de suas enfermidades” (RIBEIRO, 1987, p. 9).

Berta Ribeiro, como antes, em 1957, Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Caminhos e fronteiras* (HOLANDA, 1975), mostrou o quanto as técnicas indígenas estão na base de muito da cultura material brasileira de ontem e que ganharíamos se elas voltassem a nos inspirar: “Eficientes no manejo de seus territórios, planejadores de longo prazo, recuperando florestas e preparando solos, domesticadores de plantas, que selecionam geneticamente, organizando fazendas de caça ou protegendo lugares de pesca, os índios aparecem neste livro em toda a riqueza de seu saber.

“É um saber minucioso: talvez a marca das sociedades indígenas seja, como o filhote de elefante de Kipling, sua insaciável curiosidade: é como se amadores da diversidade nunca se contentassem com o estreitamento da percepção que parece ser um correlato da especialização agrícola. Com isso, o mundo natural indígena está muito mais povoado e mapeado do que aquele, pobre, em que nos movemos: 436 plantas usadas entre os Tiriyo, entre as quais 328 são de uso medicinal; 56 espécies de abelhas conhecidas pelos Kayapó; 137 variedades de mandioca, entre os Tukano; 20 variedades de batata-doce entre os Asurini, algumas perdidas numa fuga precipitada...” (CUNHA, 1991, pp. 5-6).

Minas Gerais terá sido habitada por mais de 100 tribos indígenas diferentes. Oiliam José, em seu *Índigenas de Minas Gerais*, lista dezenas de tribos que teriam habitado Minas Gerais (JOSÉ, 1965). O Mapa etno-histórico, de Curt Nimuendaju, registra a presença de mais de 30 tribos que teriam vivido em Minas Gerais falantes de variados grupos linguísticos, destacando-se os troncos Gê e Maxakali (NIMUENDAJU, 1981). Se é de genocídio que se trata quando se considera a história dos índios no Brasil pós-cabralino, a realidade mineira é particularmente exemplar desse fato. Restam hoje em Minas Gerais oito povos indígenas (Xucuru-Kariri; Kaxixó; Pataxó, Xakriabá; Pankararu; Aranã, Maxakali e Krenak) e cerca de 10 mil indivíduos (CAMPOS; FARIA, 2005, pp. 25 e 33). É ainda mais emblemática da histórica violência praticada contra os índios a Carta Régia, de 13 de maio de 1808, de D. João, príncipe regente, que diz: “Que desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis

considerar como principiada contra estes Índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade de minhas reais armas de maneira tal que movidos pelo justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam a vir a ser vassallos úteis (...)” (CAMPOS; FARIA, 2005, p. 28).

Poucos anos depois dessa Carta Régia, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, em viagem pelas capitanias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e fronteira de Minas Gerais, entre 1815 e 1817, estudou os Botocudos e deixou deles imagem positiva. Diz Câmara Cascudo: “Wied viveu meses no meio dos Botocudos ou viajando duma para outra maloca. Descreve-os, estuda-os, anima-os com a vitalidade de uma simpatia que não podia achar compensação material e objetiva (...) Wied contou sua decadência física, as caçadas impiedosas em que era dizimado como uma fera, a escravidão de sua família, sua morte sem remissão no seio das florestas ante a descarga das patrulhas encarregadas de ‘civilizá-lo’. Foi uma surpresa o depoimento de um príncipe estrangeiro, culto e alheio à política econômica da escravidão vermelha, repondo o selvagem em seu pedestal humano, despido dos atributos de animalidade indômita e de pureza incurável.” (CÂMARA CASCUDO, 1977, pp. 35-36).

Caçados, perseguidos por guerra implacável, iniciada há 200 anos, os Botocudos resistiram e ainda sobrevivem nos Krenaks, seus descendentes e ainda habitantes do leste mineiro. Ao se falar de índios, de sua presença na cultura brasileira, não se fala de índios mortos, de um passado morto e inerte, mas de uma rica e dinâmica vivência, permanentemente atualizada, de tal modo que falar na presença indígena, como na presença africana, como na presença dos outros povos, que nos têm formado, é falar de um processo ainda em curso (MATTOS, 2004).

Se foi ampla e diversa a presença de etnias indígenas na formação dos mineiros, é esse também o caso das raízes africanas, que nos formaram. Nelson de Senna, em *A terra mineira*, tomo segundo, 1925, em listagem, que não se pretende exaustiva, dá conta das seguintes etnias africanas levadas para Minas Gerais: Angoins, Angolas, Balantos, Bambás, Bantús, Bechnanos, Bengas, Benguéllas, Benins, Cabindas, Cacimbas, Cacondas, Carumbos, Cafres, Calabares, Congos ou Congalezes, Dahomeyânos, Egbás, Effâns, Felamins, Fôlhahs, Gêges, Ginbas, Guínés, Haussás, Kissâmos ou Quissomâns, Krumânos, Maiaúas, Maguixas, Malés, Mandingas, Manjongues, Minas, Moçambiques, Mussocongos, Monjolos, Nagôs, Quilôas, Quillêngues, Quimbundas, Sudanezes, Tápas, Yatúas, Yalôfos, Yorubás (SENNA, 1925, pp. 79-84).

Grande foi a influência das etnias e da cultura africana na formação de Minas Gerais. Minas Gerais foi a capitania com o maior número de escravos do Brasil, como continuou sendo a maior província escravista do Brasil imperial. Essa

expressiva presença de escravos, durante os séculos XVIII e XIX, não significou ausência de população livre, que ela também esteve presente fazendo da população de Minas Gerais, naqueles séculos, a maior do Brasil, posição que se manterá até os anos 1940, quando a população de São Paulo superará a de Minas Gerais. Numerosa, a população mineira, de escravos e livres, foi ocupada em variadas atividades, destacando-se a mineração, de ouro e diamantes, sem descuidar as atividades agropecuárias, as manufaturas e os serviços urbanos. Em todas essas atividades foram utilizados trabalhadores escravos africanos, base de uma tradição de artífices e profissionais reconhecidos por sua habilidade e destreza, como destacou Saint-Hilaire.

Presença forte e massiva, os africanos em Minas Gerais foram decisivos tanto em atividades diretamente produtivas, como a mineração e a metalurgia, quanto em atividades artísticas e culturais. Se é impossível não lembrar Antônio Francisco Lisboa, não se esqueça do grande Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, o grande mestre da música mineira do século XVIII, e toda uma galeria de artistas e escritores, como Manoel Inácio da Silva Alvarenga, que estão entre os grandes nomes da efetiva criação de uma cultura brasileira, pela apropriação, recriação, transformação dos diversos repertórios simbólicos que, “tocados pela mão livre do negro”, transfiguraram-se, em coisas nossas se fizeram. É isso que viu Lourival Gomes Machado quando disse: “Se o barroco europeu foi a expressão do despotismo dominador, o barroco brasileiro o foi da liberdade criadora” (MACHADO, 1973, p. 50); ou Júlio Medaglia, que escreveu, sobre a música de Lobo de Mesquita: “O contraponto era impecável, a condução das linhas instrumentais e vocais revelavam uma habilidade artesanal de alto nível; o uso do texto e da ‘Teoria dos afetos’, a qual ressaltava através de efeitos musicais o conteúdo literário, era de uma invenção e inteligência comparáveis aos mestres europeus da época; a estrutura formal era absolutamente lógica, ainda que, às vezes, diferisse de certos modelos europeus de música religiosa.” (MEDAGLIA, 1988, p. 180).

É sobre este último ponto anotado por Júlio Medaglia que convém insistir, isto é, sobre a capacidade do músico mineiro, membro da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, do Arraial do Tejuco, “confraria de crioulos, Alferes das Milícias Auxiliares”, de compor música segundo o melhor cânone europeu e ao mesmo tempo recriá-lo, para além do cânone, pela invenção do artista, que, na periferia de uma colônia periférica, ousou criar, libertar-se do modelo dominante, e assim prenunciar uma libertação, que fosse geral. É também isso que se vê naquele teto da Igreja de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, obra de Manoel da Costa Ataíde, em que uma madona negra recebe as homenagens de um coro de anjos também negros, num gesto que não deixa dúvidas quanto à reivindicação da dignidade humana para os que escravizados eram apenas as “vítimas provisórias de uma violência vil”.

Trata-se, na verdade, de invenção geral o nome da presença africana: sobre a dança e sobre a culinária, sobre a arte e o artesanato, sobre a religiosidade e sobre a afetividade, e, sobretudo, sobre a arte de resistir e contraditar, de lutar e perseverar. Minas Gerais foi, durante os séculos XVIII e XIX, a região com o maior número de quilombos do Brasil, a região em que se desenvolveram significativas práticas de alforrias e “Coartações” em que a condição escrava nunca significou passividade ou coonestação (BARBOSA, 1972; GUIMARÃES, 1988; PAIVA, 1995; 2001).

De índios e negros se falou aqui, de etnias e culturas, que elas são componentes decisivos da formação de Minas Gerais juntando-se aos europeus, portugueses inicialmente, e a outras correntes de imigrantes da Ásia e de outras regiões do mundo que têm se fixado em Minas Gerais e nos formado (MONTEIRO, 1973).

1.2 Três séculos de Minas

Foi esse o título que Francisco Iglésias deu a um seu texto, que apareceu em 1974, no Catálogo do 8º Festival de Inverno da UFMG, três séculos da vida econômica, social, política e cultural (IGLÉSIAS, 1985). Inicia-se chamando atenção para as várias e significativas implicações decorrentes da descoberta do ouro, em quantidades consideráveis, no final do século XVII, não só para Minas Gerais e para a Colônia, mas para o conjunto do Império Português. Com efeito, ao longo do século XVIII, o ouro extraído de Minas Gerais suplantou toda a produção mundial até então, tendo expressivo papel na dinamização da economia europeia no momento em que eclodia a Revolução Industrial (HOLLANDA, 1960; PINTO, 1979; PAULA, 2000).

Para Portugal, a descoberta do ouro acabou não tendo o impacto positivo, que se prenunciou, pela interposição de mecanismos comerciais lesivos aos interesses portugueses, sobretudo, em suas relações com a Inglaterra. O longo reinado de D. João V, 1706-1750, coincidiu com o mais produtivo período da produção aurífera de Minas Gerais e foi implacavelmente descrito assim pelo historiador português Oliveira Martins: “O acaso, pai sem virtudes deste filho pródigo chamado Portugal bragantino, concedeu a um tonto o uso de armas perigosas, abrindo-lhe de par em par as portas dos arsenais; e D. João V, enfatuado, corrompeu e gastou, pervertendo-se também a si e desbaratando toda a riqueza da nação. Tal foi o rei. O povo, pastoreado pelos jesuítas, beato e devasso, arreava-se agora de pompas, para assistir como convinha à festa solene do desbarato dos rendimentos do Brasil.” (OLIVEIRA MARTINS, 1913, Tomo II, p. 150).

A descoberta do ouro em Minas Gerais atraiu, para o Brasil, gente e cabedais. Em pouco tempo a terra foi povoada. De início, quase que exclusivamente voltada para a produção aurífera a economia mineira, já ao final do século XVII,

diversificou-se, entre outros motivos para enfrentar as grandes crises de abastecimento que se abateram sobre a região entre 1699 e 1701. De tal modo que, desde o início do século XVIII, a economia mineira jamais foi apenas aurífera, tendo abrigado e expandido atividades agropecuárias, manufatureiras e de serviços (COSTA FILHO, 1963; ZEMELLA, 1990; MENEZES, 2000).

É importante notar que o ouro incrementou e dinamizou a economia mineira em vários e decisivos aspectos. Com efeito, é como desdobramento da itinerância das descobertas auríferas que se deram seja a rápida ocupação do território, seja a significativa rede urbana que se formou, seja a diversificação econômica e social que se seguiu.

É também como consequência, não imediata e intencional, da economia aurífera em Minas Gerais, que se deve ver a imposição efetiva do Estado no Brasil. Descoberto no final do século XVII, o ouro atraiu para a região das minas grandes contingentes humanos, que passaram a disputar espaço e poder em conflitos frequentes e dramáticos. Dois desses conflitos tiveram papel importante na disposição das autoridades portuguesas de estabelecerem controle sobre a terra das minas: em 1709, a disputa entre os pioneiros ocupantes das terras mineiras, os paulistas e os “emboabas” vindos do norte, provocou o que a historiografia chamou de “Guerra dos Emboabas” e de que resultará a separação da Capitania das Minas do Ouro e de São Paulo da capitania do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1933; GOLGHER, 1982; ROMEIRO, 2008). Em 1720, a rebelião, em que foi supliciado Filipe dos Santos, motivada pela recusa dos mineiros em aceitar as Casas de Fundição, e com isso maior controle sobre a arrecadação do imposto do quinto sobre o ouro, levou a Coroa Portuguesa a criar a Capitania de Minas Gerais e dar início à efetiva implantação do Estado no Brasil como fisco, como justiça e como polícia. Um testemunho exemplar sobre a motivação dessas medidas está no célebre Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720, texto anônimo, atribuído ao Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida. O Discurso diz, sobre Minas: “o clima é tumba da paz e berço da rebelião: a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.” (DISCURSO, 1994, p. 45). É para combater a terra que “é tumba da paz e berço da rebelião”, onde a “água exalava motins”, que “é como no inferno”, que as autoridades portuguesas mobilizaram e transplantaram para Minas Gerais seu aparato fiscal, jurídico e repressivo, superando o quadro da presença do Estado na colônia até então, que em grande medida continuava patrimonialista (IGLÉSIAS, 1974).

Em 1729 anunciou-se a descoberta dos diamantes em Minas Gerais, dando início à expansão de uma segunda atividade mineratória importante na capitania. Inicialmente deixada à livre extração, até 1740, a exploração diamantífera experimentou dois regimes sucessivos de regulamentação: o regime dos contratos (1740-1777) e a Real Extração (1770-1832), que buscaram, com sucesso bastante

mediocre, controlar a oferta e assim impedir a queda dos preços, pela intercorrência de variados mecanismos de desobediência aos interesses da Coroa (SANTOS, 1956; MATA MACHADO FILHO, 1964; FURTADO, 1996; PARRELA, 2009).

Tanto o ouro, quanto os diamantes impulsionaram um significativo processo de urbanização em Minas Gerais. Bem considerada a questão, isto é, prevenindo-se de anacronismos comprometedores, desenvolveu-se em Minas Gerais, no século XVIII, uma rede urbana, no sentido em que se constituíram e se multiplicaram núcleos urbanos relativamente densos e complexos. Mesmo que durante o período colonial Minas Gerais só tenha tido uma única cidade, com as prerrogativas que lhe são inerentes, Mariana, e ainda assim porque era sede de bispado, as vilas mineiras abrigaram instituições e relações que não tinham paralelo no quadro da América Portuguesa do ponto de vista social, político, econômico e cultural. Com efeito, é preciso ver Minas Gerais, no século XVIII, como dotada de economia dinâmica e diversificada; de sistema urbano baseado em rede de núcleos urbanos interligados; de sistema social relativamente complexo, como decorrência de diversificada divisão social, regional e técnica do trabalho em que a clivagem básica, entre trabalho livre e trabalho escravo, não expressava a realidade social da capitania seja pela diversificação das atividades, que utilizavam o trabalho escravo, seja pela existência de efetiva divisão regional do trabalho, seja pela diversidade das atividades econômicas urbanas. Se foram diversificados e complexos, nos termos em que isso é possível para a realidade do século XVIII, numa colônia periférica, de uma potência periférica, os sistemas urbano, econômico e social da capitania mineira, no referente ao sistema cultural, não há que ter receio em se afirmar que se está diante de fenômeno que transcende os constrangimentos decorrentes da condição colonial, que, em vários e decisivos aspectos, o que se produziu em Minas Gerais não se apequena quando comparado com o melhor da produção de então. É esse o caso da excepcional música de Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, é esse o caso da poesia de Cláudio Manoel da Costa e de Tomás Antônio Gonzaga, é esse, sobretudo, o caso do grande Antônio Francisco Lisboa. Contudo, o que é mais decisivo não é afirmar a excelência desses autores e suas obras, mas os reconhecer como elementos de um sistema cultural, em que os grandes nomes são possíveis, porque existem inúmeros artistas anônimos, que sem ter o brilho dos grandes expoentes são indispensáveis à sua existência.

Foi Antonio Candido, quando referindo-se à vida literária em Minas Gerais no século XVIII, que falou da existência de um “sistema literário”, composto por três instâncias: os produtores, os consumidores e os veículos, que faziam circular as obras literárias (CANDIDO, 1º vol., 1964). Amplie-se a ideia para abarcar toda a vida artística da capitania reconhecendo nela a existência de produtores de bens simbólicos, consumidores de bens simbólicos e veículos, que permitiam a circulação daqueles bens simbólicos, isto é, casas de espetáculos, como a Casa da Ópera de Ouro Preto, inaugurada em 1770, salões e outros espaços culturais que

preluciam a emergência, entre nós, da “esfera pública”, tematizado por Habermas, e sobretudo, decisivamente, as irmandades/confrarias/ordens terceiras responsáveis na capitania pela contratação dos escultores, pintores, arquitetos, cantores, músicos, cantores, artesãos e artistas.

As especificidades do clero e da vida religiosa em Minas Gerais foram destacadas em trabalhos importantes, entre outros, de autores como Diogo de Vasconcelos, Joaquim Furtado de Menezes, José Ferreira Carrato, Julita Scarano, Caio Boschi e Célia Maia Borges. Ressaltem-se aqui três pontos que ajudam a configurar a centralidade da vida religiosa em Minas Gerais na conformação da especificidade da vida sociocultural mineira: 1) o caráter laico da vida religiosa em Minas Gerais, vida religiosa em grande medida organizada pelas irmandades/confrarias/ordens terceiras; 2) a centralidade dessas instituições como veículos, por excelência, da sociabilidade na capitania no sentido em que dimensões importantes da vida social – o nascimento, o casamento, a morte, as festas, as relações de solidariedade e de auxílio mútuo – eram mediadas pelas associações religiosas leigas; 3) finalmente, aspecto discutido por Caio Boschi em seu livro *Os leigos e o poder*, não se perca de vista o caráter de instrumento de controle e poder auxiliar do Estado das associações religiosas (BOSCHI, 1986).

Episódio central da história de Minas Gerais, a Inconfidência Mineira, por sua extremada, desde a república, visibilidade por suas inequívocas ressonâncias ideológicas, pelas variadas e conversas apropriações que se lhe fazem, tem recebido tratamento historiográfico que oscilou do repúdio/denúncia (Varnhagen, Joaquim Norberto) à omissão (Capistrano de Abreu); do entusiasmo mitificador e encomiástico (Machado de Castro) à perspectiva equilibrada e compreensiva (Kenneth Maxwell, Márcio Jardim) (FURTADO, 2002).

Se é preciso reconhecer e valorizar a Inconfidência Mineira, por seus múltiplos significados, como momento de efetiva emergência da consciência e de uma prática de pertencimento, não se veja no episódio a única manifestação de mobilização e contestação política, que Minas Gerais, tanto no século XVIII, quanto no século XIX, foi palco de rebeldia, motins e conflitos, como nos mostraram Carla Maria Junho Anastasia (ANASTASIA, 1998) e Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1999).

Nesse sentido, é preciso ver a chamada Inconfidência Mineira, independente do juízo que se faça sobre sua efetividade política e social, como expressão da existência de uma realidade social suficientemente densa para se colocar a questão da ruptura com Portugal a partir de um “programa” que está longe de ser inconsistente ou ingênuo, como mostrou Afonso Arinos de Melo Franco em seu *Terra do Brasil* (FRANCO, 1939; PAULA, 1989).

Assim, é o caso de ver a Inconfidência Mineira como a anunciação da nação, que virá em 1822, que se consolidará com o Império, para cuja implantação e consolidação Minas Gerais contribuiu decisivamente, em chave conservadora, como se vê na atuação de dois grandes estadistas mineiros: com Bernardo Perei-

ra de Vasconcelos, antes e depois de sua conversão “regressista” de 1837, e com Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que liderou o “Gabinete de Conciliação”, 1883-1856, instrumento decisivo da forte centralização do poder típica do 2º Reinado. Se Minas foi com esses políticos artífice da “conciliação conservadora”, foi também com Teófilo Otoni e seu exaltado liberalismo, uma das matrizes do “progressivismo” que na República terá em João Pinheiro e Juscelino Kubitschek expoentes do processo de modernização do país.

É ainda difundida a imagem de uma Minas Gerais no século XIX, estagnada e ruralizada, em movimento de involução, quando comparado com o que prevaleceu no século XVIII. Essa imagem, sabemos hoje, não traduz a realidade da província mineira, que esteve longe de prostração ou regressão. Desde 1980, com os trabalhos de Roberto Martins, Douglas Libby, Clotilde Paiva, Robert Slenes, entre outros, sabe-se que não houve regressão econômica de Minas Gerais, senão que maior diversificação e relativa ampliação do setor agropecuário, com a expansão de atividades voltadas para mercados vicinais. Na verdade, a economia mineira no século XIX manteve-se em posição de destaque, disputando com São Paulo e Rio de Janeiro a primazia entre as províncias do Império, situação que só será alterada a partir de 1880, quando a expansão cafeeira em São Paulo estabeleceu uma clara hegemonia, que vai tornar São Paulo a partir daí, e até esta parte, a região líder na introjeção e desenvolvimento de relações capitalistas de produção no Brasil, seja pela generalização do trabalho livre e trabalho assalariado, seja pela transformação efetiva da terra em mercadoria, seja pela expansão das ferrovias e seus diversos impactos positivos sobre os custos de transportes e sobre a unificação do mercado interno, seja por sua liderança na constituição do sistema industrial brasileiro.

Se a posição relativa da economia de Minas Gerais não se alterou, durante o período republicano, em relação à hegemonia paulista, isso não impediu o protagonismo mineiro em campos estratégicos como a educação, como se vê nos casos da Reforma do Ensino de 1906/1907, durante o governo João Pinheiro, que modernizou a formação de professores e a estrutura do ensino primário; da criação da UFMG, então chamada Universidade de Minas Gerais, em 1927; da Reforma do Ensino dos anos 1926/1930, promovida por Francisco Campos, durante o governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, experiência que está na base da Reforma do Ensino Superior do Brasil, de 1931, promovida pelo mesmo Francisco Campos, à frente do Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1930. Também merecem destaque a Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1876; o Instituto Filial do Manguinhos, instalado em Belo Horizonte em 1907, hoje Fundação Ezequiel Dias, FUNED, responsável pela constituição de matriz científico-tecnológica que deu suporte ao desenvolvimento do setor minerometalúrgico mineiro e ao desenvolvimento das áreas de saúde e biotecnologia que estão entre as mais importantes e tecnologicamente atualizadas de Minas Gerais,

com destaque no cenário nacional e internacional. Do mesmo modo, com as Escolas de Agronomia de Lavras, 1907, e Viçosa, 1920, com a criação da ACAR, Associação de Crédito, Assistência Técnica Rural, 1948, Minas Gerais avançou na pesquisa e desenvolvimento da agropecuária. Igualmente relevante é a posição de Minas Gerais no campo da pesquisa e produção energética pela criação de empresas de primeira linha como a CEMIG, Companhia Energética de Minas Gerais, criada em 1952; com iniciativas ousadas como a criação do IPR, Instituto de Pesquisa Radioativa de Minas Gerais, na Escola de Engenharia da UFMG, sob a direção do professor Francisco de Assis Magalhães Gomes. Registre-se, ainda, o ITI, Instituto de Tecnologia Industrial, reestruturado em 1945, e que sob a liderança do professor Djalma Guimarães aproximou-se de ser instituto tecnológico atualizado e consistente, obtendo significativos êxitos sobretudo no campo da pesquisa geológica e metalúrgica (ALBUQUERQUE et al., 2002).

Não se esqueça, enfim, da vida cultural mineira, que continuou rica e diversificada mesmo depois do extraordinário quadro do século XVIII. Minas Gerais deu nomes importantes para o romantismo brasileiro, como Bernardo Guimarães; deu contribuição de relevo para o naturalismo com a obra de Júlio Ribeiro; foi excepcionalmente fecunda na formação do nosso simbolismo, com o nome notável de Alphonsus de Guimaraens. Está na origem da criação de nosso regionalismo com Afonso Arinos; foi matriz de uma das ricas e diversificadas vertentes do nosso modernismo com Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Pedro Nava, Henriqueta Lisboa, Abgar Renault, com os Verdes de Cataguases – Rosário Fusco, Henrique de Resende, Guilhermino César, Francisco Inácio Peixoto, Ascânio Lopes. Lembrem-se ainda, no âmbito do modernismo, nomes como os de Cyro dos Anjos, Dantas Mota e Murilo Rubião. Nos anos 1940/50/60, Minas Gerais verá o surgimento de sucessivas “gerações” em torno de revistas literárias: a de Edifício, de Francisco Iglésias, Autran Dourado, Sábato Magaldi, Wilson de Figueiredo, Jacques do Prado Brandão, Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Hélio Pelegriani; a de Vocações, de Fritz Teixeira de Sales, Affonso Ávila, Fábio Lucas e Rui Mourão; a de Tendência, dos mesmos da revista Vocações e mais Laís Corrêa de Araújo, Affonso Romano de Sant’anna; a da Complemento, de Theotônio dos Santos Júnior, Ivan Ângelo, Ezequiel Neves e Silviano Santiago; a do Suplemento Literário de Minas Gerais e seus jovens e talentosos escritores e artistas plásticos (DIAS, 1971; BUENO, 1982; WERNECK, 1992; BOMENY, 1994; RUFFATO, 2002).

De tudo isso é preciso falar sem esquecer: o cinema, que em Minas foi sempre muito forte, com nomes excepcionais como o de Humberto Mauro, com um significativo movimento cineclubista, com um rico ambiente de reflexão cinematográfica, que deu origem, em Belo Horizonte, a duas revistas de cinema; o teatro, a música, as artes plásticas.

Se a vida cultural mineira tem sido rica, não o tem sido menos a vida política. Se houve quem estivesse do lado da ordem, da defesa de privilégios e interesses dos poderosos, como em 1964, também tem sido forte em Minas Gerais a luta pela democracia, contra a ditadura, a luta pela revolução social. Deu-se em Minas Gerais um momento decisivo da luta contra a ditadura militar, com a greve dos trabalhadores em Contagem, que demonstrou que aquele “último grande momento de rebeldia coletiva do século XX”, aquele insurgente 1968, não teve como sujeitos apenas intelectuais e estudantes, que se lutou também nos campos e nas fábricas.

1.3 O trabalho do mito

É certo que o mito trabalha, e no caso de Minas Gerais, muito, que ele é solicitado à direita e à esquerda, para ajudar a conservar e para ajudar a transformar (ARRUDA, 1990). Uma das mais frequentes e emblemáticas aparições do mito em Minas Gerais apresenta-se na indefectível expressão mineiridade. Negada por uns, por bons motivos e bons argumentos, ela também é negada por outros de forma inepta, que convém não aceitar, tal como se a apresenta. Sob pena de se negar a existência, efetiva, de uma cultura mineira, que não sendo estática ou natural, existe como repositório, permanentemente em transformação, de valores, de hábitos, de costumes, de sociabilidade, como ethos, que em sua etimologia remete às ideias de morada, de abrigo, de costumes, de hábitos que garantiriam a melhor vida na cidade, a vida voltada para o bem comum.

Falou-se de mineiridade, a palavra, diz Aires da Mata Machado Filho, que teria sido inventada pelo general Couto de Magalhães, homem de vida intensa e atribulada, político, militar, escritor, etnógrafo, linguista, governou várias províncias no Império, natural de Diamantina, que nunca esqueceu ou perdeu os hábitos típicos da sua terra (MATA MACHADO FILHO, 1975).

Muitos viajantes, estrangeiros e nacionais, visitaram Minas Gerais, no século XIX, e fixaram-lhe os traços que lhes pareciam mais característicos. Não é desses registros que se vai falar aqui, mas dos que, buscando visão de conjunto, acabaram por idealizar, trair, mitificar, enfim, Minas Gerais. É esse o caso de artigo de Oliveira Vianna, “Minas do lume e do pão”, publicado originalmente na Revista do Brasil, em 1918, dirigida então por Monteiro Lobato, e republicado no livro Pequenos estudos da Psicologia Social, de 1921, em que aparece uma Minas que vai se tornar padrão: “Minas clássica do queijo, da manteiga e do leite, a Minas virgiliana dos grandes rebanhos, dos campos cercalíficos, a Minas rural e pastoril, a Minas das igrejas, das orações, das procissões, católica, religiosa, fidelíssima, doméstica, familiar, íntima, hospitaleira, do lume e do pão.” Em 1922, em Terra mineira, Nelson de Senna agrega novos elementos ao mosaico que se foi construindo: “Minas conservadora das tradições, apegada à

terra e ao lar, temente a Deus e à lei, de poucas e descansadas palavras e nenhum amor à exibição e patacoadas”.

Em 1930, no contexto mesmo e a partir das motivações de parte das elites mineiras no movimento político de 1930, Francisco Campos, em 15 de junho de 1930, antes do assassinato de João Pessoa, que vai reacender a luta da Aliança Liberal, derrotada nas urnas, faz uma lista dos atributos dos mineiros, que teriam como características: a serenidade, a paciência, a moderação, o equilíbrio, o senso de proporção, a busca de harmonia, a constância, a tenacidade, a obstinação, a dureza, quando é preciso (CAMPOS, 1930, p. 183). Em 1945, Alceu Amoroso Lima, em *Voz de Minas*, amplia o quadro vendo nos mineiros: realismo, perspicácia, moderação, antiextremismo, antirromantismo, disciplina, desdém pelo tempo, bom senso, sobriedade, fleuma, humor, centrismo, a presença do passado, o respeito à morte. Se essa é a lista das virtudes, os defeitos dos mineiros seriam decorrência da exacerbação de suas virtudes, assim: o excesso de modéstia levaria à falta de confiança em si mesmos; o excesso de amor à tradição levaria à indolência, ao sedentarismo, ao rotineiro; manifestando-se, nos mineiros, tendências ao pessimismo e ao ceticismo (LIMA, 1945).

De 1946, é a Conferência de Gilberto Freyre, proferida na Faculdade de Direito da UFMG e publicada em livro em 1964, em que desde o título – “Ordem, Liberdade e Mineiridade” – há a convocação de uma Minas conservadora e moderada para combater o extremismo, a ameaça comunista (FREYRE, 1964).

Em 1956, Paulo Pinheiro Chagas, em *Resposta de Juscelino*, vê os mineiros como divididos em dois tipos básicos: o minerador, ousado, inovador, dado aos riscos e aventuras; e o lavrador, precavido, cauteloso, conservador, moderado (CHAGAS, 1956).

De 1957 é o artigo de João Guimarães Rosa – “Aí está Minas: a Mineiridade” – depois publicado em livro, de 1970, *Ave, Palavra*, em que a tipologia assume a feição de enciclopédia e vai abrigar 64 “atributos, de qualidades, mais ou menos específicas” dos mineiros, enquanto a geografia físico-moral de Minas vai multiplicar-se em mais de duzentos qualificativos, que vão incluir, mesmo, uma Minas “molhada ainda de marinhos ventos” e ainda “assentada na terra roxa”, em “colinas que européias se arrumam”, “um tanto baiano em trechos, ora nordestino”, “dos chapadões, dos campos-gerais que se emendam com os de Goiás e da Bahia esquerda, e vão até ao Piauí e ao Maranhão ondeantes.” (ROSA, 1978).

Escrito em 1966, quase inteiramente no exterior, e publicado em 1968, o livro de Sylvio de Vasconcellos, *Mineiridade. Ensaio de caracterização*, é uma fabulosa presentificação do mito, que transparece, fortemente, até na maneira como o livro foi recebido e entendido. Veja-se o trecho do prefácio escrito por Afonso Arinos de Melo Franco, que diz: “Livro fascinante e estranho este de Sylvio, bem mineiro, pois revela encobrimdo, proclama disfarçando, explica rebatendo, confundindo.” (FRANCO, 1968, p. 12).

Diga-se, então, que o mito da mineiridade não é pura criação de mineiros. Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre não são mineiros. Mas é de um mineiro uma enérgica denúncia do mito. Foi Eduardo Frieiro, logo depois de publicado o livro de Alceu Amoroso Lima, quem deu resposta algo desabusada ao grande escritor. Em *Fantasia em torno do “Mito de Minas”*, Frieiro diz: “Minas não é nem podia ser como a vê e entende o Sr. Alceu Amoroso Lima: gente de uma só face, um idêntico temperamento, uma condição única, uma urbana alma, um gesto uniforme, fáceis de serem surpreendidos e fixados em análises e caracterizações totalitárias. A voz de Minas, é claro, não tem um timbre só, que se possa captar e classificar dentro da gama dos timbres que compõem o coral da nação. É pluritonal, como todas as vozes coletivas.” (FRIEIRO, 1955, p. 420).

É certo, é preciso superar os mitos; que eles escondem, quando é preciso mostrar; consolam, quando é o caso de se indignar; reconfortam, quando é o caso de inquietar; paralisam, quando é o caso de agir. Superar o mito para afirmar que, tanto Minas, como o mundo, ainda podem ser a verdadeira morada de uma humanidade livre, justa e feliz, e que se isso é um mito, vale a pena persegui-lo.

No conjunto da América Portuguesa, Minas Gerais distinguiu-se das demais capitanias em mais de um aspecto decisivo: 1) tornou-se com relativa rapidez a capitania mais populosa da colônia, seja no referente à população livre, seja com relação à população escravizada; 2) tão rápido quanto o crescimento demográfico foi a ocupação do território com a presença de contingentes humanos em todos os quadrantes da terra mineira, atraídos pelas notícias dos achados de pedras e metais preciosos; 3) atividade com algo de itinerante, a mineração deu origem a variados arraiais e localidades, que, adensados pela contínua chegada e permanência de reinóis, de gente livre de outras capitanias, de gente escravizada, está na base da criação, a partir de 1711, das três primeiras vilas – Mariana, Ouro Preto e Sabará –, às quais se seguiram muitas outras. Em tempo, lembre-se que o relativo dinamismo da vida urbana em Minas Gerais, no período colonial, foi marcado por certo paradoxo que é o fato de que em Minas, até 1822, em que pese a complexa rede urbana existente, só recebeu o título de cidade, uma única vila, Mariana, em 1745, e ainda assim porque se tornou sede de bispado e nesta condição foi elevada à condição de cidade, porque a dignidade episcopal assim o exige. Tal fato está longe de expressar idiosincrasia das autoridades portuguesas, senão que preocupação em manter controles mais estritos sobre as turbulentas populações de Minas Gerais, já que os moradores de cidades têm franquias e direitos, que são negados aos moradores de vilas.

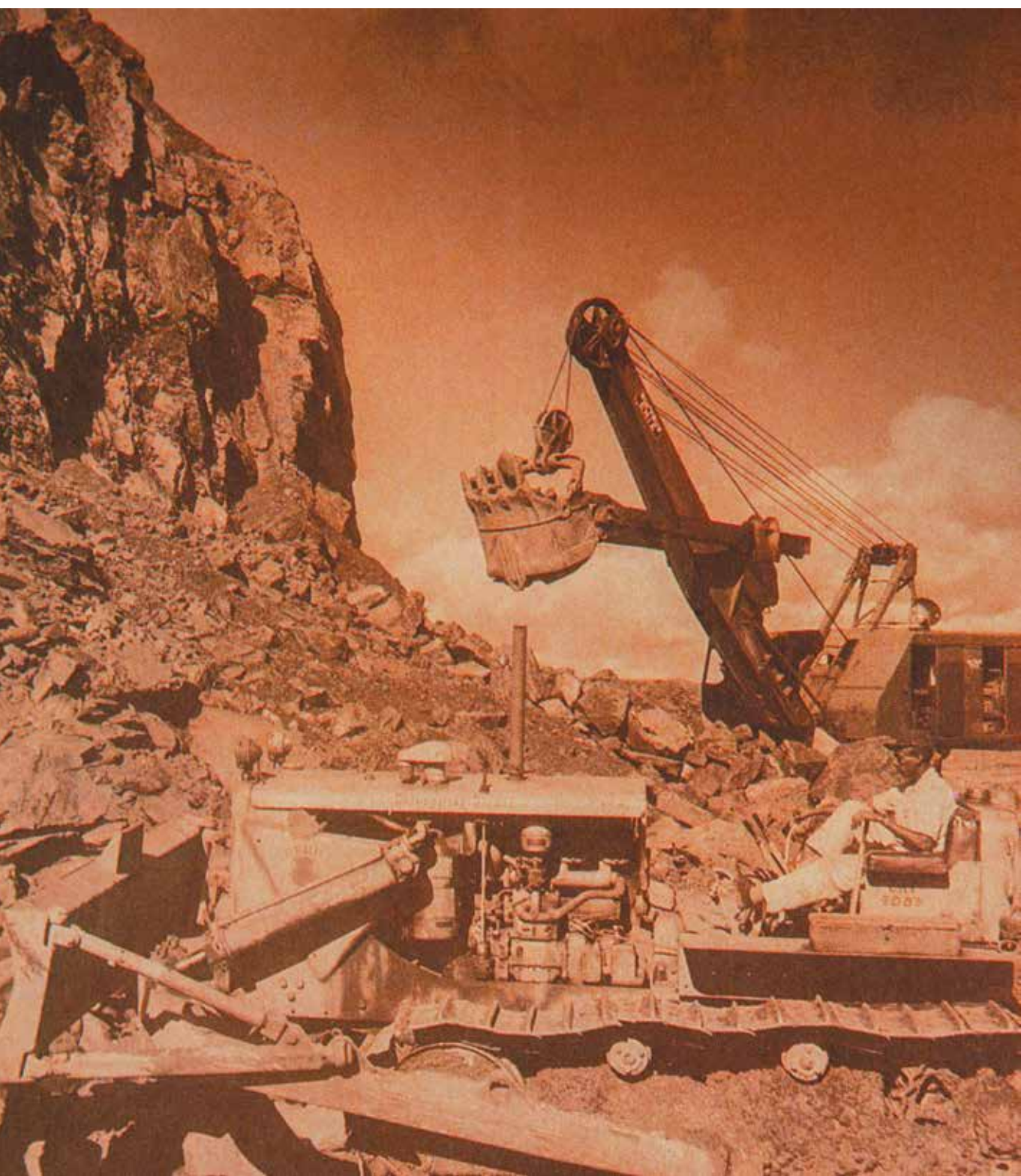
4) Uma quarta especificidade da Capitania de Minas Gerais diz respeito à sua economia em duas dimensões fundamentais, a saber: a) a diversidade de sua estrutura produtiva, que reunia atividades agrícolas, pecuárias, manufactureiras e de serviços; b) o dinamismo da vida econômica da capitania decorrente do fato de que os principais produtos regionais, o ouro e os diamantes, são, eles

mesmos, meios de pagamento, o que determinou considerável incremento na circulação de mercadorias e na acumulação de riqueza monetária.

5) Uma quinta especificidade histórica da capitania mineira resulta de aspectos centrais das singularidades apontadas anteriormente e se expressa nas relativamente diversificadas estruturas social e da propriedade, que prevaleceram durante os séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais, isto é, por um, relativamente, amplo estrato social e ocupacional intermediário, entre proprietários e escravos, e mesmo certa diferenciação entre os proprietários, em que são minoritários os grandes proprietários de terras e de escravos. Lembre-se que no caso da mineração o que conta é menos o tamanho da propriedade, e mais a riqueza de seus veios.

6) Uma sexta singularidade da capitania, também ela tributária das especificidades já apontadas, diz respeito à vida cultural na capitania que, efetivamente, vai constituir um sistema cultural, isto é, um conjunto de três segmentos: I) produtores de bens simbólicos, sejam eles escritores, escultores, pintores, músicos, atores, atrizes, cantores; II) consumidores de bens simbólicos, individuais e coletivos, públicos e privados, laicos e clericais; III) veículos responsáveis pela circulação dos bens simbólicos, tanto orquestras, teatros, salas de concerto, bibliotecas, salões, quanto a existência de linguagens, de estilos que sintetizavam a experiência intelectual, afetiva e cognitiva de uma época, de uma sociedade.

7) A sétima singularidade da Capitania de Minas Gerais, que se quer lembrar aqui, é a referente à vida política. O ponto de partida aqui é o já mencionado pioneirismo na imposição do Estado em Minas Gerais e a ampla gama de contestações que ele engendrou. Terra de conflitos, de tumultos, de revoltas, de motins, Minas Gerais foi, durante os séculos XVIII e XIX, a região com maior número de quilombos do Brasil, com várias e importantes revoltas de gente escravizada, como a de Pitangui, de 1719. Algumas das revoltas de colonos contra as imposições metropolitanas ficaram assinaladas, como a de 1720, em que pagou com a vida Filipe dos Santos, contra a implantação das Casas de Fundição. A Conjuração Mineira, do final do século XVIII, é parte do processo em que a crise do sistema colonial, em escala mundial, representada pela independência norte-americana, pela Revolução Francesa, tem rebatimento no interior da Colônia pela consolidação de projeto, difuso e ambíguo que seja, que antecipa a construção da nação pelo crescente sentimento de pertencimento que vai se formando, não só entre os potentados que tinham a ganhar com a independência, como a plutocracia da capitania, mas que mobilizou a gente miúda da terra, como o inconformado alferes (PAULA, 2000).



Indústrias e Transportes em Minas Gerais. Minas Gerais. *Berço da Riqueza do Brasil*, p. 30.

2.

ECONOMIA E SOCIEDADE



A mineração de ouro. A história de Morro Velho. Bernard Hollowood, p. 13.

No final do século XVII, por instâncias da Coroa Portuguesa, intensificaram-se as buscas por pedras preciosas e ouro no interior da colônia e em particular no território que veio a ser Minas Gerais. No último quartel do século XVII, a longamente esperada boa nova, a descoberta das riquezas minerais na América Portuguesa, pareceu se confirmar. Em 1681, Fernão Dias Pais Leme descobriu pedras preciosas; em 1687 houve descoberta de ouro no sertão de Caeté; em 1693, o bandeirante paulista Antônio Rodrigues Arzão descobriu ouro no território das Minas Gerais; em 1695, Garcia Rodrigues Pais lavrou ouro de aluvião no sertão de Sabarabuçu; entre 1695 e 1697, ocorrem as primeiras descobertas significativas de ouro em Minas Gerais (JANCSÓ, 1994).

O fato é que no final do século XVII já são expressivas as remessas de ouro de Minas Gerais para Portugal: em 1699 foram 725 kg; em 1701, já somavam 1.785 kg; em 1703, 4.350 kg (HOLANDA, 1960, p. 265). A rápida expansão das descobertas de ouro foi o resultado de uma também rápida chegada de mineradores de outras capitanias, de reinóis, de gente escravizada. Essa rapidíssima transumância logo provocou grave crise de abastecimento. Em 1699, 1700, 1701 sofreu a região mineratória com a escassez de alimentos, havendo relatos dramáticos sobre gente morrendo de fome com as bolsas cheias de ouro. O certo é que o desequilíbrio entre os muitos que se dedicaram à mineração e os relativamente

poucos voltados para as atividades agropecuárias provocou rápido aumento de preços de alimentos, como se comprova pelo relato confiável de Antonil, que em seu livro publicado em 1711, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, reportou uma vasta lista de preços de mercadorias, que prevaleceram em Minas, no início do século XVIII, concluindo: “estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornecidos muitos engenhos de açúcar de peças necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro.” (ANTONIL, 1966, p. 269).

Essa grave crise de abastecimento, logo nos primeiros tempos da mineração, é uma das motivações da rápida diversificação produtiva que vai marcar a economia mineira, desde então, de que resultará, também, o rápido espraiamento da ocupação territorial, como se pode ver pela marcha de criação de arraiais e vilas. Às três primeiras vilas, todas elas criadas em 1711, em função da exploração aurífera – Mariana, Ouro Preto e Sabará, somar-se-ão: em 1712, a Vila de São João Del Rei; em 1714, foram criadas as Vilas do Serro e de Caeté; em 1715, a Vila de Pitangui; em 1718, São José Del Rei (Tiradentes); em 1730, Minas Novas; em 1734, o Distrito Diamantino; em 1789, Itapecerica; em 1790, Conselheiro Lafaiete; em 1791, Barbacena; em 1798, as Vilas de Campanha e Paracatu; em 1814, Jacuí e Baependi (PAULA, 2000, p. 37).

Os primeiros arraiais e vilas de Minas foram, de fato, transbordamentos das lavras de ouro. Com o esgotamento dessas lavras e as crescentes necessidades de abastecimento de uma população que cresceu sistematicamente, ampliou-se a ocupação do território e configurou-se uma nova divisão regional do trabalho com a consolidação de uma rede de especializações em que São João del-Rei, e seu entorno, vai se especializar na produção agropecuária; em que Minas Novas vai se tornar um importante centro de produção de algodão; em que Jacuí e Baependi, no sul, vão produzir não só alimentos, mas se tornarão grandes produtores de tabaco. Essa geografia econômica mineira, esboçada desde o início do século XVIII, tem um importante eixo estruturante, o rio São Francisco, que tanto foi o principal caminho de ligação de Minas Gerais com as capitanias do nordeste da colônia, quanto teve decisivo papel no abastecimento da capitania de carne e de gado em pé, com currais que se espalharam pelas duas margens do rio.

Com efeito, a geografia econômica de Minas Gerais está longe de ser expressão de uma regionalização rígida do trabalho pela decisiva presença de uma singular unidade produtiva, que é a **Fazenda Mista**, consignada por Miguel Costa Filho, a partir de vários registros, desde a primeira metade do século XVIII, que seriam unidades produtivas que consorciavam atividades: “a maioria das fazendas estabelecidas em Minas Gerais possuía conjuntamente roças e lavras; eram essas fazendas, simultaneamente, de agricultura e mineração.

“Os mesmos escravos que mineravam também roçavam e plantavam no devido tempo.

“(...) fazendas havia em grande número ainda mais complexas, com plantações de feijão, milho e outros ‘mantimentos’, canaviais, engenho de cana, moinhos, de farinha, fubá etc. gados e mineração.” (COSTA FILHO, 1963, p. 160).

Com efeito, a Fazenda Mista mineira também abrigou manufaturas de ferro e tecidos, o preparo de carnes e toucinhos, o preparo de doces, a manufatura de chapéus e calçados. Essa diversidade não se restringiu apenas a realidades econômicas, como bem viu o historiador norte-americano John Wirth quando disse que Minas Gerais configurou-se como um **mosaico**: mosaico de formas de trabalho, mosaico político, mosaico social, mosaico cultural (WIRTH, 1982).

Já bem avançada estava a exploração aurífera em Minas Gerais quando, em 1729, foi, oficialmente, reconhecida a descoberta de diamantes na capitania, ao norte da Vila do Serro do Frio. Essa descoberta motivou a intensificação de onda migratória para a região e a explosão de tensões e conflitos típicos desses eventos. Neste caso, a Coroa Portuguesa buscou agir com maior prontidão, criando, em 1731, a **Demarcação Diamantina**, unidade político-administrativa ligada diretamente ao governo em Lisboa, com o propósito de controlar, diretamente, a atividade e impedir o contrabando, que foi visto como a principal causa dos prejuízos da Fazenda Real com relação à exploração diamantífera. Mais tarde, em 1771, inoperantes as medidas adotadas para evitar o permanente extravio de riquezas, a Coroa baixou medidas ainda mais restritivas: a imposição de legislação específica e draconiana sobre a demarcação Diamantina, o chamado “Livro da Capa Verde”, e o monopólio régio sobre a exploração diamantífera que vai prevalecer até 1832 (SANTOS, 1956; FURTADO, 1996).

Em Minas Gerais, o ouro e os diamantes estão na base de uma irradiação que esboçou um inconcluso processo de constituição de um mercado interno na colônia, que buscou articular o centro minerador: ao sul, fornecedor de carne e animais de tração; ao norte, fornecedor de sal e gado; ao leste, porto, centro de importação e exportação; ao oeste, área de expansão de atividade mineradora. Falou-se em esboço inconcluso de constituição de um mercado interno colonial, pela interposição de variados constrangimentos típicos da condição colonial, a saber: a proibição de engenhos de cana e manufaturas de tecidos em Minas Gerais; a interdição de caminhos e estradas entre Minas Gerais e as outras capitanias, permitidos apenas o caminho novo para o Rio e o caminho do São Francisco, ficando proibidos todos os outros caminhos, sob pena de severas punições.

Vários e importantes trabalhos têm sido escritos, desde o século XVIII, sobre a produção de ouro e diamantes em Minas Gerais. Alguns desses trabalhos continuam indispensáveis, como o *Pluto brasiliensis*, de Eschwege, publicado em 1833, e *As minas do Brasil e sua legislação*, de Pandiá Calógeras, de 1905. O tema, produção de ouro e diamantes no Brasil, sempre suscitou interesse de pesquisadores

nacionais e estrangeiros acreditados. Werner Sombart e Earl Hamilton, entre outros nomes consagrados de historiografia internacional, dedicaram-se ao tema por suas implicações sobre aspectos decisivos da história econômica mundial. Mais recentemente, novas fontes, como as “gazetas holandesas”, reportando a chegada de ouro brasileiro na Europa, têm permitido visão mais acurada do processo. Entre as novidades interpretativas possibilitadas por essas novas fontes houve revisão importante sobre as quantidades produzidas e sua periodização, de que resultou um novo quadro em que se estabeleceu que o período de auge da produção foi relativamente curto, 1735 e 1759, quando a produção média anual chegou a 9.500 kg, sendo que, entre 1701 e 1734, ela teria sido de 5.800 kg anuais, e entre 1760 e 1799, de 5.000 kg (PAULA, 2000, pp. 68-69).

Não é ocioso lembrar aqui de tese de Pandiá Calógeras que diz que jamais se vai saber, exatamente, as reais quantidades do ouro extraído de Minas Gerais no século XVIII, o que significa tomar com cautela os vários números que têm sido divulgados, os quais, na verdade, indicam, de fato, tendências. A impossibilidade de se chegar a números exatos decorre da intercorrência de diversos fenômenos, a começar do fato de que os números da produção total de ouro foram obtidos, quase sempre, indiretamente, a partir do valor do quinto arrecadado. Ora, entre 1700 e 1827, a tributação sobre a produção aurífera em Minas Gerais experimentou 12 modalidades de arrecadação e variadas alíquotas (PAULA, 2000, pp. 76-77). De resto, é suposição mais que heroica a tese de que todo o ouro produzido foi tributado, quando o que se sabe é que prevaleceu, tanto no caso do ouro, quanto no dos diamantes, permanente extravio.

No século XIX a produção aurífera em Minas Gerais continuou, com extração do ouro aluvional, cada vez mais escasso, ao mesmo tempo que, a partir da década de 1820, teve início uma nova etapa da história da mineração de ouro na província com a implantação de minas subterrâneas, controladas por grandes empresas europeias. Essas modificações sobre a origem do capital e sobre as tecnologias empregadas não alteraram a larga utilização de trabalho escravizado, que continuou também presente na extração de diamantes.

Este fato, a ampla presença de trabalho escravizado em unidades produtivas, que utilizavam a tecnologia mais avançada da época, vem demonstrar o quanto de preconceito e ignorância está presente na tese da incompatibilidade do trabalho escravizado com as técnicas modernas.

A atividade mineratória, desde o século XVII, foi regulada por regimento de terras minerais, de 16 de agosto de 1603. Em 19 de abril de 1702, foi baixado novo regimento que, complementado pelas cartas régias de 7 de maio de 1703, vão definir os parâmetros legais de exploração aurífera em Minas Gerais, ao longo do século XVIII. Por esses diplomas legais, foram estabelecidos os critérios para a distribuição de datas minerais (que teriam a extensão de 66 m²), sendo a distribuição das datas proporcional ao número de escravos possuídos pelo solicitante (HOLANDA, 1960,

pp. 268-270). A legislação procurou evitar que os grandes potentados monopolizassem a posse de datas, de modo a que “os mais poderosos, vendo-se aquinhoados, não explorem sua data, ou não deixem que outros a explorem, o que prejudicaria, ao cabo, tanto os vassalos como o erário régio, privando-o dos quintos. Para evitar que isso se dê determina mesmo o regimento que a ninguém seja destinada a segunda data senão tiver lavrado a primeira.” (HOLANDA, 1960, p. 271).

O fato é que ao lado dos mineradores que utilizavam trabalhadores escravizados em suas lavras, foi possível o surgimento do **faiscador**, que explorava sua área mineral, menor que uma data, sem utilizar trabalho escravizado. No caso dos diamantes, a produção oficial foi controlada pelos contratadores, entre 1740 e 1771. O monopólio régio, que vigorou entre 1771-1832, não impediu a contínua presença dos **garimpeiros**, mineradores clandestinos. Diz Aires da Mata Machado Filho: “Ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrarem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas.” (MATA MACHADO FILHO, 1964, p. 14).

Tais figuras, o faiscador, o garimpeiro, o quilombola, amplamente presentes na capitania, redefiniram sua estrutura social pela considerável importância que ali tiveram as gentes pobres, os setores populares, os “desclassificados do ouro” como foram chamados por Laura Mello e Souza (SOUZA, 1982).

A produção de diamantes em Minas Gerais, desde as primeiras descobertas até 1832, tem sido retratada como tendo três grandes etapas: uma primeira, das primeiras notícias oficiais da descoberta de diamantes em 1729 até 1740, em que predominou a livre extração. A livre extração atraiu levas de mineradores e significativo aumento da oferta de diamantes, ocasionando queda dos preços do produto e com isso a queda de arrecadação dos quintos. Para combater esse quadro negativo para o erário régio, a Coroa Portuguesa resolveu adotar o sistema de contratos, em que os arrematantes, mediante leilão, se comprometiam com o valor do contrato e com a restrição de só utilizarem até no máximo 600 escravos nas atividades mineratórias. Tal regime vigorou até 1771. Como o quadro da queda dos preços se manteve, pela ampla vigência do contrabando e das explorações clandestinas, em 1771, o governo português resolveu assumir, monopolisticamente, a exploração dos diamantes, regime que vigorou até 1832, com os mesmos pífios resultados, isto é, não conseguiu reverter a queda dos preços e por conseguinte da arrecadação.

Duas questões pesaram decisivamente para explicar o fracasso da política portuguesa. De um lado, Portugal não controlava nem a comercialização nem a lapidação das pedras, atividades estratégicas da economia dos diamantes. Tais atividades eram controladas por casas especializadas europeias, holandesas e inglesas, que, de fato, se apropriavam da maior parte dos lucros do negócio. Por outro lado, esses poderosos interesses das casas europeias exerceram considerável estímulo ao contrabando e ao aumento ilegal da produção, lesivos aos interesses

da Coroa Portuguesa. A marcha da queda dos preços, que se manteve sob os vários regimes adotados, é um indicador expressivo da dependência portuguesa com relação às grandes potências econômicas da época, Holanda e Inglaterra: o quilate do diamante foi vendido a 11.900 réis, em 1740; passou a ser vendido por 10.200 réis, em 1747, para 9.362 réis, em 1752; para 8.674 réis, em 1771; e para 8.625 réis, em 1790 (PAULA, 2000, p. 71).

A crise da mineração em Minas Gerais no período colonial foi objeto de várias tentativas de explicação, algumas delas, hoje, muito desacreditadas, como as das autoridades portuguesas que atribuíram a queda da produção aurífera à existência de contrabando e extravios. Continuam válidas as análises inspiradas em Eschwege, retomadas por Pandiá Calógeras e por Sérgio Buarque de Holanda, que apontam a incipiência, o anacrônico das técnicas de exploração do ouro que vigoraram em Minas Gerais durante o período colonial, como decisivos elementos na explicação daquela crise. Sérgio Buarque de Holanda nos deu informado quadro sobre as técnicas prevaletentes na extração do ouro em Minas Gerais, que tem como ponto básico do quão pouco avançou a técnica de extração de ouro em Minas Gerais do que estava disposto no tratado de Georgius Agrícola, *De re metallica*, publicado no século XVI. Calculou-se que, com base naquelas técnicas, apenas 25% do ouro efetivamente existente nas lavras foi extraído, resultando em inaproveitamento de 75% do metal precioso, que se dispersou, pelas técnicas empregadas, entre rejeitos e escórias.

No século XIX, ao lado da novidade representada pelas minas subterrâneas, controladas pelo capital estrangeiro, mantiveram-se as atividades de extração de diamantes, e houve internalização das atividades de lapidação e beneficiamento dos diamantes, que, ainda hoje, são as principais atividades econômicas de Diamantina.

É perfeitamente humano que nos deixemos levar por imagens lisonjeiras, por opiniões simpáticas, por juízos generosos. Tais atitudes, mesmo quando exageradas, nos ajudam a enfrentar realidades incômodas, a consciência de nossas precariedades. Tais sentimentos se valem para os indivíduos, no caso de coletividade acabam por se tornar míticas representações, com grande poder coesivo e identitário. Alceu Amoroso Lima, em 1945, publicou um livro, *Voz de Minas* (LIMA, 1945), que gerações de mineiros tomaram como justa apreensão do que somos, pela simpatia com que somos apresentados. Espírito severo e algo ranzinza, Eduardo Frieiro reagiu ao elogio de Alceu Amoroso Lima, dizendo: “Os mineiros, entretanto, não parecem lá muito contentes com essa declaração de amor em que a certos respeitos são julgados desfavoravelmente. Mais grave do que isso: sei de muitos leitores que não escondem seu desgosto pela maneira superficial com que na retentiva do autor da *Voz de Minas* se desenhou a fisionomia física e espiritual da gente mineira.

“E têm razão os leitores. Minas não é nem pode ser como a vê e entende o Sr. Alceu Amoroso Lima: gente de uma só face, um idêntico temperamento, uma con-

dição única, uma mesma alma, um gesto uniforme, fáceis de serem surpreendidos e fixados em análises e caracterizações totalitárias.” (FRIEIRO, 1955, pp. 419-420).

É o mesmo severo Frieiro que contrariou o que então passava por fato incontestável: a riqueza de Minas Gerais no período colonial. Disse ele: “Uma das patranhas de nossa história, tal como usualmente se conta nas escolas, é a da pretendida riqueza e até mesmo opulência das Minas Gerais na época da abundância do ouro. Em boa e pura verdade nunca houve a tão propalada riqueza, a não ser na fantasia amplificadora de escritores inclinados às hipérboles românticas (...) Nem riquezas, nem grandezas. Apenas o atraso econômico e a pobreza, como herança de um desvairamento fugaz, próprio de todas as Califórnicas.” (FRIEIRO, 1957, p. 164).

Acontece que não se tratava de “Califórnia”, de simples corrida do ouro, mas de realidade econômica diversificada, que durante o século XIX ainda mais confirmou essa característica. Assim não procede a visão de Eduardo Frieiro quando disse: “Desfeita a miragem do ouro, a região de Minas Gerais abismou-se em estado de miséria de que ainda agora não acabou totalmente de sair.” (FRIEIRO, 1957, p. 167). Não foi consensual a tese de Frieiro, havendo quem a contestasse, como Daniel de Carvalho, como Marcos Carneiro de Mendonça, como Francisco Iglésias. A partir dos anos 1980, uma nova geração de historiadores, armados de novas fontes e questões, de novos métodos e perspectivas, citem-se alguns poucos nomes significativos – Roberto Borges Martins, Douglas Cole Libby, Clotilde Andrade Paiva, Marcelo Godoy, Mário Marcos Sampaio Rodarte –, têm reescrito a história econômica de Minas Gerais. O ponto de partida dessa revisão da história econômica de Minas Gerais, no século XIX, foi a tese de Roberto Borges Martins, defendida em 1980, que mostrou a vitalidade econômica da província mineira, em grande medida centrada em atividades voltadas para o mercado interno (MARTINS, 2018). Não é o caso aqui de detalhar as polêmicas e debates que a caracterização da história econômica da província de Minas Gerais tem gerado, bastando, para os propósitos deste texto, reconhecer a existência de uma estrutura econômica dinâmica e diversificada, em que a mão de obra escravizada, a maior concentração de escravos do Império, foi utilizada em atividades urbanas e rurais, tanto em atividades voltadas para a exportação, quanto em atividades voltadas para o mercado interno.

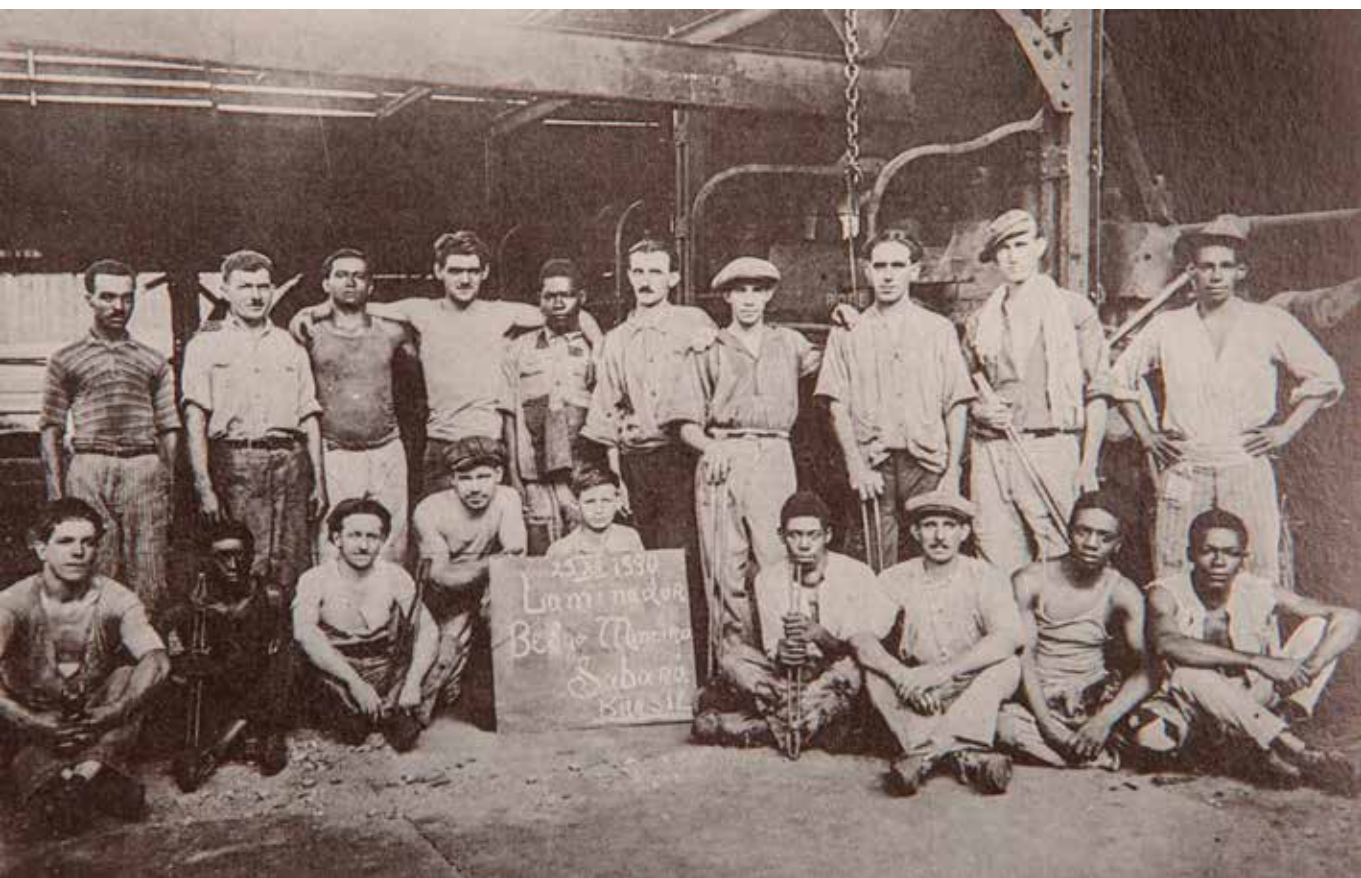
Igualmente inepta é a tese da ruralização de Minas Gerais no século XIX. De fato, o que ocorreu foi uma transformação da estrutura urbana com a emergência de novas centralidades, que redefiniram hierarquias e fluxos de pessoas, mercadorias e informações, em função do surgimento e consolidação de novas atividades, como a cafeicultura na Zona da Mata e Sul de Minas, como a expansão da pecuária para o oeste e o Triângulo Mineiro, como a consolidação da agropecuária no Campo das Vertentes e Sul de Minas. Decisiva nesse processo de reconfiguração espacial da economia de Minas foi a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Alcyr Lenharo, em livro importante

(LENHARO, 1979), mostrou que as necessidades de abastecimento da Corte vão determinar importantes transformações econômicas e políticas na região Centro-Sul do Brasil, pela emergência e consolidação do poder das oligarquias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que assumiram considerável relevância na montagem e desenvolvimento do Estado Nacional Brasileiro, inicialmente sob o regime imperial, e, posteriormente, sob a República. A grande contribuição da tese de Alcyr Lenharo foi mostrar a montagem da hegemonia política das oligarquias de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, que vão dominar a vida política, econômica e cultural do Brasil no século XIX: da Independência à instauração do Império, da construção do Estado Nacional à imposição da República. Lenharo mostrou que as elites políticas que estão na base do processo de Independência e de instauração do Império são, também, as elites econômicas responsáveis pelo abastecimento da Corte e pela expansão da economia brasileira na primeira metade do século XIX, processo que teve seu ápice com a expansão da cafeicultura. Durante a primeira metade do século XIX “o Sul de Minas (...) converteu-se (...) “no principal núcleo produtor e abastecedor do mercado carioca. (...) produzia e exportava gado em pé, em grande quantidade, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais. (...) Sua produção era complementada por outras regiões de Minas, Paracatu, por exemplo, e pela produção paulista.” (LENHARO, 1979, pp. 24-25).

Minas Gerais abasteceu os mercados das capitanias limítrofes não só com gêneros alimentícios, sendo importantes na pauta de exportações da província o algodão, os tecidos de algodão, os aguardentes, as rapaduras. Destaque-se, ainda, a pecuária, que em Minas Gerais não se limitou ao tradicional padrão sertanejo, são-franciscano, pelo desenvolvimento, no Sul de Minas, de padrão produtivo diferenciado pela utilização: de novas técnicas de manejo do rebanho; de currais e muros de pedra, de divisão dos pastos e regular distribuição de sal, milho e farelo (LENHARO, 1979, p. 74). Tudo isso fez a pecuária sul-mineira ter níveis de produtividade e rendimento superiores aos de outras regiões do país, como Caio Prado Jr. já havia apontado (PRADO JR., 1953, pp. 192-198).

O fato é que a economia mineira no século XIX ampliou, ainda mais, a diversificação de sua estrutura produtiva, seja com relação à agropecuária, seja pela modernização de suas atividades mineratórias – a produção de ouro, diamantes e minério de ferro – seja pela modernização de suas atividades manufatureiras – tecidos e produtos de ferro – que tenderam a incorporar as tecnologias típicas da grande indústria capitalista.

A insistência com que se tem defendido aqui a precoce diversificação produtiva de Minas Gerais tem ainda um argumento que, pouco usado, não é menos expressivo. É o que nos ensinou Pedro Nava quando, no primeiro volume de suas memórias – *Baú de ossos* – diz: “Eu sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais” (NAVA, 1974, p. 13), que nos lembra de



A siderurgia. Minas Gerais. *Berço da Riqueza do Brasil*, p. 34

que, quando Minas surgiu, o que efetivamente chamou a atenção foi a diversidade de seus matos, de sua cobertura vegetal, a saber: a grande presença de Mata Atlântica na parte leste do território; a igualmente vasta área coberta pelo Cerrado no centro e no norte; as manchas de vegetação de altitude, a Caatinga. Trezentos anos depois, muito desse rico patrimônio foi devastado. Da imensa Mata Atlântica em Minas Gerais restam fragmentos. O Cerrado, tanto aqui, quanto no Centro-Oeste do país, está submetido a processo de devastação ainda mais intenso que o da Amazônia.

Lembrar que a mineração em Minas deu-se em território de matos gerais tem sentido estratégico, nesse nosso tempo, ao remeter à dramática constatação de que, historicamente, os processos produtivos que têm sido adotados têm sido destrutivos tanto sobre as minas, quanto sobre os matos, devastados para atender a interesses particularistas, imediatistas, ao lucro, à ganância incontrolável de que resultam impactos e consequências, que já dominam sob a forma do aquecimento global, da crise hídrica, da perda de biodiversidade, de tragédias socioambientais como as de Mariana e Brumadinho.

Há várias e contundentes evidências de que grande parte do estrago já feito é irreversível. Há gente, informada, lúcida e combativa, como o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e a filósofa Déborah Danowski, que se pergunta: há mundo por vir? (DANOWSKI; CASTRO, 2014).

Não é o caso de subestimar esta denúncia, de relativizar suas implicações. Não ganhamos nada com isso, nós, a humanidade, os que nos recusamos a ter a vida ainda mais danificada pela ação do dinheiro e do poder. Por outro lado, reconhecer a gravidade da crise ambiental em curso não pode significar assumir que não há nada a ser feito, que só nos resta aprender a viver num mundo pior. Nem tudo está definitivamente perdido, cabendo, sob vários aspectos, dimensões e escalas, ações que podem reverter, interromper, minimizar a crise socioambiental.

No caso de Minas Gerais, tais ações passam por transformações da estrutura produtiva do estado no sentido da diversidade, da sustentabilidade, da solidariedade, da distribuição de renda, da riqueza, da informação e da plena democratização.

Também antiga é a produção de ferro em Minas Gerais. No início do século XIX, um empreendimento particular, instalado em Congonhas, a Usina Patriótica, de Eschwege, e uma iniciativa com recursos governamentais, a Usina do Morro do Pilar, em Conceição do Mato Dentro, sob a responsabilidade do Intendente Câmara, deram início a uma atividade que se expandiu muito ao longo do século. No começo utilizando-se, majoritariamente, de tecnologia rudimentar, o chamado método dos cadinhos, a produção de ferro na província incorporou métodos mais avançados, como as forjas italiana e catalã, até a generalização da utilização dos altos fornos. Com efeito, se foi ampla a presença de manufaturas de ferro em Minas Gerais, seja no século XIX, seja nos primeiros anos do século XX, a primeira grande indústria siderúrgica de Minas Gerais, e do Brasil, foi a

Usina de Monlevade, da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, inaugurada em 1937, com uma produção anual de 100 mil toneladas de aço (GOMES, 1983).

Entre os grandes pioneiros da siderurgia em Minas Gerais não é razoável omitir o nome do engenheiro francês Jean Antoine Monlevade, que chegou a Minas Gerais em 1817 e teve importante papel como empreendedor, difusor de novas tecnologias siderúrgicas e estudioso do tema. Em seu relatório de 1853, Monlevade reportou a existência de 84 forjas na região central da província, que produziam entre 145 e 150 mil arrobas anuais de ferro, utilizando cerca de 2 mil trabalhadores (MONLEVADE *apud* BARBOSA, 1958, p. 112).

Outro marco importante da instauração da siderurgia em Minas Gerais foi a Usina Esperança, localizada na cidade de Itabirito, inaugurada em 1888. Outras usinas e iniciativas poderiam ser citadas para dar conta da significativa expansão tanto da mineração, quanto da siderurgia em Minas. O decisivo aporte para o pleno desenvolvimento da mineração e da siderurgia em Minas Gerais virá da Escola de Minas Ouro Preto, inaugurada em 1876, por iniciativa do governo imperial. A Escola de Minas de Ouro Preto, concebida e dirigida pelo engenheiro francês Claude-Henri Gorceix, foi instituição modelar, exitosa experiência de ensino, pesquisa e extensão, ao par do mais avançado da época. Sua importância foi muito além da mera formação de engenheiros, com atuação destacada tanto na formação da cultura científica e tecnológica no Brasil, quanto na formação de gestores públicos e privados, protagonistas do processo de modernização e industrialização de Minas Gerais e do Brasil. A Escola formou geólogos e engenheiros de minas, metalurgia, civil e ferroviários. Entre os egressos de seus quadros estão nomes decisivos do Departamento Nacional da Produção Mineral e do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Também numerosos foram os formandos da Escola de Minas que tiveram atuação política ocupando cargos no Executivo e no Legislativo, como, entre outros, Antônio Olynto dos Santos Pires, Joaquim Cândido da Costa Senra, João Pandiá Calógeras, Clodomiro Augusto de Oliveira, Israel Pinheiro da Silva, Américo René Gianetti. Igualmente relevante foi a presença de formados pela Escola de Minas nas atividades empresariais, com nomes como Amaro Lanari, Euvaldo Lodi, Gil Guatimosim, Amaro Lanari Júnior. Não menos decisiva foi a contribuição da Escola de Minas no campo da pesquisa científica e do ensino, com nomes de primeira linha, como Leônidas Botelho Damázio, Djalma Guimarães, Octávio Barbosa, Borisas Climberis, Francisco de Assis de Magalhães Gomes, Edmundo de Menezes Dantas, Miguel Arrojado Lisboa, entre muitos outros (CARVALHO, 1978).

Não será completo o quadro da economia mineira no século XIX se forem omitidas referências à sua rede ferroviária e à sua rede bancária. Afinal, ferrovias e bancos têm considerável presença no imaginário e no folclore sobre minas e mineiros. Houve tempo em que Minas Gerais tinha a maior malha ferroviária do Brasil em extensão. Em 1935, a malha ferroviária brasileira era de 33.331

km, a malha ferroviária paulista era de 7.366 km, enquanto a malha ferroviária de Minas Gerais somava 7.978 km, empregando 22.949 trabalhadores (SAES, 1981, p. 24; CAMPOS, 1938). Essa malha ferroviária era gerida por seis companhias – E. F. Central do Brasil; Rede Mineira de Viação; E. F. Leopoldina; E. F. Mogiana; E. F. Vitória a Minas; e E. F. Bahia e Minas. Apesar da extensão, a malha ferroviária mineira esteve longe de atender ao conjunto do estado, praticamente inexistindo no noroeste, norte e nordeste do estado, com exceção das cidades de Pirapora, Montes Claros, Teófilo Otoni e Araçuaí. Também fator limitador das ferrovias mineiras foram as três bitolas diferentes de seus trilhos – 1,60 cm, 1,00 cm e 0,76 cm – o que impediu a efetiva integração ferroviária do estado.

As atividades de comércio de dinheiro em Minas Gerais são tão antigas quanto a própria vida econômica da capitania. Inexistindo instituições oficialmente voltadas para o comércio de dinheiro, cumpriram esse papel os grandes detentores de riqueza monetária na capitania, em particular os contratadores de tributos, que se transformaram nos grandes banqueiros, financiando particulares, e, sobretudo, o governo da capitania, quase sempre com problemas de caixa, porque carente dos repasses dos recursos cobrados e retidos pelos contratadores. Tais práticas resultaram em situação paradoxal, que era o endividamento do governo mediante empréstimos obtidos junto aos contratadores, os quais se tornaram, por esse mecanismo, ao mesmo tempo, os grandes credores e os grandes devedores da Real Fazenda.

Foi Kenneth Maxwell, grande nome entre os historiadores estrangeiros voltados para a história de Minas Gerais, quem mostrou a relação promíscua entre os poderosos da capitania e os representantes do poder metropolitano. Disse Maxwell: “o sistema de propinas proporcionava uma cobertura ideal para o suborno e a corrupção, especialmente para homens como João Rodrigues de Macedo, que, muitas vezes atuavam como banqueiros do governador e, invariavelmente concederam facilidades creditícias aos ministros e funcionários da administração da capitania.” (MAXWELL, 1999, p. 132).

O propósito de Maxwell, ao apontar as fraudes e a corrupção que marcaram as relações entre as elites mineiras e o governo da capitania, não foi a pura denúncia moral. Com efeito, o que Maxwell buscou foi mostrar a ligação “dos interesses desses grandes capitalistas da época aos interesses da terra mineira e brasileira e desligá-los dos interesses imperiais portugueses.” (MAXWELL, 1999, p. 132).

A tese de Maxwell gerou contestações e qualificações que não invalidam o essencial do que afirmou. Entre as contestações que sofreu está a do historiador Tarquínio J. B. de Oliveira, que, com base na correspondência de João Rodrigues de Macedo, defendeu-o da acusação de corrupção, ao mesmo tempo que atacou outras figuras notórias daquela conjura, como Joaquim Silvério dos Reis e o governador Luís da Cunha Menezes. Diz Tarquínio: “A diferença básica

entre um rendeiro como Macedo e outro como Joaquim Silvério dos Reis reside na desonestidade intrínseca deste último, cuja única parcela arrecadada obteve com extorsões *manu militari* da massa de contribuintes que lhe proporcionou o atrabiliário Luís da Cunha Menezes, Fanfarrão Minésio da sátira de Gonzaga.” (OLIVEIRA, 1981, p. 10).

Em tempo, lembre-se que o regime de contratos, que é a privatização da arrecadação de tributos, foi prática condenada por grandes nomes do pensamento liberal, como Montesquieu e Adam Smith, que viram no regime dos contratos um inevitável caminho para a corrupção e para o lesivo dos interesses públicos. É o que mostrou Mauro de Albuquerque Madeira: “os contratadores se agregavam ao Estado absolutista patrimonial como o seu braço privatizante. Assumiam o encargo público de arrecadar impostos, como mandatários privados ou melhor, como comerciantes que intermedeiam uma mercancia – o tributo – entre os súditos e o Rei, auferindo o lucro, que era a diferença entre o preço fixo do contrato e o excedente arrecadado. (...) o sistema dos contratos parece ter sido a forma de convivência e harmonização dos interesses, até o final do século XVIII, entre mercadores, nobres da cúpula governante e funcionários letrados que os assessoravam.” (MADEIRA, 1993, pp. 185-186).

Durante o período colonial, no Brasil, houve apenas uma tentativa de criação de banco, no Maranhão, em 1799, por iniciativa do governador, D. Diogo de Souza, que, no entanto, não chegou a ser implantado, por ausência de interessados em aportarem capital para o empreendimento (RIBEIRO; GUIMARÃES, 1967, pp. 34-35). Assim, o primeiro banco a se instalar no Brasil foi o “Banco Nacional”, criado por Alvará do Príncipe Regente, D. João, de 12 de outubro de 1808. Esse primeiro banco do Brasil, após continuadas dificuldades, encerrou suas atividades em 1829, depois de constantes desequilíbrios de caixa motivados por permanente drenagem de seus recursos para atender às demandas do Erário Real e da monarquia: “o primeiro banco do Brasil foi estabelecimento de depósito, descontos e emissão. Com o tempo, entretanto, transformou-se exclusivamente em banco de emissão, sendo levado às portas da falência em virtude do abuso da faculdade pelo governo.” (VAZ; CERÁVOLO, 1982, p. 21). Em 1821, de volta a Portugal, D. João levou “consigo todos os valores disponíveis no banco, o mesmo fazendo sua comitiva, que converteu em ouro todo o papel-moeda de que dispunha.” (VAZ; CERÁVOLO, 1982, p. 21). Apesar do quadro catastrófico, o banco conseguiu resistir e houve momentos em que pareceu se recuperar, até que em 1829, mediante Lei de 23 de setembro de 1829, foi extinto, entrando em processo de liquidação, que só foi encerrado em 1835. Durante o período regencial foi criado, em 1838, o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Antes disso, em 1831, no Rio de Janeiro, foi criada a Caixa Econômica, seguida da Caixa Econômica de Campos, em 1834, e da Caixa Econômica em Ouro Preto, em 1838, que é a primeira instituição bancária de Minas Gerais.

Em 1856, o Banco do Brasil, o terceiro desse nome, instalou filial em Ouro Preto. Em 1860, em São João Del Rei, o coronel Custódio de Almeida Magalhães instalou casa bancária, a Casa Almeida Magalhães, inaugurada em 19 de março de 1860. Apesar dos incentivos governamentais, só na década de 1880, em Juiz de Fora, principal centro da região cafeeira de Minas Gerais, vai se constituir o embrião de rede bancária com a criação, em 1887, do Banco Territorial Mercantil de Minas, que funcionou por muito pouco tempo. Em 1889, foi criado, em 23 de janeiro, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que funcionou por décadas. Em junho de 1889, entrou em funcionamento em Ouro Preto o Banco de Minas Gerais. Com a crise bancária do final do século XIX, só o Banco de Crédito Real, fundado por Bernardo Mascarenhas, sobreviveu. Em 1912, foi instalada, em Leopoldina, a Casa Bancária Ribeiro Junqueira, Irmão e Botelho; em 1912, em Itajubá, foi fundada a Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira; em 1914, foi a vez do Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho; em 1917, do Banco Santaritense, em Santa Rita do Sapucaí; em 1918, do Banco Comercial de Alfenas; em 1918, em Poços de Caldas, da Casa Bancária Moreira Salles & Cia. Com exceção da Caixa Econômica criada em Ouro Preto, em 1838, e da filial do Banco do Brasil, também instalada em Ouro Preto, todos os demais estabelecimentos bancários listados aqui foram instalados na Zona da Mata e no Sul de Minas, áreas em que eram fortes a cafeicultura, a pecuária e a indústria de latifúndios. A partir de 1920, haverá modificação na geografia bancária mineira, com o surgimento de vários bancos em Belo Horizonte, refletindo o crescimento da importância econômica da capital do estado. O primeiro banco a se instalar em Belo Horizonte foi o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, instalado em 1911, resultado de intervenção governamental com vistas a atrair capitais franceses, que, com capitais locais, viabilizaram a fundação do banco. Entre 1920 e 1925, 14 bancos e 16 casas bancárias foram fundadas em Minas Gerais, dando início a um processo de expansão que transformou o sistema bancário mineiro no mais importante do país: “A praça de Belo Horizonte chegou a ser conhecida como a ‘Wall Street’ brasileira, e os termos solidez, organização, confiança e cautela ligaram-se fortemente à imagem de seus estabelecimentos bancários”. Existia “(...) uma forte associação entre banco sólido e banco mineiro (tanto é que) estabelecimentos bancários sediados em outros Estados chegaram mesmo a incorporar o ‘de Minas Gerais’ em sua razão social tão somente para vender uma imagem de segurança e dinamismo, traços até então tidos como característicos dos bancos mineiros.” (SCHWARTZMAN; SOUZA, 1984, pp. 98-99).

Fernando Nogueira da Costa é um dos principais estudiosos da história dos bancos em Minas Gerais. Sua tese mostrou que, sobretudo depois de 1920, a origem do capital dos bancos mineiros deixou de ser extravazamento dos lucros cafeeiros, que, em Minas Gerais, não foram abundantes o suficiente para serem aplicados em outras atividades, como foi o caso de São Paulo. A tese de Fernando Nogueira da



Os Bancos Mineiros. *Bemge: a maturidade na adolescência*. Alisson Mascarenhas Vaz, p. 59.

Costa apontou como origem do capital dos bancos mineiros os excedentes dos negócios ligados a atividades comerciais urbanas e recursos do governo estadual (COSTA, 1978). A partir da década de 1920, Belo Horizonte vai sediar a maior rede bancária do estado, com o surgimento, em 1923, do Banco Comércio e Indústria; em 1925, do Banco da Lavoura; em 1930, do Banco Predial, que depois passou a se chamar Banco de Minas Gerais; em 1934, do Banco Mineiro da Produção, inicialmente chamado de Banco Mineiro do Café; em 1936, do Banco Gontijo. “A partir da década de 1940, os bancos mineiros se revezariam na liderança do setor: de 1940 a 1946, o Comércio e Indústria se destaca como o maior banco privado do país, posição que será ocupada pelo Banco da Lavoura depois de 1947. É também o momento em que os bancos mineiros deixam de ter uma expressão meramente regional e constituem numa rede de agências espalhadas por outros estados. Já em 1945, quatro bancos mineiros (Lavoura, Comércio e Indústria, Crédito Real e Hipotecário) figuravam entre os dez maiores do país.” (CERQUEIRA; SIMÕES, 1997, p. 454).

Essa expansão da rede bancária mineira, a partir dos anos 1940, aconteceu ao mesmo tempo que declinava a participação de Minas Gerais no conjunto da economia brasileira, a rede bancária mineira se expandia impulsionada pelo dinamismo de outras praças, sobretudo de São Paulo. Tal processo configurou-se como de efetiva concentração de capital em São Paulo, com a intensificação da industrialização, a partir das décadas de 1940/50. Com efeito, a concentração e a complexificação do capital em São Paulo determinaram, a partir da primeira metade do ano 1960, a transferência de importantes operações, agências e sedes de bancos mineiros para São Paulo, antes que entrassem em ação as políticas de fusões e concentração bancária conduzidas pelo governo federal no final da década de 1960: “o aspecto decisivo foi o **tamanho absoluto** da economia paulista, configurando uma tendência de ampliação das operações feitas em São Paulo no total dos negócios dos bancos mineiros. Como reflexo disso, ainda na primeira metade dos anos sessenta – portanto, antes da criação de incentivos às fusões bancárias – já havia uma tendência natural à transferência das sedes que ganharia velocidade na virada da década.” (CERQUEIRA; SIMÕES, 1997, p. 461).

Não é o caso aqui de retrair a dinâmica da economia brasileira a partir do século XIX. De todo modo, não é ocioso lembrar que até a década de 1880, a economia mineira tinha peso equivalente à de São Paulo no que diz respeito às atividades industriais. Foi com a expansão cafeeira para o oeste paulista que a economia de São Paulo ganhou um impulso extraordinário, que lhe deu clara hegemonia industrial, configurando efetiva implantação, tanto no campo, quanto na cidade, de relações capitalistas de produção, isto é, a generalização do processo de proletarianização, a transformação da terra em mercadoria e a concentração do capital dinheiro como base de investimentos produtivos. O pioneirismo paulista na implantação do capitalismo contrastou com a longa permanência de rela-

ções não capitalistas de produção em Minas Gerais. Até a década de 1950, vários empreendimentos modernos, como a Mina de Morro Velho, como a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, ressentiam-se de absentismo de seus trabalhadores em determinados períodos do ano em que o calendário agrícola demandava mais trabalho. Tal situação chegou a quase inviabilizar a CSBM, na década de 1920, e refletia a incompletude, em Minas Gerais, do processo de constituição do capitalismo, como modo de produção específico. Por outro lado, reconhecer essas diferenças entre a história econômica de Minas Gerais e a de São Paulo chama a atenção para a grande impropriedade que é tomar o caso paulista como modelo, como caminho natural ao qual todas as outras realidades regionais brasileiras deveriam seguir, quando o que prevaleceu foi um quadro marcado por heterogeneidades regionais complexas, irreduzíveis ao paulistocentrismo.

O tradicional e o rotineiro parecem caracterizar muito do que se pensa sobre Minas e os mineiros, e nisso haverá, certamente, algo de verdadeiro. Contudo, também outros caracteres compõem a fisionomia política e cultural dos mineiros, ao longo do tempo: o gesto rebelde, a inovação, a experimentação, o apego à tradição que mobiliza o futuro, a enfática aposta na polifonia, que sintetiza o mais forte do espírito de Minas.

Minas Gerais tem dado significativas provas de sintonia, em mais de um momento, com grandes tendências dominantes do desenvolvimento econômico, político, social, cultural e tecnológico. São figuras emblemáticas desses compromissos modernizantes, no Império, a ação política e empresarial de Teófilo Otoni, e na primeira república, a igualmente avançada atuação de João Pinheiro, como político, como líder empresarial, como governante. Teófilo Otoni, líder da Revolução Liberal de 1842, foi pioneiro na propaganda republicana no Brasil. Como empresário, mirou-se no exemplo norte-americano e tentou implantar, em Minas Gerais, um empreendimento, a Companhia do Mucuri, com base no trabalho livre e na pequena propriedade, com sistema de transporte multimodal – ferrovia, rodovia e navegação. Também filho do Serro, como Teófilo Otoni, João Pinheiro destacou-se na vida política de Minas Gerais por seu decisivo papel no **Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais**, de 1903, que ele presidiu e que é tanto um abrangente diagnóstico sobre a realidade da economia mineira, quanto um lúcido conjunto de proposições com o sentido de um programa de ação, que antecipa os esforços de planejamento do desenvolvimento econômico brasileiro que vão se dar a partir dos anos 1940 (CONGRESSO, 1981).

Governador eleito em 1906, João Pinheiro empreendeu importantes ações administrativas, entre as quais se destaca a **Reforma do Ensino**, de 1906-1907, e a constituição do grupo de assessores e auxiliares, que depois foi chamado de **Jardim da Infância**, que teve importante papel na modernização da administração pública federal durante o governo de Afonso Pena (FRANCO, 1977).

A partir dos anos 1930, teve início no Brasil uma série de iniciativas, a partir do governo federal, que tipificaram o que tem sido chamado de “Estado Desenvolvimentista”, que teria vigorado até 1980, sob diversos regimes políticos. Em Minas Gerais, o período que vai de 1933 a 1945 foi marcado por inovações político-administrativas durante o governo de Benedito Valadares, tido por perfeita encarnação do atraso. Comandada, até 1942, por Israel Pinheiro, a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais funcionou como uma efetiva agência de desenvolvimento econômico, com iniciativas com grande tirocínio estratégico, como foram a criação da Cidade Industrial de Contagem, em 1941, e a instalação da Usina de Gafanhoto, que resolveu um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte: a insuficiência de oferta de energia elétrica, monopolizada por companhia estrangeira, desde 1929, a Bond and Share, que não realizava os investimentos necessários para ampliar a oferta de energia.

Deixando a Secretaria de Agricultura para ocupar a presidência da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, Israel Pinheiro foi sucedido por Lucas Lopes, que deu sequência às políticas e iniciativas inovadoras, como se vê com a criação, em 1944, do Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais, ITI, instituição que prefigurou as tendências contemporâneas no campo da pesquisa científica e tecnológica.

Deposto Vargas, em 1945, caíram com ele os governadores-interventores. Em Minas Gerais, as eleições gerais de 1946 deram a vitória a um candidato, Milton Campos, da UDN, partido tido por liberal. Tal circunstância não impediu que seu governo mantivesse a mesma tendência intervencionista e planejadora que tinha prevalecido no governo anterior. De fato, foi com Milton Campos, tendo à frente da Secretaria de Agricultura Américo Renê Gianetti e José Magalhães Pinto como secretário da Fazenda, que foi elaborado um sistemático e abrangente plano de desenvolvimento econômico regional, pioneiro no Brasil, o **Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção**, de 1947. Entre outras medidas importantes do governo Milton Campos, no sentido do planejamento do desenvolvimento, está a contratação da Companhia Brasileira de Engenharia, sob a coordenação de Lucas Lopes, para elaborar o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, finalizado em 1950 e que foi a base para a implantação, em 1952, das Centrais Elétricas de Minas Gerais, CEMIG, já no governo Juscelino Kubitschek. De tal modo são complementares as ações desses governos – Benedito Valadares, Milton Campos, Juscelino Kubitschek – que é certo falar-se num “consenso desenvolvimentista” em Minas Gerais, que se prolongou pelos governos seguintes. No governo Bias Fortes, foi criada a USIMINAS, com capitais japoneses e governamentais. No governo Magalhães Pinto, em 1962, foi fundado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG, que tem tido decisivo papel no desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Israel Pinheiro, eleito governador em eleições diretas, em 1966, consolidou a instituciona-

lização do planejamento do desenvolvimento em Minas Gerais, com iniciativas importantes, como: a criação, em 1966, do Escritório Técnico de Racionalização Administrativa, ETRA, que se transformou, em 1972, na Companhia de Processamento de Dados do Estado, PRODEMGE. Em 1968, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Industrial, resultado de cooperação entre a CEMIG e o BDMG. Em 1970, foi criada a Fundação João Pinheiro; em 1972, o Centro de Tecnologia de Minas Gerais, CETEC, que substituiu e ampliou as funções antes exercidas pelo Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais, ITI. Entre 1970 e 1982, os governadores de estado deixaram de ser eleitos diretamente, passando a ser escolhidos pelos presidentes da república da ditadura civil-militar, imposta em 1964. Tal quebra de regime democrático não significou abandono do planejamento econômico, que continuou balizando a ação governamental (SIQUEIRA, 2001; PAULA, 2017).

Tornados exigências legais a partir de certo momento, os planos de desenvolvimento econômico e sociais acabaram por perder importância pela intercorrência de dois grandes fatores: 1) a excessiva centralização de recursos fiscais e tributários na esfera federal de governo; 2) a recorrente ocorrência de crises econômicas, que têm obrigado os governos a uma quase exclusiva ocupação com os problemas de curto prazo e emergenciais.

Era esse já o quadro, nos anos 1960, quando o Diagnóstico da Economia Mineira, elaborado pelo BDMG, sob a coordenação de Fernando Antônio Roquete Reis, desafiou certa acomodação a um processo que parecia irreversível e ousou mostrar as possibilidades concretas de superação do “atraso econômico mineiro”, mediante políticas coordenadas e estratégicas sintonizadas às grandes tendências do desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo. Tratava-se, sem ignorar as especificidades da estrutura produtiva de Minas Gerais, baseada em grande medida na agropecuária e na minerometalurgia, de buscar aperfeiçoamentos tecnológicos que fizessem aumentar a produtividade e tivessem sustentabilidade ambiental. Em última instância, tratava-se de buscar transformar a base produtiva de Minas Gerais de modo a que ela fosse menos dependente de recursos naturais, terra, água, energia, pela decisiva incorporação de novas tecnologias e compromissos com a sustentabilidade.



A Inconfidência Mineira. *Tiradentes: o corpo do herói*. Maria Alice Milliet. p. 157

3.

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA MINEIRA



A Inconfidência Mineira. *Tiradentes: o corpo do herói*. Maria Alice Milliet. p. 99.

Rebelde, turbulenta e relativamente rica, a Capitania de Minas Gerais recebeu, desde cedo, o discricionário da ação estatal. Tratava-se de controlar, de refrear as liberdades que os moradores das Minas tinham como indispensáveis. Motins, sedições, revoltas, conflitos armados fizeram parte da vida da capitania por longo tempo. A repressão, as tentativas de controle esbarram sempre numa permanente resistência. Com efeito, essa longa experiência de tensa relação com as estruturas de um poder crescentemente estranho aos interesses locais teve como consequência a produção de uma cultura política ambivalente em muitos de seus aspectos e dimensões, que, no entanto, existe e tipifica um **ethos**, uma identidade política e cultural. Tome-se um exemplo, para marcar o que se quer dizer.

Em Minas Gerais, a experiência religiosa tem importantes diferenças com relação à de outras regiões da colônia. Desde os primeiros anos do século XVIII, acusadas de contrabandear pedras e metais preciosos, as congregações religiosas foram impedidas de atuar na capitania, entre elas a Companhia de Jesus, o que transferiu para o clero secular a responsabilidade pela organização da vida religiosa em Minas Gerais. A interdição dos jesuítas de atuarem em Minas Gerais impactou, de vários modos, a vida religiosa da capitania. Uma das consequências mais marcantes dessa circunstância é que as doutrinas decorrentes da **Contrarreforma**, liderada pelos jesuítas, não penetraram em Minas, do que resultou uma religiosidade, em grande medida,

marcada pela tradição medieval, em que os leigos tinham grande preeminência por meio de instituições como confrarias, arquiconfrarias, irmandades, ordens terceiras, ordens pias. Tal fato, associado ao regime do padroado, isto é, à tutela do rei de Portugal sobre os clérigos, dependentes para o seu sustento e para as práticas religiosas dos impostos arrecadados pelo Estado, resultou em situação de efetivo controle pelos leigos da vida religiosa na capitania, mediante instituições, que funcionavam como um outro braço da ação estatal sobre a vida social da capitania (BOSCHI, 1986). Com efeito, as irmandades e suas congêneres foram espaços fundamentais da sociabilidade da vida na capitania, abrigando o que não será exagerado chamar de sociedade civil organizada, controlando, organizando tanto manifestações festivas, quanto artísticas, registrando nascimentos, casamentos, óbitos, funcionando como instituições de apoio espiritual e material, como espaço de proteção e sociabilidade.

Essas circunstâncias fizeram com que em Minas Gerais, até meados do século XIX, a vida religiosa, de clérigos e leigos, se fizesse sem a severidade das prescrições tridentinas sobre os costumes e a moralidade pública e religiosa.

Não se subestimem tais circunstâncias quando se busque entender tanto a circulação de ideias, quanto a atividade artística e cultural. O aparato repressor do Estado, sua máquina censória, a proibição da existência de imprensa na colônia não impediram a circulação de ideias, incluídas aí as transgressoras. Os letrados mineiros tinham acesso ao mais avançado do pensamento europeu, a experiências políticas disruptivas, como a Independência norte-americana.

A Inconfidência Mineira continua, ainda, sendo objeto de controvérsias. Ao longo do tempo, ela foi desqualificada pela historiografia oficial bragantina, foi incensada como matriz da Independência e da República, foi tomada como exemplo de “movimento edificante”, de “boa revolução”, em contraste com as revoluções da “arraia miúda”, radicais e insubmissas. Disputada à direita e à esquerda, a Inconfidência Mineira continua controversa. Com efeito, é preciso vê-la sem ignorar seus limites e ambiguidades, mas, também, sem negar seus efetivos conteúdos político-sociais, isto é, a Inconfidência Mineira não se resumiu a uma série de conversas de salões entre letrados e gente endinheirada da capitania. Há vários indícios de que suas motivações eram compartilhadas por outros segmentos sociais, sensíveis às ideias transgressivas, não sendo irrelevante lembrar que um dos principais denunciadores do movimento, Joaquim Silvério dos Reis, após a execução de Tiradentes, tenha sido obrigado a abandonar a capitania, indo morar no Maranhão, e mudar seu nome, passando a assinar, como sobrenome, Montenegro. Do mesmo modo, é indício de penetração social do movimento a comoção, que tomou conta do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, a notícia da execução de Tiradentes e o bárbaro esquartejamento de seus restos mortais, espalhados pelos caminhos, que ligavam o Rio de Janeiro a Minas Gerais (PAULA, 1989).

A construção do Estado Nacional no Brasil teve importante participação de mineiros, como também foi significativa a presença de mineiros na construção

republicana. Trata-se de participação que denota acentuada sensibilidade para as questões institucionais, a partir de um espectro ideológico, que jamais foi homogêneo, abrigando variadas correntes de pensamento: do liberalismo exaltado, do primeiro Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Teófilo Otoni, até a reação regressista, que teve o mesmo Bernardo Pereira de Vasconcelos entre seus campeões.

É a partir de episódio protagonizado por Minas Gerais, a Revolução Liberal de 1842, que foi cunhado o nome “luzias”, que vai tipificar as correntes liberais durante o Segundo Reinado em sua constante disputa com os conservadores, abrigados sob o nome “saquaremas”, que remete à região da província fluminense, terra de grandes lideranças conservadoras, como Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai), Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Francisco de Sales Torres Homem (Visconde Inhomirim).

A disputa entre “luzias e saquaremas”, entre liberais e conservadores, marcou grande parte do Segundo Reinado, 1840-1889, com alternância de gabinetes, com predominância de governos conservadores, com exceção do período que vai de 1853 a 1856, tendo à frente da Presidência do Conselho de Ministros Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), político mineiro responsável pelo governo chamado de “Conciliação”, em que “luzias” e “saquaremas” estiveram representados.

Há quem queira ver na trajetória política de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) uma muito forte representação do **ethos** político dos mineiros. Inicialmente liberal exaltado, adversário implacável do autoritarismo, que marcou o reinado de Pedro I, a partir do fechamento da Constituinte e da outorga da Constituição de 1824, Bernardo de Vasconcelos foi voz decisiva na deflagração da crise de governabilidade, que D. Pedro I enfrentou e que vai levá-lo à Abdicação, em 7 de abril de 1831. Antes disso, Bernardo já havia dado contribuição importante para a vida nacional, que foi a redação do Código Criminal Brasileiro, de 1830, que representou considerável avanço em nossa legislação penal ao absorver os princípios humanitários da doutrina iluminista de Cesare Beccaria, em seu livro *Dos delitos e das penas*.

A Abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu uma rica etapa da história política brasileira, o Período Regencial, que foi de 1831 a 1840, marcado por importantes movimentos, no campo e na cidade, do Norte ao Sul do país, em que vieram à cena política as chamadas forças vivas da nação em suas variadas dimensões econômicas, políticas, sociais, regionais, em que tanto a questão do regime político, a continuidade da monarquia ou a alternativa republicana, quanto a luta pela terra e a luta contra a escravidão explicitaram as divergências que marcavam a sociedade brasileira.

Símbolos desse tempo de aceleração histórica e de avanços democráticos são: o **Código do Processo Criminal**, de 1832, que, entre outras medidas, instituiu o júri popular e o *habeas corpus*, e o **Ato Adicional à Constituição**, de 1834, que concedeu considerável autonomia às províncias (FAORO, 1958).

A partir de 1834, em sucessão vertiginosa, eclodem revoltas em várias províncias. Alguns desses movimentos têm sentido restaurador, clamam pela volta

do imperador e da ordem. Outros têm sentido popular e reformista, como a **Cabanagem**, no Pará, a **Sabinada**, na Bahia, a **Balaíada**, no Maranhão. Outros ainda, como a **Farroupilha**, no Rio Grande do Sul, 1835-1845, refletiram a insatisfação das oligarquias regionais contra o governo central, tido como inimigo dos interesses regionais.

Os tempos eram de revolta, e mesmo de revolução. Foi essa ameaça efetiva, “o carro da revolução”, que Bernardo Pereira de Vasconcelos utilizou para justificar sua mudança de posição, de liberal exaltado, que tinha sido, para o regressista empedernido que passou a ser até o final de sua vida, vitimado pela febre amarela, em 1850. Disse ele, em 1837: “Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; então o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.” (VASCONCELOS *apud* FAORO, 1958, p. 168).

O objetivo de Bernardo Pereira de Vasconcelos era parar “o carro revolucionário”; isso, de fato, ocorreu, a partir de 1840, com o Golpe da Maioridade e a Lei de Interpretação do Ato Adicional, que vão impor a ultracentralização política, que vai marcar o Segundo Reinado: “Vasconcelos colocou-se a serviço da grande lavou-ra que ia afinal preponderar na direção política do Brasil, dado o poder econômico de que dispunha, e, concorrendo para a criação do partido conservador com o seu “regresso”, defenderia as cousas que se ajustavam aos interesses dos donos de escravos. Distanciava-se assim o deputado mineiro do pensamento mais generoso da corrente que desejava incorporar ao programa do liberalismo vitorioso a 7 de abril de 1831, a extinção do tráfico e a abolição da escravidão.” (SOUZA, 1957, p. 183).

Assim, não têm razão os que querem ver na trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcelos o exato caminho da política mineira, senão que ela traduz o essencial da posição liberal entre nós, incapaz de ir além dos aspectos jurídico-formais dos direitos, incapaz de admitir que a ordem democrática pressupõe a distribuição da renda, da riqueza e da informação.

A partir de 1847, passou a vigorar no Brasil o regime parlamentarista, em que o governo era exercido pelo partido majoritário nas eleições gerais. Esse regime garantiu considerável estabilidade política até 1868, quando uma arbitrária intervenção do imperador D. Pedro II destituiu o chefe do governo, o liberal baiano Zacarias de Góes, para entregar o governo ao futuro Duque de Caxias, do partido conservador, e abriu crise que não cessou de fustigar o governo imperial, até sua queda em 1889.

Minas Gerais, no século XIX, tanto teve papel importante na consolidação do império, quanto terá papel decisivo na construção republicana. Nos dois processos houve mineiros que estiveram ao lado da ordem conservadora, mas houve quem estivesse ao lado das lutas sociais, da autonomia e da ampliação de direitos para as



O poder judiciário em Minas Gerais. O Tribunal de Relação e o Tribunal de Justiça.
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, p. 14



Marquês do Paraná [1]
Bernardo Pereira Vasconcelos [2]
Teófilo Otoni [3]
João Pinheiro [4]

[1] A construção do Estado Nacional. Honório Hermeto Carneiro Leão. Marquês do Paraná. *Política, Arte de Minas*. Carmo Chagas, p. 14. [2] A construção do Estado Nacional. Bernardo Pereira Vasconcelos. *Política, Arte de Minas*. Carmo Chagas, p. 15 [3] Teófilo Otoni: Modernização política e econômica. 300 Anos de História Econômica. *Minas Gerais. Berço da Riqueza do Brasil*, p. 29.[4] João Pinheiro e a República em Minas Gerais. Governadores de Minas. João Pinheiro. *A República como princípio*, p. 94

maiorias. Se houve campeões do conservadorismo, houve gente, de valor inestimável, que buscaram o melhor da vocação mineira para a liberdade e a solidariedade.

Numa visão de conjunto, é possível dizer que a significativa presença de Minas Gerais no cenário nacional, na medida em que sua economia perdeu força, passou a depender de sua força política e cultural, do seu grande contingente populacional, que garantiu sempre grandes bancadas no Parlamento Central, base de apoio de variados governos, no Império e na República.

Com a “política dos governadores”, instituída no Governo Campos Sales (1898-1902), e com a “política do café com leite”, de 1913, no Governo Hermes da Fonseca, a estabilidade republicana foi alcançada, depois de um início turbulento, pela aliança entre os grandes estados, em que Minas Gerais, como disse John Wirth, vai se afirmar como “fiel da balança” da política republicana (WIRTH, 1982). A polêmica sobre o verdadeiro significado dessa “economia política do café com leite”, entre Amílcar Vianna Martins Filho e Cláudia Viscardi, não nega o fato decisivo, que é a centralidade da política mineira, sobretudo durante a República Velha (MARTINS FILHO, 1981; 2009; VISCARDI, 2001).

Enfraquecida economicamente, Minas Gerais mobilizou seu “ouro” mais precioso, que é sua **expertise** política, que é a riqueza de sua vida cultural. A República, instalada em 1889, não contemplou todas as suas tendências. Nomes importantes do republicanismo jacobino e democrático se frustraram com os rumos que a República tomou, como Silva Jardim (1860-1891) e Raul Pompéia (1863-1895). Mesmo as correntes positivistas, civis e militares, que foram as principais forças propagandísticas do movimento, não se tornaram hegemônicas, com exceção do Rio Grande do Sul, já que vão prevalecer, sobretudo nos primeiros tempos republicanos, os interesses liberais oligárquicos.

A República em Minas Gerais nasceu em meio a desconfianças e desapontamentos. Seus primeiros tempos foram marcados por disputas e tensões, que se prolongaram até o início do século XX. Maria Efigênia Lage de Resende traçou, com cuidado e lucidez, esse processo de confrontos entre as oligarquias regionais, que só foram pacificados com a refundação do Partido Republicano Mineiro, PRM, em 1906 (RESENDE, 1982).

Marcada por disputas entre oligarquias regionais, a República em Minas esboçou, com a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1897, a superação da fragmentação política e econômica, que marcava o Estado, então, com a criação de efetiva centralidade espacial do poder, capaz de unificar o conjunto do Estado, o que, afinal, acabou não se verificando, inteiramente, até hoje. De todo modo, a transferência da capital para Belo Horizonte, a construção de uma nova capital nos confins de Minas, em seu centro geográfico, traduziu uma certa concepção do papel do Estado, que não se deixou conduzir, inteiramente, pelas forças de mercado, reivindicando a “intervenção consciente e deliberada do Estado” (SINGER, 1968, p. 266).

Os primeiros anos da República no Brasil foram de grande instabilidade. Parte da explicação das crises sucessivas, que eclodiram depois de 1889, radica na falta de maior enraizamento popular do movimento republicano, agravado pela firme oposição que mereceu por parte da população contemplada pela Abolição, que muitos atribuíram à benemerência da Casa Imperial. Foi essa a motivação para a constituição da chamada “Guarda Negra”, que fustigava os republicanos nas ruas, dissolvendo seus comícios e manifestações a golpes de capoeira. A relativamente restrita adesão popular à República foi acompanhada por disputas entre grupos, classes e estamentos sobre os rumos da República, que levaram, em 1891, à eclosão da crise, que resultou na renúncia de Deodoro; à Revolta da Armada, em 1893; à Revolução Federalista, também de 1893; à Revolta da Vacina, de 1904; e à Revolta do Contestado, entre 1912 e 1916. Um episódio fundamental da vida brasileira, a epopeia de Canudos, entre 1893 e 1897, reuniu uma multidão de camponeses, armados de fé milenarista e ânimo reformista na luta pela terra, juntando uma população de 30 mil pessoas, a segunda maior cidade da Bahia, lutando contra o latifúndio, a Igreja, o governo da Bahia e sua polícia, o governo federal e seu exército (GALVÃO, 2001; NOGUEIRA, 1974; MONIZ, 1987).

Não foi tranquila a imposição da República no Brasil. Num país caracterizado por crônicas desigualdades, por extremada exclusão social, a ordem republicana estritamente liberal, que se implantou no Brasil, emblematicamente sintetizada na Constituição de 1891, não fez provisão de qualquer dos direitos sociais básicos, não sendo capaz de atrair as classes populares para a nova ordem. Por outro lado, a tentativa de impulsionar o crescimento econômico por meio da política de expansão do crédito e facilitação da constituição de empresas e do mercado acionário, política que a historiografia chamou de “Encilhamento”, não provocou os efeitos positivos esperados, gerando forte movimento especulativo a que se seguiu um *crack*, com uma série de falências, motivando guinada na política econômica, que de expansionista tornou-se contracionista, sobretudo durante o governo Campos Sales, 1898-1902.

O fato é que, por diversas razões, a República no Brasil, em seus primeiros tempos, teve grande dificuldade de se consolidar. Nesse processo, dois fatos são particularmente expressivos e remetem a Minas Gerais. O primeiro foi a consagração, por parte dos ideólogos da República, da figura e do exemplo de Tiradentes, transformado em “um herói para a República” (CARVALHO, 1990). O segundo fato liga-se, indireta e estrategicamente, ao primeiro e foi a transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte e a construção da nova capital. Ciro Flávio Bandeira de Melo foi muito feliz quando viu complementaridade entre a velha e a nova capital mineira. Enquanto Ouro Preto foi entronizada como altar da pátria, matriz de sua Independência, Belo Horizonte assumiu o papel de “filha da República”, sua primeira grande criação, em 1897, simbolizando os novos tempos que a República prometia (MELO, 1990).

Com efeito, a construção de Belo Horizonte, entre 1893 e 1897, coincidiu, exatamente, com a destruição de Canudos, acrescentando um significado expressivo à coin-

cidência cronológica: a morte do que a República queria superar, o atraso, o enrodilhado da velha cidade colonial, as tradições religiosas-populares e o nascimento do novo, o progresso, o plano, a geometria exata da cidade para a República (PAULA, 1997).

Sob vários aspectos, Minas Gerais é uma síntese do Brasil, tanto porque, sob vários aspectos, reage de maneira homóloga à do Brasil diante das mesmas vicissitudes, quanto no sentido de abrigar estrutura socioeconômica, que muito se aproxima da que vigora no país. Em sentido positivo, Minas Gerais tem potencialidades e especificidades histórico-concretas que lhe credenciam poder superar seus entraves e obstáculos. Na contramão desses aspectos positivos, Minas Gerais também tem feito escolhas e assumido como fatalidade certas circunstâncias que, se não forem enfrentadas adequadamente, tendem a reforçar certos aspectos problemáticos da realidade regional.

Entre os aspectos positivos da realidade mineira, quatro deles parecem ter particular importância: a) a existência de diversificada base de recursos naturais; b) a existência de diversificada base produtiva; c) a existência de complexa rede de instituições de ensino, pesquisa e inovação; d) a existência de aparato legal, administrativo e financeiro capaz de dar suporte a políticas, programas e projetos consistentes de desenvolvimento.

Por outro lado, Minas Gerais tem sido afetada por recorrentes obstáculos, constrangimentos e precariedades, como: a) a existência de significativas desigualdades sociais, setoriais e regionais; b) a ênfase em setores produtivos altamente demandantes de recursos naturais; c) a permanência de uma relativa desarticulação entre as diversas regiões mineiras, o que facilita a transferência de recursos gerados no estado para polos econômicos de estados vizinhos; d) a precariedade da infraestrutura, sobretudo no tocante aos transportes e à logística.

Não se ignoram os limites, legais e materiais, das políticas estaduais no enfrentamento de grandes e decisivas questões, que afetam a vida das populações dos entes subnacionais. Há, nesse caso, tanto problemas derivados do pacto federativo e sua distribuição de competências e recursos, quanto problemas derivados das distorções desse mesmo pacto federativo. De todo modo, questões decisivas para a cidadania e para o bem-estar social, tais como a legislação trabalhista, a legislação fundiária, a estrutura tributária, as políticas macroeconômicas, entre outras políticas, estão, em grande medida, sob a jurisdição da União. Ainda assim, não é o caso de subestimar as potencialidades de políticas estruturantes e transformadoras, que podem resultar da ação do poder público estadual, como instância de planejamento e coordenação; como instância legislativa; como ente federado capaz de promover convênios, acordos e arranjos institucionais com outros estados, municípios e a União Federal; pela efetiva mobilização de inovações institucionais que democratizem o planejamento, o orçamento público (receita e despesa), a tomada de decisões, o acompanhamento e o controle das políticas públicas.

ORBAS
DE
CLAUDIO
MANOEL DA COSTA,
Arcade Ultramarino, chamado
GLAUCESTE SATURNIO?

OFFERECIDAS

Ao

ILL.^{mo} E EX.^{mo} SNR.
D. JOZE LUIZ DE MENEZES
ABRANCHES CASTELLO-BRANCO,
Conde de Valladares, Commendador das Com-
mendas de S. Joao da Caslanheira, S. Juliao de
Monte-negro, S. Maria de Visde, e S. Maria
de Locotes, da Ordem de Christo, Governador,
e Capitao General da Capitania das
Minas Geraes, &c. &c. &c.



COIMBRA.
Na Officina de Luiz Secco Ferreira,

MDCC.LXVIII.

Com licença da Real Mesa Censuradora.

4.

A VIDA CULTURAL EM MINAS GERAIS



Foto: Marlon de Paula. "Concerto de órgão na Matriz de Sto Antônio"
(organista Elisa Freixo).

 ponto de partida desta discussão é a retomada do conceito cunhado por Antonio Candido, sistema literário, em seu livro Formação da Literatura Brasileira, para reconhecer que, de fato, em Minas Gerais, no período colonial, constituiu-se um sistema cultural, isto é, uma estrutura tripartite composta de produtores de bens simbólicos, consumidores desses bens e veículos que permitem a circulação desses bens (CANDIDO, 1964, 1 vol.).

4.1 O Sistema Cultural Mineiro no período colonial

 existência de um Sistema Cultural em Minas Gerais, no período colonial, tem comprovação enfática na atividade musical da capitania. Mais que outras atividades artísticas, a música demanda, para ser praticada adequadamente, não só um público, isto é, ouvintes acostumados e amantes de música, mas também músicos (compositores, cantores, executantes, corporações musicais, maestros), instrumentos musicais, construtores de instrumentos e que faça reparos, salas de concerto e mecanismos de financiamento, tanto da produção quanto do consumo de música.

A afirmação de Sílvio Romero – em sua *História da Literatura Brasileira*, de que música “notabilíssima” foi praticada em Minas Gerais no período colonial – foi recebida com descrédito. Na década de 1940, o musicólogo Francisco Curt Lange, nascido na Alemanha e naturalizado uruguaio, deu início à revelação da extraordinária riqueza do movimento musical da capitania mineira.

Muitas vezes relatada, não fica diminuída a história envolvendo um grande “expert” europeu, Hans Halem, diretor do Arquivo Nacional de Munique, maior autoridade europeia em música pré-clássica, quando, depois de ouvir gravações de músicas de compositores mineiros do século XVIII, disse: “É música de primeira qualidade, escrita por um ‘grande mestre’, estilisticamente o mais puro pré-clássico, e foi composta dentro dessa região (indicou no mapa um perímetro geográfico que atingia mais ou menos o sudoeste alemão, noroeste da Áustria e norte-nordeste da Itália...) (...) Quanto à primeira parte de sua resposta, disse o professor austriaco, de pleno acordo, mas quanto à localização da obra, houve um pequeno engano de quase 10.000 km (...) Isto é uma anedota, ou desafio à minha autoridade?! (disse já sem humor o mestre interrogado). Como queira, esta música foi escrita por um mulato, em pleno sertão brasileiro, em 1782!!!” (MEDAGLIA, 1988, pp. 175-176).

Um músico mineiro, Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, tem recebido constantes homenagens pela excelência de sua arte; no entanto, ele não foi o único ali dotado de talento e maestria, e é isso que confere ao fenômeno da música mineira no período colonial particular relevância. Ele não é o gênio isolado, uma solitária grandeza, mas fez parte de um tecido cultural denso, uma trama composta complexa e diversificada. Os músicos mineiros eram recrutados entre as classes populares, mulatos, que faziam música porque era disseminada a linguagem musical por toda a capitania. Disse Curt Lange: “O fenômeno musical mineiro no Período Colonial se apresenta com singulares contornos. Não se deu na América Espanhola uma situação paralela. O movimento musical mineiro supera, com a sua intensidade, qualquer cotejo que se quiser estabelecer neste hemisfério e se erige em único na história da humanidade, pelas suas características.” (LANGE, 1979, p. 26).

Lobo de Mesquita não foi o único grande compositor mineiro do período colonial, foram muitos os grandes músicos da capitania: Marcos Coelho Neto, Francisco Gomes da Rocha, Ignácio Parreiras Neves. Se a música sacra marcou a produção do período pelas encomendas das irmandades e confrarias, também se produziu música profana e ópera em Minas. “Na capitania de Minas Gerais, onde a atividade musical atingiu, segundo a opinião erudita de F. Curt Lange, um nível de qualidade comparável no tempo à dos grandes centros europeus, era natural que a ópera encontrasse excepcional ambiente para desenvolver-se (...) Naqueles inícios do século XIX, brilharam na cena do Rio de Janeiro os tenores Cândido Inácio da Silva e Gabriel (ambos de Minas Gerais), fecunda em belas vozes”,

no dizer de Manuel de Araújo Porto Alegre. O poeta de Colombo chegou a falar num “estilo mineiro” de cantar, enquanto Adrien Balbi, em depoimento anterior, já considerava Vila Rica “o celeiro do teatro do Rio de Janeiro”, isso por causa da boa qualidade da pronúncia e da arte de declamação dos artistas mineiros (ÁVILA, 1978, pp. 9-10). Além da ópera, a música de câmara profana foi cultivada em Minas. “Foram encontradas partes de trios e quartetos de Boccherini, Pleyel e de outros compositores clássicos europeus (...) Lang encontrou uma folha de um quarteto de Haydn copiada por um tal Maciel em 1794 (Haydn ainda vivia) que, de tanto ser tocada, tinha a ponta direita inferior usada para virar a página, inteiramente transparente.” (MEDAGLIA, 1988, p. 189).

Também expressivas foram as atividades teatrais em Minas Gerais desde as primeiras décadas do século XVIII, em muito tributárias da tradição barroca, como aprendemos com Affonso Ávila. Questão complexa, a presença e as características do barroco em Minas Gerais, envoltas em controvérsias; mas não será temerário que se assuma a existência de raízes barrocas na base da cultura mineira, não no sentido restrito de um estilo, mas como um “modo de representar o mundo”, que se apropriou, não só do repertório simbólico, mas do ethos barroco e seus paroxismos de exaltação mística, de espetacularização da vida cotidiana, que Lezama Lima sintetizou numa série heteróclita de elementos: a astúcia e a magia, a curiosidade e o prazer, a apetência e a devoração, a rebeldia e a liberdade, a malícia e o engenho (CHIAMPI, 1988, p. 31).

Nada, talvez, exemplifique melhor essas raízes barrocas da cultura mineira, que a espetacular manifestação festiva que foi o Triunfo Eucarístico, de 1733, em que a propósito de comemorar a inauguração da nova matriz do Pilar, em Vila Rica, realizou-se um “espetáculo total”, a um tempo religioso e profano, num longo cortejo que reuniu “uma complexa trama coreográfica em que se mesclavam grupos de dançarinos, conjuntos musicais, carros de triunfo, personagens a cavalo, alegorias mitológicas, cartazes com poemas alusivos ao acontecimento, etc. (...) Como era de tradição, teve o teatro papel de relevo nas suntuosas festividades. (...) Em 1751, Vila Rica vive novamente uma temporada de euforia pública, alardeando seus habitantes o regozijo pela aclamação de Dom José I, entre músicas solenes, corridas de touro, cavalcadas e comédias. O gosto teatral da gente mineradora começaria, no entanto, a apurar-se em promoções de nível mais sofisticado, reservadas a uma elite social e intelectual e realizadas até mesmo em recintos de mais limitado acesso como o Palácio dos Governadores. É ali que Cláudio Manuel da Costa faz levar à cena, a 5 de dezembro de 1768, O parnaso obsequioso, um ‘drama para se recitar em música’.” (ÁVILA, 1978, pp. 3-5).

Várias casas de espetáculo existiram em Minas Gerais durante o século XVIII: no Arraial do Tejuco, em São João del-Rei, em Sabará. Destacaram-se como casas de espetáculos a Casa da Ópera de Vila Rica, “considerado com procedência o mais antigo prédio teatral da América do Sul, ela teve sua cobertura concluída

em 1769, sendo seu construtor e proprietário o contratador dos reais quintos e entradas coronel João da Silva Lisboa. (...) A abertura da Casa da Ópera se dá a 6 de junho de 1770. (Em 1819 foi aberta a Casa da Ópera de Sabará) (...) A Casa da Ópera que se inaugurava era um edifício de maiores proporções arquitetônicas e condições de conforto do que a de Vila Rica.” (ÁVILA, 1978, pp. 7-9).

O repertório encenado nas casas de espetáculos de Minas Gerais incluiu peças de Calderón de La Barca, de Molière, e de autores da colônia, como Antônio José da Silva, o Judeu, e Cláudio Manuel da Costa (ÁVILA, 1978).

Desde os longínquos dias em que Rodrigo José Ferreira Bretas, em 1858, publicou a biografia de Antônio Francisco Lisboa (LANARI, 1968), o grande artista mineiro não teve mais sossego. Sua morte, em 1814, não lhe trouxe a merecida paz, depois de uma vida de muitos e intensos trabalhos e sofrimentos e, talvez, de alguma gratificação pelo reconhecimento de sua grandeza artística.

Sua obra, impressionante pelo volume e excelência, não teve, e não tem, recepção unânime, em parte porque, de fato, não é inteiramente homogênea, e em parte porque seu estilo, muitas vezes, destoa do gosto convencional. Suas deformações, de nenhum modo involuntárias, carregadas de sentido crítico e denunciador, têm gerado não poucas reações de escândalo, de sensibilidades ofendidas (FONSECA JUNIOR, 1957).

Durante certo tempo, alguns seus entusiastas resolveram, inadvertidamente, que a melhor maneira de realçar-lhe a grandeza seria transformando-o numa espécie de prodígio extra-humano: o artista sem mãos, que esculpia e entalhava. Essa operação, por muito tempo praticada, só trouxe incompreensão e mal-entendidos sobre o artista e sua obra. Agregada a essa distorção, juntaram-se outras, igualmente lesivas à adequada compreensão do artista, que é o rol, praticamente inesgotável, de doenças deformantes e segregadoras que lhe atribuíram.

Não bastassem esses problemas, a obra de Antônio Francisco Lisboa também foi alvo de outra agressão, resultado de ignorância e má-fé, que foi a de atribuir-lhe uma vastíssima produção artística, de qualidade discutível, com o propósito mercantil.

De tal modo foi rombuda essa inflação de obras atribuídas a Antônio Francisco Lisboa, que se entendem – em parte, ao menos – os ataques que sofreu o artista, a partir da década de 1930, por parte de historiadores como Feu de Carvalho (CARVALHO, 1934), Augusto de Lima Junior (LIMA JUNIOR, 1942) e Salomão de Vasconcellos. É deste último o trecho que, talvez, seja a motivação dessa verdadeira cruzada anti-Aleijadinho movida por esses autores. Diz Vasconcellos: “A criação artística de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, tocou tão fundo no espírito dos historiadores, que hoje quase não se encontra um trabalho de talha em pedra talcosa, em qualquer edifício colonial, que não se atribua ao genial artista. Sua fama já não é apenas ouro-pretana ou mineira, mas vai além, e não faltará daqui a pouco quem vislumbre o seu traço e o seu estilo até mesmo nas velhas igrejas da Bahia e de outras cidades coloniais do Brasil. Muita coisa passa

realmente como dele, mas na verdade não foi obra sua.” (VASCONCELLOS, 1936, pp. 132-133).

Hoje, na ausência de juízo unânime sobre a obra de Antônio Francisco Lisboa, vários trabalhos lúcidos e informados – como os de Sylvio de Vasconcellos, Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa (VASCONCELLOS, 1979) e de Márcio Jardim, *O Aleijadinho. Uma síntese histórica* (JARDIM, 1995) e *Aleijadinho, catálogo geral da obra* (JARDIM, 2006) – estabeleceram um patamar de referências seguras que permitem superar muitas das incompreensões e equívocos que envolveram, e ainda envolvem, em parte, a recepção da obra do artista. Ainda assim, o tema continua rendendo polêmicas, como se comprova com o livro de Guiomar de Grammont, *Aleijadinho e o aeroplano. O paraíso barroco e a construção do herói colonial* (GRAMMONT, 2008).

Parte da campanha anti-Aleijadinho teve motivação política e ideológica. Tomado como símbolo da redescoberta do Brasil, que o movimento modernista empreendeu, com nomes como Mário de Andrade, com iniciativas como a criação do SPHAN e a obra de preservação do patrimônio de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, o Aleijadinho foi alvo da reação de setores críticos da apropriação que o regime instaurado em 1930 fez da “arte colonial”, do “barroco”, como uma das matrizes centrais da cultura brasileira. Se é possível entender a pertinência da crítica ao mitológico, que cerca a obra do Aleijadinho, já não é possível acompanhar os críticos, como Afonso Pena Júnior, em sua efetiva “Aleijadinhofobia”, negando mesmo a própria existência do artista.

Neste livro não se quer reabrir o debate, ou encerrá-lo. A motivação aqui é mostrar que a pesquisa sobre o tema avançou, que muito se sabe hoje sobre a realidade das artes em Minas Gerais no período colonial, para estabelecer um ponto decisivo. Antônio Francisco Lisboa não só não foi o único artista relevante a atuar na região no período, quanto é o caso de falar de uma densa rede de artistas e de uma rica circulação de ideias e símbolos, no interior da capitania, entre as capitanias e entre essas e as metrópoles europeias (BOTTINEAU, 1975; TAVEIRA, 1983; SALA, 1996; RAMALHO, 2002; OLIVEIRA, 2003; DANGELO; BRASILEIRO, 2008).

Com efeito, o que se afirma é a existência de um ambiente artístico-cultural, de um sistema cultural, que viu surgir vários artistas de primeira linha, ao lado de uma multidão de auxiliares, de artífices, de artesãos, de oficinas em que o trabalho do mestre e de seus auxiliares é constante e complementar. Um panorama dessa diversificada rede de artistas-artesãos-artífices é o que foi elaborado por Judith Martins e publicado em 1974 (MARTINS, 1974, 2 vols.)

Igualmente relevante foi a atividade da pintura em Minas Gerais no período colonial. Se Manoel da Costa Athayde é o nome justamente celebrado, ele não é único, como se pode constatar a partir dos trabalhos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (ANDRADE, 1978) e de Carlos Del Negro (DEL NEGRO, 1978).

A vida urbana e a precoce e densa urbanização em Minas Gerais criaram as condições para a produção e o acolhimento de uma cultura erudita ao par das grandes tendências intelectuais da época: “Oferecendo condições para o aparecimento de um grupo de intelectuais, Vila Rica pôde agasalhar os homens de maior cultura literária do tempo, aptos a receber as sementes da renovação que estava em curso para substituir o decadente gongorismo.” (COUTINHO, 1964, p. 134). E não só Vila Rica. Constituiu-se em Minas Gerais, no século XVIII, uma rede de núcleos urbanos, rede articulada, com trocas e hierarquias: Vila Rica, Mariana, São José del-Rei, São João del-Rei, Sabará, Tejuco, Serro do Frio.

Atualmente, já não se aceitam as classificações generalizantes, que viram períodos históricos, relativamente longos, marcados por um único estilo artístico. De todo modo, apesar da justa crítica a essas generalizações abusivas, elas continuam tendo audiência, ainda, porque captam características, que não sendo inteiramente homogêneas e estatísticas, sintetizam o seu tempo e o seu lugar, do ponto de vista espiritual. Assim, falar no arcadismo mineiro é falar de uma arte de transição, de uma época de transição em que a sociedade da corte, perfeitamente aderente ao Antigo Regime, experimenta tensões, elementos disruptivos, que vão levar à “revolução”, à emergência da classe média, à constituição de uma esfera pública.

A cultura letrada em Minas Gerais nasceu ao mesmo tempo que o movimento árcade em Portugal. Reação aos excessivos imagéticos e ao palavroso, que se criticava no barroco, o arcadismo buscou inspiração na Arcádia Italiana e seu neoclassicismo. A tese de Antonio Candido, que vê o arcadismo mineiro como momento decisivo da constituição de uma literatura brasileira, abriu acesa polêmica, a partir de autores como Afrânio Coutinho, Haroldo de Campos, Luiz Costa Lima, que questionaram a periodização de Antonio Candido, que não teria reconhecido como “brasileiras” manifestações literárias dos séculos XVI e XVII, que não fariam parte de um “sistema literário”, configurando-se como “manifestações isoladas”: “A exclusão do barroco, sobretudo de Gregório, tem servido de matéria para os mais indignados ou mais sérios protestos contra a armadura teórica da Formação.” (LIMA, 1991, p. 156).

Não cabe, neste texto, analisar, em detalhe, a polêmica em torno da Formação da Literatura Brasileira, de Antonio Candido. Nos limites do que se propõe aqui, vale o registro de que a tese de Candido é um dos apoios decisivos do argumento sobre a existência de um “sistema cultural” em Minas Gerais, no século XVIII, e mesmo da existência, ali, de uma esfera pública: “sem desconhecer grupos ou linhas temáticas anteriores, nem influências como as de Rocha Pita e Itaparica, é com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira.” (CANDIDO, 1964, 1º vol., p. 27). Otto Maria Carpeaux estabeleceu diferenciações sobre o

que certos autores viram sob o nome genérico de arcadismo. Para Carpeaux, a poesia brasileira da segunda metade do século XVIII teria duas tendências: a Arcádia, na qual se descobrem vestígios do sentimentalismo pré-romântico; e uma segunda tendência, “mais nacionalista, própria do século da Ilustração. A aliança entre o classicismo estético e o livre-pensamento mais ou menos radical.” (CARPEAUX, 1967, p. 61). O Classicismo ilustrado em Minas Gerais seria representado, segundo Carpeaux, por Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) e José Basílio da Gama (1741?-1795), Francisco de Melo Franco (1757-1822). O classicismo pré-romântico mineiro teria os nomes de: Frei José de Santa Rita Durão (1720-1784); Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744?-1793); Tomás Antônio Gonzaga (1744-1805?-1812?); e Manoel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814) (CARPEAUX, 1967, pp. 61-79).

Sobre o arcadismo mineiro, Sérgio Buarque de Holanda estabeleceu lição fundamental, que terá repercussões em outras áreas da cultura, que é a reverberação barroca que se projeta sobre o arcadismo, até o início do século XIX (HOLANDA, 1991, p. 21).

É questionável a ideia da existência de uma “Escola Mineira” reunindo os poetas citados, tidos por maiores e vários outros que não teriam a mesma maestria. Em 1922, Mario de Lima organizou volume para comemorar o centenário da Independência em Minas Gerais – *Collectanea de Auctores Mineiros* – cujo volume I inclui “Poetas – Escola Mineira e Pré-Românticos” com os seguintes nomes: Escola Mineira – 1) Frei José de Santa Rita Durão; 2) Basílio da Gama; 3) Tomás Antônio Gonzaga; 4) Cláudio Manuel de Costa; 5) Alvarenga Peixoto; 6) Silva Alvarenga; 7) Francisco de Melo Franco; 8) Barbara Heliodora; 9) Padre Domingos Simões da Cunha; 10) Joaquim José Lisboa; 11) Padre Silvério Ribeiro de Carvalho. Últimos Clássicos – 12) José Elói Ottoni; 13) D. Beatriz Brandão; 14) Padre Manoel Xavier; 15) Padre José Marciano Gomes Baptista; 16) Joaquim Domingues de Lameda. Pré-Românticos – 17) Cândido José de Araújo Viana; 18) José Joaquim da Silva Guimarães; 19) João Salomé Queiroga; 20) Antônio Augusto de Queiroga; 21) Padre Manoel da Silva Guimarães (LIMA, 1922).

Têm razão os que questionam a existência de uma “Escola Mineira” de poesia. Sílvia Romero deu-lhe o nome e a viu como tendo três gêneros: a poesia épica, a poesia cômico-satírica, a poesia lírica. (ROMERO, 1949, pp. 73-143, 2º. Vol.). É difícil falar de uma “Escola” quando se sabe que alguns de seus membros ou viveram em outras capitâncias, como Silva Alvarenga, que viveu no Rio de Janeiro, ou na Europa, como Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Francisco de Melo Franco. Disseram Antonio Candido e José Aderaldo Castelo, sobre os poetas mineiros: “Antes de mais nada, formam um conjunto muito mais numeroso, com sete ou oito escritores eminentes e mais uma dezena de outros em boa segunda plana. Não se pode dizer, todavia, que tenham constituído um ambiente intelectual, nem que a sua atual importância histórica e estética corresponda à existência



Alphonsus de Guimaraens, *Obra completa*, p. 2.

de um meio estimulante no Brasil do século XVIII, que lhes houvesse facultado exercitar as suas capacidades.” (CANDIDO; CASTELO, 1971, pp. 133-134).

Fica difícil aceitar, depois dos citados autores terem reconhecido a existência de quase duas dezenas de escritores ponderáveis, com produção regular, que esses dados quantitativos não sustentem a existência não de uma “Escola”, mas de um “sistema cultural”, como o próprio Antonio Candido reconheceu em outro texto. O que se sabe sobre a história cultural de Minas Gerais, no período colonial, em parte já mencionado aqui, é a existência de importantes, qualitativa e quantitativamente, atividades no campo da música, da escultura, da pintura, da arquitetura, do teatro, que confirmam não só a existência de um ambiente intelectual, mas de um rico ambiente intelectual, em que pese as restrições e constrangimentos impostos pela metrópole. Com efeito, na colônia, a capitania de Minas Gerais participou de amplo processo de circulação cultural, que envolveu metrópoles e colônias, a circulação de livros, de ideias, de símbolos, como se vê no caso da circulação de tratados arquitetônicos, de partituras musicais, de gravuras e desenhos, de livros (MORAES, 1979; FRIEIRO, 1957; VILLALTA, 1992; OLIVEIRA, 2003; DANGELO; BRASILEIRO, 2008).

Finalmente, lembre-se episódio central na história de Minas Gerais, a Inconfidência Mineira, que expressou a densidade, a complexidade, a diversidade da vida da capitania em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, a emergência efetiva de um sentido de “pertencimento”, que prenunciou a Nação, pela existência de sociedade que se colocou não mais se subordinar à ordem colonial (PAULA, 1989; 2000).

4.2 Romantismo, naturalismo e simbolismo: a literatura mineira no século XIX e início do século XX

 romantismo foi a matriz da plena constituição da literatura brasileira. Trazido para o país por Gonçalves de Magalhães, nos anos 1830, o romantismo teve aqui rápida e forte floração. Minas Gerais deu nomes de proa ao movimento-escola, como são Bernardo Guimarães (1825-1884) e Aureliano Lessa (1828-1861), que formaram com Álvares de Azevedo (1831-1852) a primeira trindade da poesia romântica do Brasil. Mário de Lima listou outros poetas mineiros ligados ao romantismo: Padre Manoel da Silva Guimarães; Lucindo Ferreira dos Passos Filho; José Cândido de Costa Sena; Pedro Fernandes de Pereira Corrêa; Amâncio Lobo Leite Pereira; Padre José Joaquim Corrêa de

Almeida; Jayme Augusto de Castro; Antônio Simplício de Salles; Maria Bárbara Xavier; Joaquim Theóphilo da Trindade; Gustavo Xavier da Silva Capanema; Jorge Rodrigues; José Pedro Furst, José Maria Gomes de Souza, Firmino Rodrigues Silva (LIMA, 1920, pp. 25-30). Outra lista de poetas mineiros românticos é a que está em História da literatura mineira, de Martins de Oliveira, que agrega outros nomes, como o do infausto poeta João Júlio dos Santos (1844-1872) e de João Nepomuceno Kubitschek (1845-1895) (OLIVEIRA, 1963, p. 145).

Quase sempre lírica, a poesia romântica foi exercitada em outros registros, como a sátira, de que foi mestre o Padre Correia de Almeida (1820-1905): “Considerado o mais importante cultor da poesia satírica em Minas Gerais e talvez de todo o Império em sua época conforme apreciação de Alexandre Eulálio (...) o padre Correia de Almeida (...) poeta e pensador político (...) em seu livro mais famoso – A república dos tolos, de 1881 –, a desfilar diante do leitor toda uma galeria de ideias e personagens próprios da realidade social e econômica do país: os barões do café, os jovens bacharéis de São Paulo, o positivismo, o darwinismo e as novas modas e costumes.” (ARAÚJO, 2007, pp. 16-18).

O romantismo em Minas Gerais também se manifestou na ficção (romance e conto), na oratória, na historiografia, e nas letras jurídicas. Nesse último campo, as letras jurídicas, Minas Gerais deu contribuição de vulto, por exemplo, com Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) e o Código Criminal de 1830, que, rompendo com a tradição do direito penal lusitano, que remontava às Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, incorporou a revolução representada pelas ideias de Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria (1738-1794) e seu Dos delitos e das penas, de 1764, que, explicitamente, defende: “Sejam aplicáveis as mesmas penas às pessoas da mais alta categoria e ao último dos cidadãos, desde que hajam cometido os mesmos delitos.” Nunca se proclamara mais desassombradamente a igualdade perante a lei. “Tal como negava essa legitimidade, também repele a da tortura, igualmente praticada nos tribunais comuns e nos eclesiásticos, como recurso para obter a prova dos crimes.” (MORAIS, 1959, p. 16).

Homem de letras, jornalista, romancista, historiador, político, Joaquim Felício dos Santos (1828-1895) está entre os grandes nomes do pensamento jurídico brasileiro. É autor de Projeto de Código Civil Brasileiro, em cinco volumes (SANTOS, 1884-1887). Como prosador, publicou o romance Acayaca. 1729, em 1866 (SANTOS, 2004), que aparecera antes como folhetim no jornal O Jequitinhonha, entre 1862 e 1863. Alexandre Eulálio diz: “Ainda entre 1864 e 1874 Joaquim Felício empreenderia, na segunda fase de O Jequitinhonha, as Páginas da História do Brasil escrita no ano de 2000, sátira política concebida em forma de ficção antecipadora, de forte vinco utopista. Trata-se de trabalho de grande originalidade, que manipula, sem maior cerimônia, estruturas narrativas complexas.” (EULÁLIO, 1992, pp. 98-99).

Joaquim Felício dos Santos passou a editar, em 1860, *O Jequitinhonha*, em Diamantina, publicação semanal que defendeu ardorosamente o ideário liberal. Em 1868, foi publicado *Memórias do Distrito Diamantino*, que também aparecera antes em seção de *O Jequitinhonha* denominada “História”. *Memórias do Distrito Diamantino*, diz ainda Alexandre Eulálio, “é ponto alto da historiografia romântica nacional e da prosa mineira do século XIX.” (EULÁLIO, 1992, p. 98).

Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917) é outro grande nome das letras jurídicas e do ensaísmo em Minas Gerais no século XIX, com projeção nacional, com seus tratados sobre o Direito de família, *Princípios de Direito Internacional* e *Direito das coisas*, tida por sua obra-prima. Para historiadores do direito no Brasil, Lafayette Rodrigues Pereira foi: “O grande civilista, o perfeito comentador da ‘Consolidação’ de Teixeira de Freitas, o mais puro de todos os nossos juristas, como Pereira de Vasconcelos e Pedro Lessa, era filho de Minas. (...) Polemista nato, fabricava epigramas de dinamite, e podia ter escrito no mosteiro onde Rabelais criou Pantagruel. Suas granadas satíricas tinham clarões sulfúreos do inferno. Os contemporâneos o sabiam e o temiam. Era o grande sarcasta do Império e era preciso mais que coragem, estoicismo, para enfrentá-lo. (...) Lafayette Rodrigues Pereira ainda não foi ultrapassado e continua sendo a glória mais pura das letras jurídicas do Brasil.

“Usou o pseudônimo Labieno, em *Vindiciae* (1899), onde defende Machado, agredido por Romero, fulminando este em seu próprio reduto de filosofia do Direito” (SEGURADO, 1973, pp. 394-395).

Um dos campeões do romantismo no Brasil, Bernardo Guimarães é conhecido, sobretudo, como o autor de *A escrava Isaura* (1875). Sua obra, como poeta e prosador, é vasta e diversificada em seus ritmos e gêneros. Juiz de Direito de Catalão, Goiás, demitido, a bem do serviço público, porque “mais mandava soltar do que prender”, Bernardo Guimarães foi escandaloso no século XIX e ainda mais seria no século XXI, não só por sua mania de libertar, mas, também, por sua obra poética, em que a crítica, séria e informada, tanto põe reparos, pelo que ela tem de gratuidade e desregramentos juvenis, sem falar da completa condenação dos poemas fesceninos, vivamente pornográficos, como “Elixir do Pajé”, excluídos de suas *Poesias completas*, organizada por Alphonsus de Guimaraens Filho, que, à guisa de explicação da exclusão, nada explica, ao dizer “esta edição, que só não apresenta, como é óbvio, os poemas eróticos de Bernardo Guimarães.” (GUIMARAENS FILHO, 1959, p. XVI). Ora, por que é óbvio que devesse excluir os poemas eróticos? Por restrições da censura oficial? Para não ferir sensibilidades hipersensíveis? Por que são imprestáveis os poemas? Por que ferem o bom gosto do organizador? De fato, a poesia pornográfica de Bernardo Guimarães ou foi ignorada, como é o caso de Martins de Oliveira, em sua *História da literatura mineira*, ou foi vista como certo desvio derrisório por historiadores importantes como Antonio Candido e Alexandre Eulálio. Só relativamente há

pouco tempo, pela ação sempre inovadora e transgressiva de Sebastião Nunes, é que a poesia pornográfica de Bernardo foi divulgada e devidamente apreciada em sua forte convocação disruptiva, em que o riso e o sexo, como em Rabelais, são instrumentos críticos tanto dos modos literários tidos por sérios, quanto do postigo e conservador da vida social (GUIMARÃES, 1988).

É nesta mesma chave do escândalo, pela mobilização da carne que solicita, que outro autor mineiro – Júlio Ribeiro (1845-1890), nascido em Sabará, um dos maiores gramáticos e filólogos do seu tempo – publicou, em 1888, *A carne* (RIBEIRO, [s.d.]), o mais típico romance representante, na literatura brasileira, do naturalismo à moda de Zola. Otto Maria Carpeaux sintetizou os juízes discrepantes sobre a obra de Júlio Ribeiro: “A partir da hora da publicação, *A Carne* foi chamado livro escandaloso pornográfico, sem valor literário; por outro lado, é incontestável o grande sucesso popular do romance, porventura causado por aqueles defeitos. Insistem porém os defensores de Júlio Ribeiro em afirmar-lhe as qualidades de filólogo científico e livre pensador destemido.” (CARPEAUX, 1967, pp. 232-233).

Episódio importante da história política brasileira, a Revolução Liberal de 1842 teve seu grande historiador no cônego José Antônio Marinho (1803-1853), sacerdote, jornalista, professor, político, historiador, o cônego Marinho foi nome importante do magistério, do jornalismo e da política em Minas Gerais em perspectiva liberal contrária à ultracentralização do segundo reinado. A Revolução de 1842 foi uma das manifestações do inconformismo diante da concentração de poderes do regime imperial. O movimento foi derrotado pela ação repressiva, comandada por Luis Alves de Lima e Silva, que mais tarde recebeu o título de Duque de Caxias. O cônego Marinho participou ativamente da luta e foi seu mais importante historiador. Disse Francisco Iglésias: “Escrito há 133 anos, *História do Movimento Político* que no Ano de 1842 teve Lugar na Província de Minas Gerais continua o livro mais importante sobre o assunto. Conserva ainda o primeiro posto, uma vez que nenhuma obra dedicada ao tema o excede, na vivacidade, na abrangência do quadro, na riqueza da narrativa e mesmo sob o prisma de interpretação.” (IGLÉSIAS, 1977, p. 35).

A literatura mineira no final do século XIX nos deu obra, diário de uma adolescente de Diamantina, que, publicada em 1942, *Minha vida de menina*, de autoria de Helena Morley (MORLEY, 1998), desconcertou e ainda causa espanto pela qualidade extraordinária de sua prosa, que levou Elizabeth Bishop, grande poetisa norte-americana, que viveu no Brasil, a dizer que na literatura brasileira do século XIX, Helena Morley ocupa lugar de destaque ao lado de Machado de Assis. *Minha vida de menina*, cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX é o diário de uma adolescente, Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970), entre os anos 1893 e 1895, que adotou o pseudônimo de Helena Morley para relatar, com maestria, feita de simplicidade, singeleza e inusual capacidade analítica

e descritiva, não só o cotidiano de uma adolescente na Província, mas de toda a província, do país mesmo. Quando foi publicado, o livro teve recepção desconcertante. Houve quem duvidasse que o livro fosse, de fato, o diário de uma adolescente provinciana, tamanhas a segurança e a força do estilo. Um de seus mais qualificados críticos, Alexandre Eulálio, diz: “Minha vida de menina ocupa uma posição especial entre os livros escritos no Brasil. Diário de uma adolescente, composto sem intenção de arte, em fenômeno por todos os títulos curioso, amanheceu clássico, vindo a conquistar imediatamente, sem alarde, um lugar de destaque em nossas estantes.” (EULÁLIO, 1999, p. 7).

Na mesma Diamantina de Helena Morley, nasceu, em 1885, Antônio Torres (1885-1934), padre que abandonou a batina e que se fez jornalista e escritor, a mais temida voz crítica da imprensa e da literatura brasileira do início do século XX. Antônio Torres morou no Rio de Janeiro, a partir de 1912: “Nenhum jornalista tinha maior número de leitores do que ele; nenhum escritor brasileiro vendia mais livros naquele começo de século.” (BARBOSA, 2002, p. 21). Em 1918, foi admitido no Itamarati, por convite de Nilo Peçanha. Depois de posto em Londres, foi transferido para Hamburgo, onde faleceu, em 1934. Idiossincrático, tomado de admirações e repúdios extremados, Antônio Torres fez de seus artigos de jornal a permanente denúncia de costumes, instituições, personagens. Inimigo implacável da Academia Brasileira de Letras, dos costumes políticos da Velha República, dos figurões e potentados da imprensa, da política, da literatura, não perdoava a empáfia, a frivolidade, a corrupção, os endinheirados, as falsas competências. Lusóforo, Antônio Torres moveu contínua campanha contra os portugueses, que ele acusava de monopolizarem o comércio do Rio de Janeiro. Tido por Antônio Torres como principal representante de interesses portugueses no Rio de Janeiro, Paulo Barreto, o João do Rio, sofreu com a implacável violência verbal de Antônio Torres: “Paulo Barreto foi uma das criaturas mais vis, um dos caracteres mais baixos, uma das larvas mais nojentas que eu tenho conhecido. Não tinha senso moral. Não tinha sentimento cavalheiresco. Não tinha a menor noção de brio. Nunca pôde aprender a significação da palavra dignidade.” (TORRES, 1925, p. XXXVII). Outro alvo de sua ira foi Rui Barbosa. Inteiramente desconhecido, hoje, Antônio Torres teria desperdiçado seu enorme talento: “Não foi outra coisa a trajetória de Antônio Torres senão esbanjamento de talento, da cultura e de força estilística. Fora de restrito círculo, está hoje quase inteiramente esquecido esse que era, há menos de trinta anos, o escritor mais lido do Rio de Janeiro, e que, ainda na expressão de Humberto de Campos, poderia ter sido o maior de seu tempo.” (DUTRA; CUNHA, 1956, pp. 53-94).

Forte no romantismo literário brasileiro, a contribuição mineira não foi menor para o simbolismo. O nome-chave, nesse caso, é o de Alphonsus de Guimaraens (1870-1921), mas não é o único representante de uma escola poética particularmente rica em Minas Gerais. Nascido em Ouro Preto, sobrinho-neto

de Bernardo Guimarães, pai de 14 filhos, promotor de justiça e Juiz de Direito, poeta, jornalista, Alphonsus de Guimaraens, nas palavras de um dos maiores críticos de poesia do Brasil, José Guilherme Merquior, “deu trinta anos à destilação paciente de uma poesia sem desníveis – e das mais puras que tem tido nossa lírica” (MERQUIOR, 1977, p. 146).

Praticamente desconhecido em sua época, Alphonsus teve que esperar o modernismo para ser reconhecido. Foi Mário de Andrade, em 1919, quem revelou o poeta da Dona Mística, de Kiriale, do Septenário das dores de Nossa Senhora. E então se tomou conhecimento de versos que ficarão para sempre:

Quando Ismália enlouqueceu,
Pôs-se na torre a sonhar...
Viu uma lua no céu,
Viu outra lua no mar.

No sonho em que se perdeu,
Banhrou-se toda em luar...
Queria subir ao céu,
Queria descer ao mar...

(GUIMARAENS, 1960, pp. 231-232).

Amigo do grande Cruz e Souza, Alphonsus teve outro grande companheiro de geração e poesia, que foi José Severiano de Rezende (1871-1931). Nascido em Mariana, José Severiano de Rezende foi jornalista, estudou direito e foi ordenado sacerdote. Inquieto e boêmio, abandonou a vida religiosa e foi viver em Paris, exercendo ali o jornalismo e posto na Embaixada do Brasil. Voltou ao Brasil em 1915. Novamente na Europa, publicou, em Lisboa, em 1920, *Mistérios*, seu último livro; faleceu na França, em 1931 (LISBOA, 1971). “Outros simbolistas mineiros possuíram também vigorosa personalidade poética. Contudo, entre esses, a voz mais límpida terá sido, certamente, a de Edgar Mata (1878-1906), cuja obra, em parte fragmentada, acabou de ser recolhida em volume. (...) A Edgar juntavam-se ainda Archangelus de Guimaraens (1872-1934), irmão de Alphonsus, (...) Álvaro Vianna (1882-1936), (...) Mamede de Oliveira (1887-1913)” (EULÁLIO, 1992, pp. 115-117).

4.3 A modernização republicana

A República não se implantou e se consolidou no Brasil senão depois de um relativamente longo e turbulento período. O importante livro de José Murilo de Carvalho, que surpreendeu a reação da população brasileira, após o 15 de Novembro, “bestializada”, dá o mote para a listagem de uma série de eventos que, no campo e na cidade, ao sul e ao norte do País, expressaram a ausência de efetiva hegemonia republicana, ou, de outro lado, a presença de fortes tensões e interesses contrariados com a mudança de regime.

Em Minas Gerais, a instauração republicana também provocou insatisfações, como se vê no caso de grandes nomes da cultura mineira, como José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900) e Afonso Arinos (1858-1916), que, monarquistas intransigentes, mantiveram permanente oposição ao novo regime. Por outro lado, em Minas Gerais, ao lado de republicanos históricos, como João Pinheiro e Antônio Olinto Pires, logo se somaram republicanos de última hora, como Afonso Pena e Cesário Alvim, num quadro de acomodação política, conduzido pelas elites políticas mineiras.

Medidas como a transferência da capital para Belo Horizonte, em 1897, e a fundação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 1892, são eventos importantes de uma aceleração do processo de modernização política, econômica e institucional que a República vai ensejar em Minas Gerais. Dois personagens vão se destacar no processo de modernização de Minas Gerais, naquele momento: João Pinheiro (1860-1908) e Afonso Pena (1847-1909), um republicano histórico e um republicano tardio. João Pinheiro teve um papel decisivo na modernização econômica e institucional de Minas Gerais, seja à frente do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, de 1903, seja como governador de Minas Gerais, entre 1906 e 1908. Afonso Pena, fundador da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, assim como João Pinheiro, foi Presidente da República, entre 1906 e 1909, em governo marcado por uma série de iniciativas inovadoras conduzidas por grupo político – o chamado “Jardim da Infância” – ligado a João Pinheiro (FRANCO, 1977).

O regime republicano franqueou a criação de escolas de nível superior, o que o regime imperial havia dificultado. Em poucos anos, em Minas Gerais, foram criadas a Faculdade de Direito, em 1872; a Faculdade de Odontologia e Farmácia, em 1907; a Escola de Engenharia, em 1911, e a Faculdade de Medicina, também em 1911. No âmbito do ensino primário, João Pinheiro implantou importante reforma, em 1906, com a criação dos “Grupos Escolares”, que representaram significativo avanço com relação ao quadro anterior de escolas isoladas, que funcionavam em locais improvisados e desprovidos de infraestruturas indispensáveis para o aprendizado. (FARIA FILHO; VAGO, 2000).

De todas as iniciativas da República em seus primeiros tempos, a transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte – e a construção ali de uma nova cidade, projetada segundo os preceitos de um urbanismo positivista, ordenador e higienista – talvez seja a sua mais significativa iniciativa: uma nova capital para um novo tempo, a substituição da velha capital, colonial-lusitana-barroca, por uma nova capital, republicana-planejada-moderna.

Belo Horizonte, inaugurada em 1897, nasceu apenas dois anos depois do cinema, é contemporânea de grandes avanços tecnológicos e industriais, sincronizados à chamada 2ª Revolução Industrial. Nascida do impulso ordenador da lógica positivista, a cidade foi projetada para discriminar, em seus espaços, funções-classes sociais-atividades, cada coisa em seu lugar, tudo sob o controle do Estado. Projetada para prevenir o conflito, para a exclusão dos pobres do espaço urbano, a cidade logo se rebelou, e desafiando o plano garantiu a presença dos pobres, no morro da Favela, às margens do Córrego do Leitão. Em 1921, houve greve geral dos operários de Belo Horizonte, com barricadas na Rua da Bahia, greve que durou cinco dias e foi vitoriosa com a redução da jornada de trabalho e aumento de salários.

Um dos índices mais significativos da modernização republicana em Minas Gerais foi o lançamento, em 1904, da Revista Forense, dirigida pelos professores Francisco Mendes Pimentel (1869-1957) e Estêvão Pinto (1870-1945), ambos professores da Faculdade de Direito e que estarão, posteriormente, entre os fundadores da Universidade de Minas Gerais, em 1927.

A Revista Forense é expressão da sólida cultura jurídica de Minas Gerais, desde os tempos da colônia, que floresceu, ainda mais, no Império e continuou rica na República com juristas e magistrados como Pedro Lessa (1859-1921), como Edmundo Pereira Lins (1863-1944), como João Luis Alves (1870-1925), como David Campista (1861-1911), como Francisco Campos (1891-1968), como Gastão da Cunha (1863-1927), como Carlos Peixoto Filho (1871-1917), como Carlos Álvares da Silva Campos (1893-1955), como Victor Nunes Leal (1914-1985), como Orlando Magalhães Carvalho (1910-1998), como Edgar de Godoy da Mata Machado (1913-1995), para ficar com poucos nomes significativos.

A Revista Forense logo foi reconhecida como a mais importante publicação no campo jurídico do Brasil. Suas matérias versavam sobre: Doutrina, Pareceres e Razões; Jurisprudência; Crônica; Legislação; Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, Código Penal; Código Civil; Código Comercial; Ministério Público; Conta Corrente; Constituição Federal; Compra e Venda; Recurso Extraordinário, Registro Torrens (REVISTA FORENSE, 1936). Em 1936, a Revista Forense passou a ser nacional, com a seguinte justificativa: “A sua nacionalização foi determinada pelo empenho desta Empresa Editora em dar aos advogados e juízes de todo o Brasil, na vigência do regime de unidade processual, prescrito pela Constituição Federal, e cujo advento está bem próximo, um periódico forense

com capacidade para divulgar a jurisprudência de todos os tribunais brasileiros e que, por isso mesmo, possa interessar aos profissionais de direito do país inteiro.” (REVISTA FORENSE, 1936, p. 4). Nessa nova fase, a Revista continuou sendo dirigida por juristas mineiros: Pedro Aleixo e Bilac Pinto.

A Academia Mineira de Letras (LAGE; ESTEVES, 1915), fundada em Juiz de Fora, em 1909, é prova da existência de uma rede de produção literária espalhada pelo estado, o que também é atestado pela extensa malha da produção jornalística em Minas Gerais (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1980).

A Academia Mineira de Letras, fundada em 1909, foi transferida, em 1914, para Belo Horizonte. São seus 40 primeiros membros: Augusto de Lima, Aldo Delfino, Alphonsus de Guimaraens, Albino Esteves, Álvaro Silveira, Amanajós de Araújo, A. Machado Sobrinho, Arduino Bolivar, Bento Ernesto Júnior, Carlindo Lellis, Carlos Góes, Dilermando Cruz, Diogo Vasconcelos, Eduardo Menezes, Estevam Oliveira, Francisco Pinto de Moura, Francisco Brant Horta, Francisco Lins, Francisco Magalhães, Gilberto Alencar, Heitor Guimarães, João Massena, João Lúcio Brandão, Joaquim Candido da Costa Senna, José Paixão, Dom Joaquim Silvério de Souza, José Eduardo da Fonseca, J. J. Carmo Gama, José Rangel, Lindolpho Gomes, Luiz de Oliveira, Navantino Santos, Nelson de Senna, Olympio Araújo, Paulo Brandão, Plínio Motta (LAGE; ESTEVES, 1915, pp. 237-245).

Em 1980, a Revista do Arquivo Público Mineiro publicou um levantamento de sua coleção de jornais mineiros, que, àquela época, montava 552 jornais, de 140 cidades, muitos deles fundados no século XIX, alguns na primeira metade do século XIX, como: O Universal, de Ouro Preto, de 1825; o Amigo da Verdade, de São João del-Rei, de 1829; o Correio de Minas, de Ouro Preto, de 1838; o Compilador da Assembléia Legislativa Provincial, de Ouro Preto, de 1843; O Povo, de Ouro Preto, de 1848; O Conciliador, de Ouro Preto, de 1849; o Diário da Assembléia Legislativa, Provincial de Minas Gerais, 1850 (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1980).

Em 1903, Avelino Fóscolo publicou o romance A Capital, que registra, em perspectiva ficcional, os primeiros tempos da cidade, o momento de sua própria construção e as tensões e conflitos decorrentes da especulação imobiliária (FÓSCOLO, 1979).

O Arquivo Público Mineiro, fundado em 1895, teve em José Pedro Xavier da Veiga seu grande consolidador. Monarquista renitente e contrário à mudança da capital, Xavier da Veiga se recusou a transferir o Arquivo Público para Belo Horizonte, o que só ocorreu depois de sua morte, em episódio, diga-se, bem pouco republicano. De todo modo, Xavier da Veiga é um dos grandes nomes da cultura mineira, seja pelo seu trabalho à frente do Arquivo, seja pela publicação da Revista do Arquivo Público Mineiro, a partir de 1896, seja por sua produção historiográfica, em que se destaca Efemérides Mineiras (1664-1897) (VEIGA, 1998). Igualmente monarquista, mas que se converteu à República,

foi Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos (1843-1927), político, jornalista, administrador público e historiador, que publicou, em 1901, *História antiga de Minas Gerais*, republicada em 1904; e em 1918, *História média das Minas Gerais* (VASCONCELOS, 1974b). Nessa mesma filiação historiográfica deve ser incluído o historiador nascido em Mariana, ligado ao Arquivo Público Mineiro, Theóphilo Feu de Carvalho (1872-1946), com livros importantes como *Emenário da história de Minas e Força pública policial de Minas Gerais (1831-1900)* (CARVALHO, 1933; 2014).

Em 1907, foi fundado em Belo Horizonte o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ao qual pertenceram, entre outros nomes: Salomão de Vasconcelos (1877-1965) e Augusto de Lima Júnior (1889-1970). O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais foi fundado em 16 de julho de 1907, por iniciativa de membros do Clube Floriano Peixoto, fundado em Belo Horizonte, em 1889, tendo à frente o coronel da Guarda Nacional, Júlio Cesar Pinto Coelho (1849-1916), tio-avô de Pedro Nava, engenheiro, construtor, empresário, que teve importante papel na construção dos primeiros edifícios públicos de Belo Horizonte. Ao lado do coronel Júlio Pinto, como era conhecido, são considerados fundadores do Instituto: Augusto de Lima, Prado Lopes, Francisco Alves Pinto, João Luiz Alves, Francisco Bressano, João Libânio, Albino Alves, Estevão Pinto e, ainda, João Pinheiro, Diogo de Vasconcelos, Carlos Otoni, Nelson de Senna, Pedro Sigaud, João Bráulio Moinhos de Vilhena, Virgílio Martins de Melo Franco, Francisco Mendes Pimentel, Juscelino Barbosa, Ismael Franzen, Luiz Pessanha e Júlio Veiga (LASMAR, 2015). O Instituto publica sua revista, ainda em circulação, desde 1945, publicação que tem veiculado importantes estudos sobre a história de Minas Gerais (LASMAR, 2010).

Nelson Coelho de Senna (1876-1952) é um dos fundadores do Instituto Geográfico de Minas Gerais e deixou importante contribuição para a historiografia mineira com os seus *Anuários de Minas Gerais*, publicados a partir de 1906. Em 1923, publicou *A terra mineira* (SENNA, 1926; 2000).

As letras mineiras, no período que antecedeu o modernismo, têm um nome de real valor literário, que é Godofredo Rangel (1884-1951), grande amigo de Monteiro Lobato, com quem partilhou o mesmo cuidado com a linguagem, a sátira social, o nacionalismo (DUTRA; CUNHA, 1956, p. 92).

Godofredo Rangel, homem de uma outra geração, teve importante papel na formação da geração mais nova. Autran Dourado, por exemplo, tomou-o como mestre. Também simpática aos modernistas foi a posição de outros grandes nomes da cultura clássica mineira, como Abílio Barreto (1883-1959), Arduino Bolívar (1873-1952) e José Osvaldo de Araújo (1887-1975) (DIAS, 1971, p. 60).

4.4 Os modernismos em Minas Gerais e o apego ao classicismo

 modernismo em Minas são muitos, são pelo menos vários, diria Guimarães Rosa. E essa constatação, a pluralidade dos modernismos, deve ser entendida em seu sentido forte. Trata-se, a um tempo, da existência de vários núcleos regionais, que conformaram variadas tendências do modernismo. Também variadas foram as formas de expressão desses modernismos: literatura, cinema, pensamento pedagógico, política cultural. Diversas foram as perspectivas político-ideológicas, que animaram o modernismo, contando-se entre elas: gente com ligações à direita, como Francisco Campos, como Gustavo Capanema; liberais, como Milton Campos; gente ligada à esquerda, como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava. Igualmente diverso foi o universo estético do modernismo mineiro, incluindo desde propostas de vanguarda, até versões classicizantes do modernismo, como se vê em Henriqueta Lisboa e Emílio Moura.

A Revista, publicação dos modernistas de Belo Horizonte, que circulou entre 1925 e 1926, é tida como a primeira do modernismo mineiro (A REVISTA, 1978). Em 1927, surgiu em Itanhandu a revista Eléctrica, “dirigida pelo poeta Heitor Alves, quatro meses antes de Verde de Cataguases – tendo entre seus colaboradores Ribeiro Couto, Pedro Nava e Heli Menegale.” (MACIEL, 1988, p. XIV). Nesse mesmo período, apareceu, em Ubá, a revista Montanha, que só teve um número e que contou entre “seus comentadores e pesquisadores” com Martins de Oliveira, Leocádio Godinho e Siqueira, Ary Gonçalves, Venâncio Barbosa, Assis Rodrigues, F. Martins da Costa, Alcino Duque e Azevedo Corrêa Filho (DIAS, 1971, p. 20).

Em 1927, em Cataguases, surgiu a revista Verde, “talvez a mais famosa de todas as publicações mineiras de literatura. Trata-se de movimento paralelo ao de Belo Horizonte. De uma corrente autônoma, porém não desligada por completo do grupo belorizontino. (...) O diretor era Enrique Resende; os redatores Martins Mendes e Rosário Fusco. (...) A repercussão foi intensa: poema (a quatro mãos) de Mário e Oswald de Andrade; manifestação de Blaise Cendrars; notícias nas demais publicações literárias do país, etc. (...) Os principais escritores reunidos pela publicação eram Ascânio Lopes (falecido em 1928), Rosário Fusco, Guilhermino Cesar, Francisco Inácio Peixoto, Enrique de Resende, (...) e Martins Mendes.” (DIAS, 1971, pp. 51-53). Verde não foi a única manifestação importante do modernismo em Cataguases. O cinema de Humberto Mauro é outra decisiva contribuição da cidade para a formação do cinema nacional, em que a temática quase sempre ligada às coisas da terra buscou mostrar na tela os brasileiros para os brasileiros. Cinema de invenção, em que tanto os equipamen-

tos, quanto a linguagem nasceram de uma vontade de criar e de uma sensibilidade artística extraordinárias (GOMES, 1974). Verde tem sido objeto de variados e importantes estudos, como o de Luiz Ruffato (RUFFATO, 2002) e de Ana Lúcia Guimarães Richa (RICHA, 2008).

Cataguases não foi o único polo cinematográfico de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX. Paulo Augusto Gomes rastreou os inícios da atividade cinematográfica em Minas Gerais, também, em: Belo Horizonte, Barbacena, Pouso Alegre, Guaranésia e Juiz de Fora (GOMES, 2008).

Em 1929, surgiu em Belo Horizonte inicialmente como um tabloide, distribuído gratuitamente, Leite Criôlo, como homenagem ao 40º aniversário da abolição da escravidão. “A seguir, passou a ser publicado como suplemento do Estado de Minas, saindo uma vez por semana. Circulou, nessa modalidade, entre os dias 2/6/1929 e 29/9/1929” (DIAS, 2012, p. 13). Leite Criôlo nasceu de iniciativa de João Dornas Filho, Achilles Vivacqua e Guilhermino César, este também participante da Verde. Leite Criôlo, em Belo Horizonte, era uma espécie de variante do movimento antropofágico lançado por Oswald de Andrade, de 1928, que em vez da chave indigenista, mobilizou a tradição africana como elemento da construção de uma cultura autenticamente nacional, como disse João Dornas Filho (DIAS, 2012, p. 17).

No início da década de 1930, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Dantas Mota participou do lançamento da revista Surto, “publicação lítero-cultural com expressiva importância da renovação das letras mineiras contemporâneas.” (MACIEL, 1988, p. XV).

O grupo que lançou A Revista enfrentou resistências quando surgiu. Não houve influência direta e imediata da Semana de Arte Moderna de São Paulo, de 1922, sobre os modernistas de Belo Horizonte. Mas, desde 1921, era possível identificar a movimentação dos jovens escritores mineiros em torno do modernismo, movimentação que vai ser catalisada pela chegada, em Belo Horizonte, da caravana modernista paulista, em 1924. A presença, na cidade, de Mário e Oswald, o entrosamento que se deu entre eles e os jovens escritores da terra foram os impulsos decisivos para a consolidação do modernismo na cidade. A Revista, lançada em 1925, foi a confirmação de um vínculo não só literário e cultural, mas, decisivamente, afetivo. Mário, sobretudo, chamou a si, como era de seu costume, educar, incentivar, apoiar os jovens escritores mineiros com seu grande saber e sua inesgotável capacidade de conviver, de compartilhar. Mestre e amigo, Mário de Andrade marcou não só a geração de Drummond e Pedro Nava, mas a geração seguinte de Fernando Sabino, de Otto Lara Resende, de Francisco Iglésias.

A Revista, fundada por Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida e Gregoriano Canedo, não se voltou apenas para a literatura. Disse Pedro Nava: “a preocupação não só literária como a social, com desejo de participação dos moços no nosso processo político. Pregava-se uma

posição nacionalista e de pouco crédito às verdades extrapátria. Aí está o embrião paradoxal, de certas tendências de direita – assumida ulteriormente por algumas figuras do grupo – tendência largamente compensada pelos que penderam depois para a esquerda e para o centro democrático.” (NAVA, 1978).

Pedro Nava (1903-1984) fala em paradoxo a propósito da posição política dos modernistas de Belo Horizonte. É bem escolhido o termo, paradoxo, ao qual poderão ser agregados outros, igualmente expressivos: ambiguidade, ambivalência, contraditório. Um grupo modernista que publicava seus trabalhos no *Diário de Minas*, órgão oficial do Partido Republicano Mineiro, partido arquiconservador.

O lançamento de *A Revista* ensejou reação violenta de literatos já estabelecidos. Entre esses, destacou-se Eduardo Frieiro, que com o pseudônimo de João Cotó atacou impiedosamente a publicação e seus colaboradores: Drummond, Pedro Nava, Emílio Moura. Atacou a forma, que lhe pareceu canhestra, e o conteúdo de *A Revista*: “perrengue de físico e de miolo” (WERNECK, 1992, p. 48).

O mais atacado entre todos, Drummond, parece não ter se aborrecido muito com seu crítico, e continuou a lê-lo. Em 1930, quando da publicação de seu primeiro livro – *Alguma poesia* – Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) teve em Eduardo Frieiro um primoroso impressor do volume publicado pela Imprensa Oficial (ANDRADE, 2010).

Autodidata, culto e inteligente, ainda que ranzinza, Eduardo Frieiro (1889-1982) tem lugar importante na vida cultural de Minas Gerais, como romancista, como ensaísta, como crítico, como historiador, como jornalista, como professor. Em 1927, publicou *O Club dos Graphomanos*, que inaugurou, em Belo Horizonte, os “romances de geração” (FRIEIRO, 1927).

Em 1930, Drummond publicou *Alguma poesia*; nesse mesmo ano, Murilo Mendes (1901-1975) publicou *Poesias*. Natural de Juiz de Fora, Murilo Mendes é o outro grande poeta do modernismo mineiro, poeta visionário, em perspectiva surrealista, cuja obra é sempre surpreendente pelo que mobiliza de liberdade, de invenção (MERQUIOR, 1994).

Em 1931, Emílio Moura (1902-1971) publicou *Ingenuidade*, seu primeiro livro, cheio de um lirismo expectante, que se recusou a aceitar que a vida está completa, que nela não há lugar para a plena realização humana (MOURA, 2002).

Entre os modernistas mineiros, alguns viveram por muito tempo fora do estado, como Aníbal Machado (1894-1964) e Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), sem que tenham desfigurado, por pouco que seja, suas ligações profundas com a cultura mineira.

Se foram muitos os que se dedicaram à poesia entre os modernistas de *A Revista*, a prosa, o romance, o conto também foram praticados com excelência, por João Alphonsus (1901-1944), por Cyro dos Anjos (1906-1994). Publicadas tardiamente, a partir de 1972, as *Memórias* de Pedro Nava são um dos pontos altos da prosa brasileira do século XX.

O modernismo mineiro tem sido objeto de trabalhos importantes, como são os de: Fernando Correia Dias (DIAS, 1971); Fritz Teixeira de Salles (SALLES, 1974); Antônio Sérgio Bueno (BUENO, 1982); Humberto Werneck (WERNECK, 1992); Helena Bomeny (BOMENY, 1994); Luciana Teixeira de Andrade (ANDRADE, 2004); e a Revista Scripta (SCRIPTA, 1998).

Fenômeno não apenas literário, os modernistas de A Revista tiveram papel importante na divulgação de novas ideias, como a Psicanálise. Também parte do processo de modernização, de que o modernismo é parte, foram as iniciativas no campo educacional, de que são exemplos: a Reforma do Ensino conduzida por Francisco Campos, a partir de 1926; a fundação, em 1927, da Universidade de Minas Gerais; a fundação, em 1930, da Escola de Arquitetura e, em 1939, da Faculdade de Filosofia, que posteriormente se integraram à Universidade de Minas Gerais.

4.5 A herança modernista

A década de 1920, no Brasil, foi marcada pela emergência de várias correntes modernizadoras. O modernismo literário, cujo marco fundador é de 1922, não foi o único evento relevante daquele ano, que também assistiu à revolta do Forte de Copacabana, que marcou a entrada em cena dos tenentes, e a fundação do Partido Comunista do Brasil. As classes médias e o proletariado urbano vão se colocar como sujeitos políticos importantes na vida nacional, quebrando o monolitismo do poder das oligarquias. Em 1930, a Revolução confirmou um novo arranjo político no País, sob a forma de um Estado de compromisso entre as oligarquias rurais, a burguesia industrial e as classes médias, representadas pelos tenentes.

Em termos sociológicos gerais, 1930 é o início da intensificação da modernização, da urbanização e da industrialização no Brasil. Um capítulo importante do processo de modernização institucional do Brasil está ligado às transformações que as políticas de educação e cultura vão experimentar, sob o comando de nomes ligados ao modernismo mineiro, como são Francisco Campos e Gustavo Capanema. No âmbito das políticas de governo na esfera estadual, o longo governo de Benedito Valadares, 1933-1945, não tendo legitimidade democrática, foi, particularmente, marcado por iniciativas com significativo conteúdo modernizante. Tais características modernizantes, simbólica e materialmente, ficam explicitadas tanto pelas importantes políticas conduzidas por Israel Pinheiro à frente da Secretaria de Agricultura, quanto pelo dinamismo das políticas de Juscelino Kubitschek, à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, entre 1940 e 1945.

Com efeito, os anos 1940 em Minas Gerais, em Belo Horizonte em particular, foram anos de importantes iniciativas no campo cultural, emblemática-

mente representadas pela construção do conjunto da Pampulha, que vai marcar a afirmação das modernas arquitetura e artes plásticas brasileiras. É momento importante desse processo a instalação, em 1944, da Escola de Artes do Parque Municipal, dirigida por Alberto da Veiga Guignard (1896-1962), que criou uma importante escola de artes plásticas modernista, em Belo Horizonte, formando artistas como Mary Vieira (1927-2001), Maria Helena Andrés (1922-), Amílcar de Castro (1920-2002), Sara Ávila (1932-), Álvaro Apocalypse (1937-2003), Yara Tupynambá (1932-), Chanina (1927-2012), entre outros nomes (RIBEIRO, 2013).

Nos anos 1940, surgiu em Belo Horizonte uma geração que se reivindicou, explicitamente, herdeira da tradição modernista, de sua vertente mineira sintetizada na figura de Carlos Drummond de Andrade. Em 1945, foi lançada a revista *Edifício*, que, remetendo a verso de Drummond, reverberava a fase engajada do poeta de *A rosa do povo* (SOUZA, 1998). A revista *Edifício* publicou, em seus quatro números, artigos de nomes consagrados, como Vinicius de Moraes, Lúcio Cardoso, Emílio Moura, Drummond, e os novíssimos, na casa de vinte anos: Hélio Pellegrino, Otto Lara Resende, João Etienne Filho, Amaro Xisto de Queiroz, Fernando Sabino, Autran Dourado, Sábato Magaldi, Edmur Fonseca, Francisco Iglésias, Vanessa Netto, Lucy Teixeira, Jacques do Prado Brandão, Carlos Castello Branco (SOUZA, 1998, p. 4).

Reunindo católicos e comunistas, a revista *Edifício* traduziu bem o espírito da época em que a guerra tinha aproximado todas as correntes contrárias ao nazifascismo.

Desdobramentos do modernismo são as obras: de Bueno de Rivera, *Mundo submerso*, de 1944 (RIVERA, 1944); de Dantas Motta, *Planície dos mortos*, de 1945, e *Elegias do país das Gerais* (MOTA, 1988); de João Guimarães Rosa, *Sagarana*, de 1946 (ROSA, 1973); e de Murilo Rubião, de 1947, *O ex-mágico* (RUBIÃO, 1947).

Dos nomes citados no trecho anterior, o de Guimarães Rosa vai se afirmar como de primeira plaina, a partir de 1956. Murilo Rubião é hoje reconhecido como dos mais originais escritores brasileiros, um efetivo pioneiro mestre da literatura fantástica, entre nós. Bueno de Rivera é dos nomes fortes de uma geração, que se colocou corrigir os exageros anedóticos e formais do modernismo. Dantas Motta é o poeta, segundo Drummond, da “Minas aberta, revisora, contestatória, que não se conforma com a mesmice dos princípios estabelecidos e expõe a exame, nomes, situações, ideias, com infatigável espírito crítico.” (ANDRADE, 1988, pp. XVI-XVII).

A virtual hegemonia que se quer ver com a irrupção modernista não pode significar tomar por irrelevantes ou desprestigiada a tradição da cultura clássica. Desde a fundação do Seminário de Mariana, em 1750, Minas Gerais vai se impor como centro importante de estudos clássicos e humanísticos, o que vai ser ainda mais confirmado com a atuação do Colégio do Caraça, no início do século XIX.

São essas raízes clássicas que vão ser enlaçadas pela vigorosa floração modernista. É um exemplo conspícuo da confluência dessas matrizes a fundação, em 1939, da Faculdade de Filosofia. Estão entre seus fundadores e pioneiros mestres da cultura clássica, como Arduino Bolívar, como José Lourenço de Oliveira, formados no Caraça, e modernistas, como Guilhermino César. Inicialmente marcada por um grupo de fundadores ligados à direita, como Lúcio dos Santos e Arthur Versiani Vellôso, a Faculdade de Filosofia, já em 1950, vai abrigar professores e ideias de esquerda.

A diversidade dessas matrizes culturais expressou-se tanto nos campos do ensino e da pesquisa, quanto na produção artística e filosófica. Um campo particularmente expressivo dessa diversidade é o referente à atividade crítica, ensaística e historiográfica, registrada na importante revista *Kriterion*, fundada na Faculdade de Filosofia, em 1947, dirigida por Eduardo Frieiro, que vai se tornar veículo importante da divulgação tanto da produção local, quanto das grandes tendências da cultura contemporânea.

Registrem-se outros nomes importantes do ensaísmo e da cultura mineira, como Oscar Mendes (1902-1983) e Cristiano Martins (1912-1981); como Paulo Pinheiro Chagas (1906-1983); e nomes ligados à Academia Mineira de Letras, como Vivaldi Moreira (1912-2001); como Oiliam José (1921-2017); como Waldemar de Almeida Barbosa (1907-2000).

Entre os muitos eruditos que Minas tem dado à cultura brasileira está Luiz Camillo de Oliveira Netto (1904-1953). Formado em química pela UFMG, em 1925, dedicou-se com crescente entusiasmo e competência à pesquisa histórica, mobilizando invulgar erudição. Bibliófilo, colecionador, professor, gestor de arquivos e bibliotecas, Luiz Camillo tem obra pequena, mas significativa contribuição à cultura brasileira (OLIVEIRA NETTO, 1975; PENNA, 2006).

Outros historiadores-ensaístas importantes, contemporâneos de Luiz Camillo, são: seu irmão José Camilo de Oliveira Torres (1915-1973); Afonso Arianos de Melo Franco (1905-1990) e Aires da Mata Machado Filho (1909-1985).

4.6 As vanguardas

Em 1951, Affonso Ávila, Fritz Teixeira de Salles, Rui Mourão e Fábio Lucas lançaram a revista *Vocação*, que inaugurou, em Belo Horizonte, uma vertiginosa série de iniciativas de vanguarda nos campos da literatura, do cinema, do teatro e da música. Em 1951, foi criado o Centro de Estudos Cinematográficos, CEC, por iniciativa de Cyro Siqueira, Jacques do Prado Brandão e Fritz Teixeira de Salles. A esse grupo inicial juntaram-se várias gerações de cinéfilos, com nomes como Guy de Almeida, Maurício Gomes Leite, Flávio Pinto Vieira, Silviano Santiago, Carlos Denis Machado, José Haroldo Pereira, Ronaldo



de Noronha, Geraldo Veloso, Celina Albano, Paulo Augusto Gomes, Mário Alves Coutinho, entre outros (OLIVEIRA, 2003).

Em 1954, como desdobramento das atividades do CEC, foi criada a Revista do Cinema, que circulou até 1958. Em 1961, a revista voltou a circular, a partir de nova seriação, com periodicidade bimestral. Nova interrupção e a revista foi relançada em 1964, com o n. 3 julho-agosto, em referência ao último número lançado, de maio-junho de 1961, que levava o n. 2 (REVISTA DE CINEMA, n. 1; 2; 3; 4, 1961; 1964). Também índices da densidade e diversidade crítica sobre cinema, em Belo Horizonte, são: o lançamento de outra revista de crítica cinematográfica na cidade, A Revista de Cultura Cinematográfica, lançada em 1957, ligada a cinéfilos católicos; e a coleção de livros editada pela Editora Itatiaia, sob a direção de Cyro Siqueira – que lançou, em 1963, a tradução de A linguagem cinematográfica, de Marcel Martin (MARTIN, 1963).

Ao lado da atividade crítica e cineclubística, Belo Horizonte também abrigou manifestações cinematográficas, desde a década de 1920, com pioneiros como Igino Bonfioli. Em 1962, a Universidade Católica de Minas Gerais criou uma Escola de Cinema, dirigida pelo padre Edeimar Massote, que contribuiu para a formação de profissionais de cinema, fotógrafos, diretores, atores, que atuaram tanto em produções mineiras, quanto em produções de outras praças (GOMES, 1997).

Em 1955, surgiu uma nova revista – Complemento – que reunia textos de crítica cinematográfica, teatro, artes plásticas, balé e literatura. O nome da revista, Complemento, remetia ao novo dos tempos. A referência aqui é a Ferreira Gullar e seu poema “Galo Galo” de *A luta corporal*:

O galo permanece – apesar
de todo o seu porte marcial –
só, desamparado,
num saguão do mundo.
Pobre ave guerreira!
(...)

Grito, fruto obscuro
e extremo dessa árvore: galo.
Mas que, fora dele,
é mero complemento de auroras.

(GULLAR, 1991, p. 11)

Diz Wander Melo Miranda: “à equipe de colaboradores fixos sempre se juntam, como complemento, novos colaboradores, das mais diversas áreas. Hoje

falaríamos de aspecto interdisciplinar e intersemiótico da revista, uma vez que reunia artistas plásticos (Degois, Chanina), críticos de cinema (Maurício Gomes Leite, Flávio Pinto Vieira), de artes plásticas (Frederico Moraes), ensaístas (Heitor Martins, Theotônio dos Santos Júnior), poetas como Ary Xavier, Valmiki Vilela Guimarães, Luiz Carlos Alves (os dois últimos, posteriormente, professores da UFMG), os escritores Silviano Santiago e Ivan Ângelo, o crítico de teatro João Marschner (...), o então contista e depois produtor de rock Ezequiel Neves. Do grupo faziam parte também o ator Carlos Kroeber, o bailarino Klaus Vianna e as bailarinas Sigrid Hermann e Duda Machado” (MIRANDA, 1998, p. 24).

Em 1957, sob a direção de Fábio Lucas, surgiu a revista *Tendência*, que tinha em sua comissão de redação Affonso Ávila, Rui Mourão e Fritz Teixeira de Salles e congregou ainda Maria Luiza Ramos e Laís Correia de Araújo (BUENO, 1998; WERNECK, 1992).

Em 1956, a literatura brasileira foi sacudida por um duplo abalo sísmico. Guimarães Rosa publicou, naquele ano, duas obras, um conjunto de novelas – *Corpo de baile* – e um romance – *Grande sertão: veredas* – que não têm equivalentes na literatura brasileira seja pela inventividade da linguagem, seja porque a conectaram às fontes matriciais da grande literatura mundial em seus variados espaços e tempos, das epopeias gregas e indianas à mística ocidental e oriental; de Cervantes a Goethe, das sagas medievais à saga do onzeiro, filho de onça, no intervalo entre o cru e o cozido, numa forte invocação antropofágica que ilumina a novela “Meu tio Iauaretê”, escrita por Guimarães Rosa ao mesmo tempo que *Grande sertão: veredas*, e que, no entanto, só foi publicada postumamente em *Estas estórias*. Até sua morte, em 1967, Guimarães Rosa ainda publicou mais dois livros – *Primeiras estórias*, de 1962, e *Tutaméia*. *Terceiras estórias*, de 1967. Paulo Rónai publicou dois volumes póstumos de Guimarães Rosa: em 1969, *Estas estórias*, e, em 1970, *Ave, palavra*.

Outro campo em que foi forte a presença das vanguardas em Minas foi o das artes visuais. Sobre isso, disse Frederico Moraes: “foi na capital mineira, entre 1964 e 1973, aproximadamente, que se levaram a cabo algumas das propostas mais arrojadas e polêmicas da plástica brasileira de vanguarda apoiadas por uma crítica de arte militante e criativa.” (MORAIS, 2013, p. 7).

A força dessa vanguarda tem raízes na vigorosa tradição artística mineira, que a partir do século XVIII, manteve-se ativa até o século XIX, como mostrou Ricardo Giannetti, em seu livro: *Ensaio para uma história da arte de Minas Gerais no século XIX* (GIANNETTI, 2015).

Os marcos decisivos da vanguarda artística mineira foram o ensino e a prática de Alberto da Veiga Guignard, que criou e dirigiu, a partir de 1944, a “Escola de Arte” que funcionava no Parque Municipal, responsável pela formação de uma extraordinária geração de artistas, em que se destacam nomes como os de Amílcar de Castro, Mary Vieira, Farnese de Andrade, Maria Helena Andrés,

Chanina, Álvaro Apocalypse, Mário Silésio, Marília Giannetti, Heitor Coutinho, Yara Tupynambá, Sara Ávila (RIBEIRO, 1997; 2013).

Em 1947, tiveram início as primeiras iniciativas no sentido de criar um Teatro Universitário no âmbito da Universidade de Minas Gerais. Em 1956, no reitorado do professor Lincoln Prates, foi recriado o Teatro Universitário da UMG, que apresentou seu primeiro espetáculo em 27 de junho de 1956, sob a direção do professor francês Jean Bercy, contratado pela Universidade para lecionar teatro e encenar espetáculos. Entre os primeiros atores do T.U. destacou-se, logo, Jota Dangelo, da Faculdade de Medicina. Em 1957, com o afastamento do professor Jean Bercy, assumiu a direção do T.U. o professor Carlos Henrique Kroeber, que teve importante atuação como ator e diretor em Belo Horizonte e depois em outros estados. Depois de uma série de conflitos e contratemplos, o T.U., finalmente, estabilizou-se, a partir de 1961, tendo à frente da direção artística a professora Haydée Bittencourt e na direção administrativa o professor João Etienne Arreguy Filho (MORAES, 2º vol, 1971, pp. 334-336).

Jota Dangelo chamou de “Anos Heroicos” os anos 1950 do teatro em Minas Gerais. É dessa época a criação do T.U. e de outra iniciativa decisiva, que foi o Teatro Experimental. Diz Dangelo: “Em fins de 55, Carlos Kroeber, João Marschner, Firmino de Almeida e eu, cansados de esperar por uma manifestação qualquer da Reitoria da UFMG sobre a hipótese de fazer renascer o Teatro Universitário, começamos a pensar, seriamente, em construir um grupo de teatro por nossa conta. Quando me formei em medicina, em 8 de dezembro daquele ano, a ideia estava madura: o novo grupo chamar-se-ia Teatro Experimental e, muito provavelmente, a peça de estreia seria o monólogo de Jean Cocteau: ‘La voix humaine’, pela qual tínhamos grande admiração.” (DANGELO, 2010, p. 26).

O Teatro Experimental fez jus a seu nome, encenando autores de vanguarda como Ionesco, atualizando o repertório e o ambiente teatral em Belo Horizonte, em linha com o que acontecia com a “geração Complemento” da qual fazia parte.

O ambiente musical de Belo Horizonte, desde 1925, foi marcado pela presença do Conservatório Mineiro de Música. Nos anos 1940/50 houve significativa atualização da vida musical na cidade pela decisiva contribuição dos maestros Arthur Bosmans, belga, e Sérgio Magnani, italiano. São dos anos 1950 duas outras iniciativas importantes no campo musical em Belo Horizonte. Em 1955, foi criado o Madrigal Renascentista, sob a direção do maestro Isaac Karabtchevsky. O Coral Universitário da UMG, que depois passaria a se chamar Ars Nova, teve seu projeto elaborado, em 1956, pelo maestro Isaac Karabtchevsky, que logo abandonou o projeto para se dedicar, integralmente, ao Madrigal Renascentista. Para substituir o maestro Karabtchevsky, foi convidado o maestro Sérgio Magnani. A primeira audição pública do Coral Universitário ocorreu no dia 21 de janeiro de 1958. Em 1964 o reitor, professor Aluísio Pimenta, convidou para dirigir o



Maria Helena Andrés. "Foguete espacial", acrílica sobre tela, 1968. Coleção Maurício e Aparecida Andres. Reprodução. *Introdução às artes visuais em Minas Gerais*. Marília Andrés Ribeiro, p. 31.

coral o maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca, que vai dar ao grupo projeção nacional e internacional (MORAES, 2º vol., 1971, pp. 337-338). Outra iniciativa importante, liderada pela professora Berenice Menegale, no campo musical, foi a Fundação de Educação Artística, criada em 1963, “que oferecia uma formação musical que não se limitava ao desenvolvimento da técnica instrumental, conferindo especial importância à criação no processo pedagógico-artístico. A Fundação logo se firmou no cenário cultural de Belo Horizonte, pois veio suprir a demanda por uma reflexão mais crítica sobre a música e a criação musical contemporânea.” (FREIRE; BELÉM; MIRANDA, 2006, p. 50).

Entre 14 e 20 de agosto de 1963, aconteceu, no saguão do prédio da Reitoria da Universidade de Minas Gerais, a Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, que reuniu poetas e escritores, de vários estados do Brasil, envolvidos na construção de uma plataforma literária de vanguarda. Na liderança do processo estavam os poetas paulistas do movimento concretista – Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari; o poeta Affonso Ávila e a poetisa Laís Correia de Araújo, ambos membros da “geração Tendência”, o filósofo paraense Benedito Nunes; o crítico maranhense, radicado no Rio de Janeiro, Luiz Costa Lima, e o jovem poeta curitibano Paulo Leminsky (30 ANOS, 1993).

A Semana Nacional de Poesia de Vanguarda abriu, em Belo Horizonte, uma época de aceleração de iniciativas inovadoras no campo literário, como foram as criações das revistas: *Ptyx*, *Vereda*, *Estória*, *Texto*, processo que terá seu auge com o lançamento, em 1966, do Suplemento Literário de Minas Gerais, sob a direção de Murilo Rubião. “O sucesso foi instantâneo – embora, obediente a uma velha tradição mineira, fosse maior para além das fronteiras estaduais. De outros pontos do Brasil e do exterior começaram a chegar não só aplausos como farta colaboração. Do Rio de Janeiro escreveram, com entusiasmo, João Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. De Roma, o poeta Murilo Mendes. Para comemorar o primeiro aniversário do suplemento, uma edição especial reuniu nomes como Drummond, Benedito Nunes, Francisco Iglésias, Dalton Trevisan, Emílio Moura, Haroldo de Campos.” (WERNECK, 1992, p. 179).

O SLMG não se restringiu à publicação de ficção, poesia, ensaios literários, abrindo-se, também, para o teatro, o cinema, as artes plásticas, num momento particularmente rico da vida cultural de Minas Gerais. É esse quadro de grande criatividade e ousadia que está na base da criação, em 1967, por iniciativa da Fundação de Educação Artística e da UFMG, do Festival de Inverno de Ouro Preto, que vai se tornar ponto de confluência das vanguardas artísticas e culturais de Minas Gerais e do Brasil. São frutos do Festival de Inverno grupos importantes, como; o Galpão, o Corpo, o Teatro Giramundo de Bonecos, o Grupo Uakti. A cada ano é como se as vanguardas brasileiras marcassem um encontro em Ouro Preto para recarregarem as baterias para a invenção artística, para a reflexão crítica, para a experimentação de novas formas de convivência, de

vida afetiva. É sob esses mesmos ventos renovadores que Minas Gerais vai dar ao Brasil e ao mundo outro extraordinário presente, que é a música de Milton Nascimento e do Clube da Esquina (MAGALHÃES, 1997; DOLABELA, 1997; MARTINS, 2009; BORGES, 2012; AMARAL, 2013; GOMES, 2011).

Também no caso da música, a sofisticação harmônica, melódica, rítmica e poética da “Geração Clube da Esquina” não esgotou o universo musical mineiro, seja tanto no campo da música autenticamente caipira, com nomes como Bentinho do Sertão, Pena Banca e Xavantinho, quanto no campo do samba urbano com compositores como Rômulo Paes, Gervásio Horta, Lagoinha; seja na radicalidade do rock pesado, com diversas bandas entre as quais Sepultura é exemplo de grande sucesso internacional. Com efeito, Belo Horizonte, durante os anos 1980/90, foi núcleo importante do rock pesado, em torno da loja e gravadora Cogumelo. A diversidade da música popular produzida em Belo Horizonte foi registrada por Marcelo Dolabela em vários trabalhos (DOLABELA, 1997).

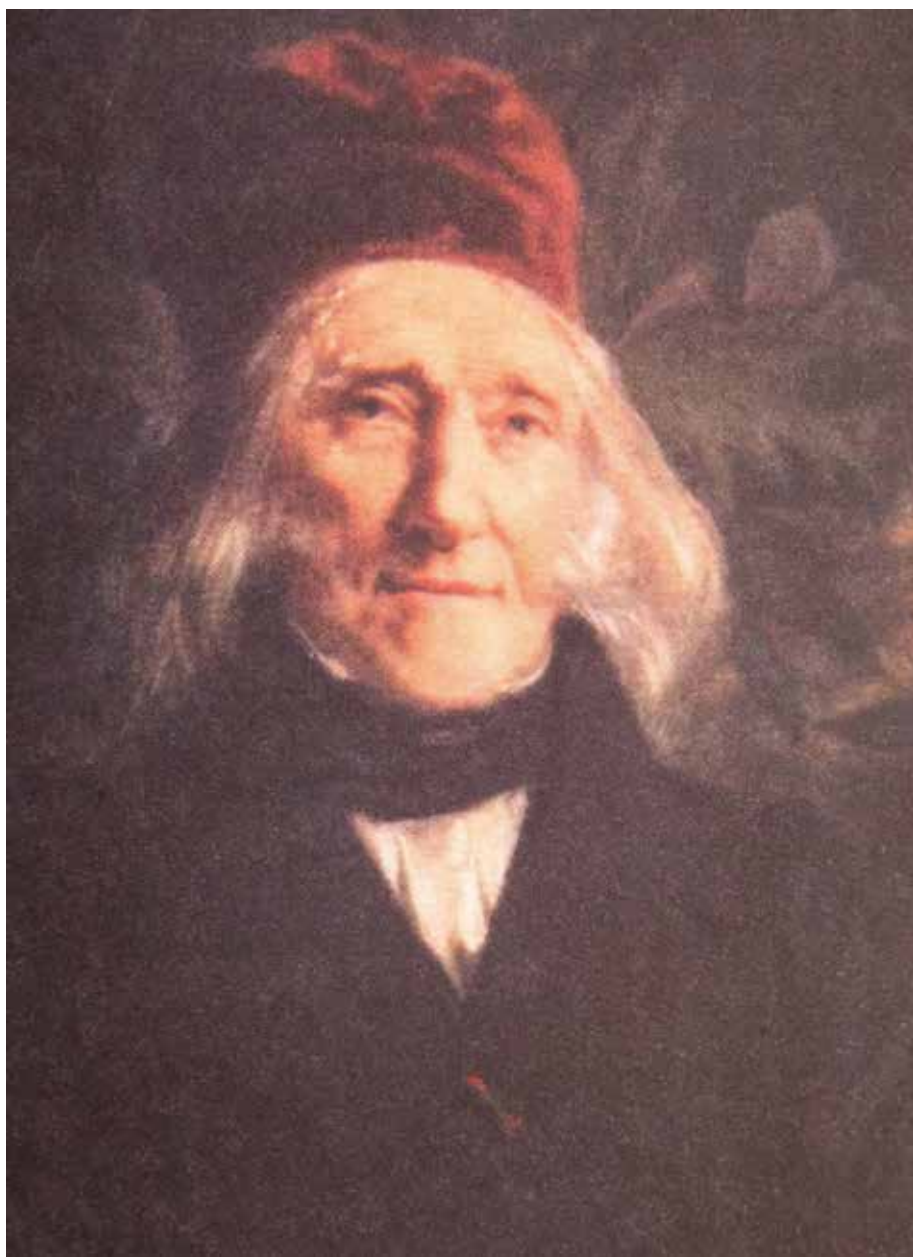
A força do modernismo e das vanguardas não excluiu a presença seja de manifestações artístico-culturais acadêmicas relevantes, como é o caso nas artes plásticas de nomes como Anibal Mattos (1889-1969), seja de manifestações artísticas profundamente populares, como é o caso do Presépio de Pipiripau, de Raimundo Machado (1894-1988), de Geraldo Teles de Oliveira, GTO, (1913-1990) e da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977).



Naturalistas e viajantes em Minas Gerais: Wilhelm Ludwig von Eschwege. *História Geral de Minas*. (Org.) José Maria Rabelo, p. 218.

5.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Naturalistas e viajantes em Minas Gerais: Saint-Hilaire. *História Geral de Minas*. (Org.) José Maria Rabelo, p. 218, 249;

Quando, em 1921, Aurélio Pires publicou o artigo “História Científica de Minas Gerais” (PIRES, 1997), ele tinha muito o que reportar. Cem anos depois, o quadro que se busca traçar da ciência e da tecnologia em Minas Gerais será ainda mais significativamente rico, sem que isso signifique descurar, omitir ou minimizar importantes lacunas, fragilidades, contradições, que elas existiam, então, e assumiram nos dias que correm aspectos ainda mais dramáticos e desafiadores.

Aurélio Pires fez balanço da ciência em Minas Gerais, que remontou ao século XVIII, ao grande frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), botânico, impressor, teólogo, cultor dos estudos de humanidades. Aurélio Pires listou, sob forma de dicionário biográfico, tanto naturais de Minas Gerais, quanto gentes de outras partes que por aqui “contribuíram para o progresso das ciências” (PIRES, 1997, p. 286). Diz Pires: “Não foi somente a cobiça do ouro e a sede das riquezas que encaminharam para regiões do território mineiro as levadas cada vez mais numerosas de rebanhos, de naturais do solo e de outras procedências. Interesses intelectuais, despertados pela revelação assombrosa das riquezas animais, vegetais e minerais que pompeava a terra miraculosa, recentemente descoberta, estimularam viagens e expedições de naturalistas e sábios, que para cá vieram ávidos de descobertas de tesouros científicos.” (PIRES, 1997, p. 286).

Formado em farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, fundada em 1839, Aurélio Pires é nome decisivo tanto da fundação da Faculdade de Medicina da UFMG, em 1911, quanto da criação da UFMG, em 1927. Farmacêutico com sólida formação humanística, nascido em Diamantina, em 1862, Aurélio Pires carregou consigo aquelas virtudes que se atribuem aos sábios e aos justos. Homem de ciência, Aurélio Pires foi poeta, latinista, historiador, servidor público e mostrou que a verdadeira ciência será ainda maior se se conhecerem as exigências éticas de todas as ações humanas, as quais, para serem legítimas, teriam que buscar o bem comum.

Aos nomes pioneiros, de nacionais e adventícios, como Eschwege, Saint-Hilaire, Peter Lund, Minas tinha criado ou recebido instituições científicas e tecnologias significativas: a Escola de Farmácia de Ouro Preto, em 1839; a Escola de Ouro Preto, em 1876; a Faculdade de Direito, em 1892; o Arquivo Público Mineiro, em 1895; a Faculdade de Odontologia e Farmácia da UFMG, em 1907; o Instituto Filial de Manguinhos, em 1907; a Escola de Agronomia de Lavras, em 1908; a Faculdade de Medicina da UFMG, em 1911; a Escola de Engenharia da UFMG, em 1911; a Escola de Agronomia de Viçosa, em 1920. Vistas em conjunto, essas instituições compartilharam uma herança cultural sólida e diversificada, baseada nos seguintes pilares: a cultura clássica greco-romana, cultivada, exemplarmente, no Colégio do Caraça; a cultura científica de matriz positivista, que foi implantada e floresceu na Escola de Minas de Ouro Preto; a cultura científica germânica, especialmente no campo da química, trazida para Belo Horizonte por Alfred Schaeffer e que influenciou os programas de pesquisa do Instituto Filial de Manguinhos, da Faculdade de Medicina e da Escola de Engenharia da UFMG; os paradigmas da pesquisa em agronomia e extensão rural originários dos Estados Unidos e assimilados e difundidos pela Universidade de Viçosa.

Um balanço equilibrado do desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil tem que começar reconhecendo a existência de avanços importantes. O país ocupa lugar importante, é o 13º país entre os maiores produtores de artigos científicos do mundo. Seu sistema de pós-graduação é um dos maiores entre os países do Hemisfério Sul, formando anualmente mais de dez mil doutores. Suas universidades e seus institutos de pesquisa desenvolvem projetos e programas relevantes e relativamente sintonizados às tendências hegemônicas do desenvolvimento científico contemporâneo, sem, contudo, até aqui, terem sido capazes de superar a posição intermediária do país no âmbito científico e tecnológico.

São complexas as razões dessa recorrente incapacidade de superar a condição periférica do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Não será fugir à questão se se disser que a superação do caráter periférico de nosso desenvolvimento científico e tecnológico, isto é, a superação da imaturidade e incompletude do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro, dar-se-á com a superação do caráter

dependente da economia brasileira, pela realização de transformações estruturais baseadas na distribuição da renda, da riqueza, do poder e do conhecimento.

Sabe-se que processos exitosos e emblemáticos de superação da condição periférica, como a Coreia do Sul, estão relacionados a políticas sistemáticas e consistentes de desenvolvimento nos campos da educação e do desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo. A literatura especializada sobre ciência e tecnologia deu o nome de “sistemas nacionais de inovação” aos arranjos políticos, financeiros e institucionais, em grande medida responsáveis pelo sucesso daqueles processos de desenvolvimento.

É ocioso dizer que a ciência e a tecnologia não são panaceias, que a construção do desenvolvimento econômico e social pleno demanda outras e decisivas transformações estruturais. Isso significa dizer que, no Brasil, em Minas Gerais, a complexa e desafiadora tarefa de construir um sistema nacional de inovação tem que fazer parte de efetivo projeto de desenvolvimento como conjunto articulado de transformações distributivas, democráticas e sustentáveis.

De todo modo, o positivo a ser destacado é a existência de importantes elementos, desarticulados e descoordenados, de um sistema nacional de inovação, imaturo e lacunar, mas, de maneira nenhuma, irrelevante.

Um dos grandes nomes da história e da sociologia da cultura em Minas Gerais, Fernando Correia Dias, constatou que a tradição intelectual em Minas Gerais, desde sua origem, desdobrou-se em duas vertentes: a da razão humanística e a da razão pragmática. “No primeiro caso, tem-se o pensamento orientado pela chave da herança clássica; no segundo, verifica-se a propensão em alcançar os benefícios de utilidade, através dos processamentos de ordem prática. Alternam-se os predomínios de uma e de outra vertente; ou podem existir paralelamente.” (DIAS, 1997, p. 25).

No Brasil, os esforços pioneiros de apreensão do desenvolvimento científico e tecnológico antecederam a criação da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso Científico) e do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), de que é exemplo o livro de Fernando Azevedo, de 1943, *A cultura brasileira* (AZEVEDO, 1971), em que apresenta um panorama abrangente da cultura científica brasileira. Na década de 1950, Fernando Azevedo organizou obra coletiva, em dois volumes, *As ciências no Brasil*, com 14 capítulos: “A Matemática no Brasil”; “A Astronomia no Brasil”; “A Física no Brasil”; “A Meteorologia no Brasil”; “A Geologia e a Paleontologia no Brasil”; “A Mineralogia e a Petrografia no Brasil”; “A Geografia no Brasil”; “A Química no Brasil”; “A Zoologia no Brasil”; “A Botânica no Brasil”; “A Biologia no Brasil”; “A Psicologia no Brasil”; “A Economia Política no Brasil”; “A Antropologia e a Sociologia no Brasil” (AZEVEDO, [s.d.]).

Em 1979, Simon Schwartzman publicou *Formação da comunidade científica no Brasil*, em edição conjunta da FINEP e Companhia Editora Nacional. Em 2015, o livro saiu em sua 4ª edição, com o título *Um espaço para a ciência e a formação*

da comunidade científica no Brasil, e continua sendo uma referência central sobre a ciência e a tecnologia no Brasil (SCHWARTZMAN, 2015).

Entre 1979 e 1981, Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama coordenaram a publicação de uma obra em três volumes, *História das ciências no Brasil*, editada pelo CNPq, a EDUSP (Editora da Universidade de São Paulo) e a EPU (Editora Pedagógica e Universitária), com os seguintes capítulos: “Trajetória da Filosofia no Brasil”; “Ciências Matemáticas”; “A Física no Brasil”; “Evolução da Química no Brasil”; “A Bioquímica no Brasil”; “Alguns aspectos da evolução da Fisiologia no Brasil”; “A Farmacologia no Brasil”; “A Medicina no Brasil”; “Genética Vegetal”; “Estudo sobre a Evolução Biológica no Brasil”; “A História no Brasil”; “A Tecnologia no Brasil”; “Microbiologia”; “História da Botânica no Brasil”; “A Teologia no Brasil”; “Geociências”; “A Etnologia no Brasil”; “A Genética Humana no Brasil”; “História da Ecologia no Brasil”; “Institutos de pesquisa científica no Brasil”; “O desenvolvimento da história da ciência no Brasil”; “A Astronomia no Brasil”; “A Mineralogia e a Petrologia no Brasil”; “A pesquisa paleontológica no Brasil”; “A história da Pedologia no Brasil”; “As Ciências Agrícolas no Brasil”; “Contribuição à História da Técnica no Brasil”; “A Sociologia no Brasil”; “A Psicologia no Brasil”; “A Educação no Brasil”; “A história da Ciência Econômica no Brasil”; “A pesquisa espacial no Brasil”; “Aspectos da Lógica Matemática no Brasil”; “A Filosofia da Ciência no Brasil”; (FERRI; MOTOYAMA, 1979; 1981).

No final dos anos 1940 teve início a intensificação da criação de instituições voltadas para o apoio e a gestão da ciência e da tecnologia no Brasil, seja por iniciativas das próprias comunidades científicas, como a criação do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), em 1948, da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), também em 1948, seja por iniciativa governamental, como é o caso da criação do CNPq e da CAPES (Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 1951. Em 1963, o professor José Leite Lopes criou a publicação *Ciência e Sociedade* no CBPF, que publicou, durante anos, uma série de perfis de cientistas que compõem o volume *Ciência & Sociedade. Perfis*, organizado por F. Caruso e A. Troper (CARUSO; TROPER, 1997). Em 1990, Ana Maria Fernandes publicou sua tese de doutorado, *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, que saiu em 2ª edição em 2010 (FERNANDES, 2010).

Em 1962, foi criada a FAPESP (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo), que abriu uma nova etapa na história do desenvolvimento científico no Brasil com a entrada em cena dos governos estaduais e das fundações regionais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, que vão surgir a partir da década de 1980. Também dos anos 1980, de 1983, é outra iniciativa importante sobre o adensamento e avanço da pesquisa científica no Brasil, que foi a criação da Sociedade Brasileira de História da Ciência. Em 1985, houve outra iniciativa importante no campo da história da ciência no Brasil, que foi a criação do MAST, Museu de Astronomia e Ciências Afins, inicialmente vinculado ao CNPq

e que depois foi transferido para o Ministério da Ciência e da Tecnologia e tem importante papel na consolidação da institucionalização da história da ciência no Brasil por uma série de iniciativas em que se destacam os ciclos de conferências denominadas **MAST Colloquia**, que tiveram início em 2000.

Em São Paulo, a UNESP (Universidade do Estado de São Paulo) criou, em 1969, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), que publicou, entre 1994 e 1995, três obras importantes: em 1994, organizada por Shozo Motoyama, *Educação técnica e tecnológica em questão* (MOTOYAMA, 1994); também em 1994, organizada por Milton Vargas, *História da técnica e da tecnologia no Brasil* (VARGAS, 1994); em 1995, organizada por Shozo Motoyama, *Tecnologia e industrialização no Brasil. Uma perspectiva histórica* (MOTOYAMA, 1995).

5.1 Ciência e tecnologia em Minas Gerais no período colonial: os paradoxos de Minas no iluminismo português

É de Kenneth Maxwell o livro *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo* (MAXWELL, 1996). Maxwell não foi o primeiro a analisar as ambiguidades e os aspectos paradoxais da ação de Pombal à frente do governo português, entre 1750 e 1777, em que iniciativas modernizantes e reformistas estiveram a serviço de uma ordem social típica do Antigo Regime. De todo modo, em meados do século XVIII, depois da faustosa e dilapidadora gastança de D. João V (1706-1750), o reino viu-se confrontado com uma crise que para ser enfrentada não admitia meias medidas. Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e depois Duque de Oeiras, foi o braço vigoroso, que buscou, com desusada energia e violência, recuperar os já longínquos tempos de glória de Portugal. Com efeito, é preciso lembrar que a crise crônica, que enlaçou Portugal, desde o século XVI, veio depois de período glorioso, o século XV, que, por mais de um aspecto, deve ser considerado o **século português**, tamanhas suas conquistas técnicas e comerciais. A Escola de Sagres – criada pelo infante D. Henrique, seus avanços nas “artes da marinharia”, na construção de embarcações e de equipamentos náuticos, de portulanos e mapas –, não será exagero que seja vista como centro de pesquisa tecnológica equivalente aos mais avançados desde nosso tempo.

O fato é que esse efetivo momento de hegemonia econômica e tecnológica passou, e Portugal se deixou aprisionar por crise permanente. Seus maiores nomes no campo da cultura e da ação política têm se debruçado sobre a crise

recorrente tentando compreendê-la e superá-la, sem sucesso, até aqui. Camões, no século XVI, o padre Vieira, no século XVII, Antônio Ribeiro Sanches, no século XVIII, Antero de Quental, no século XIX, enfrentaram, cada qual à sua maneira, e interpelados pelo momento em que viveram, o tema da decadência portuguesa depois do século de glórias. Cáusticos não hesitaram em chamar aos portugueses os “Cafres da Europa”, como disse o padre Vieira; a ver Portugal como o “Reino Cadaveroso”, como o chamou Antônio Ribeiro Sanches. Quando Pombal assumiu a direção dos negócios portugueses, eram séculos de prostração e inépcia, que tinham que ser confrontados. Tarefa que não foi facilitada pela tragédia do terremoto que destruiu Lisboa em 1755. Não é o caso de listar aqui todas as frentes em que se deu o reformismo pombalino, destaquem-se as suas iniciativas nos campos educativo e cultural. Em 1756, foi criada a **Arcádia Lusitana**, ou **Ulissiponense**, que buscou liderar o movimento de renovação cultural de Portugal. Em 1759, foi criada a **Aula do Comércio** e teve início a reforma do ensino, em substituição à tradição jesuítica, que dominara o ensino português desde o século XVI. Em 1761, foi fundado o **Real Colégio dos Nobres**. Em 1768, a **Imprensa Régia** e instituída a **Real Mesa Censória**, que assumiu pleno controle sobre a circulação de livros e outras publicações, abolindo as outras censuras existentes. Em 1769, foi baixada a **Lei da Boa Razão**, com o propósito de estabelecer, como princípio legitimador da legislação, a “boa razão”. A partir de 1769, “toda lei deveria ser construída sobre uma ‘boa razão’, sem o que não seria válida.” (MAXWELL, 1996, p. 116). Em 1772, aprovou-se lei que tanto organizou o ensino primário oficial, quanto reformou a Universidade de Coimbra, e foi instituído o **subsídio literário**, imposto para financiar o ensino (JANCSÓ, 1994).

Mesmo depois da queda de Pombal, em 1777, continuou o esforço reformista como se vê com a criação, em 1779, da Academia Real de Ciências de Lisboa, que estimulou a elaboração de “Memórias”, que buscaram diagnosticar as causas e buscaram remediar a crise do Império Português (FIGUEIREDO, 1915).

Fundada em 1290, entre as mais antigas do mundo, a Universidade de Coimbra chegou ao século XVIII refletindo a crise geral de Portugal: “Ninguém contesta que a Universidade de Coimbra chegara, nos meados do século XVIII, a tal estado de decadência, que se fazia indispensável uma reforma profunda. Pertencia ao passado a era de sua grandeza cultural.” (CARRATO, 1968, p. 134). Tal foi o ânimo reformista da política pombalina. Em 1770, foi criada a **Junta da Providência Literária** com o propósito de “examinar as causas da decadência dos estudos superiores e apontar os cursos e os métodos a estabelecer para a sua reorganização” (CARRATO, 1980, p. 58). Em 8 de agosto de 1772 foi assinada a carta de roboração dos Estatutos da Universidade de Coimbra, “coroamento dos trabalhos da Junta da Providência Literária, que haviam durado mais de um ano e meio.” (CARRATO, 1980, p. 60).

Os novos estatutos reformaram os cursos de Teologia, de Direito e Medicina (GUIMARÃES; BRITO, 1952), criaram uma nova faculdade, a de Matemática, reformaram o curso de Filosofia, que passou a ser oferecido em quatro anos com as disciplinas Lógica, Metafísica, Ética, História Natural, Física e Química (CARRATO, 1980, p. 74) No âmbito da Faculdade de Filosofia, instituiu-se o curso de Mineralogia e de Arte de Minas (FERREIRA, 1998).

Ao lado das Reformas de 1772, a ação pombalina também incidiu sobre um dos pontos críticos da estrutura de ensino em Portugal, que era a carência de professores qualificados sintonizados aos grandes avanços científicos e tecnológicos da época. Em 3 de outubro de 1772, Pombal despachou para o provimento das novas disciplinas criadas os professores: Miguel Franzini, Miguel Ciera, José Monteiro da Rocha; Domingos Vandelli, Simão Gould, Luís Clichy, José Francisco Leal, Antônio José Picanço; Antônio José Pereira e Manoel Antônio Sobral (CARRATO, 1980, p. 78).

A constatação do atraso português na apropriação das conquistas da revolução científica – que se deu a partir de Galileu, Copérnico, Kepler – não pode ignorar a existência de significativas manifestações de desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal, no século XVIII, presentes na “Exposição Laboratório do Mundo. Ideias e Saberes do Século XVIII”, montada na Pinacoteca de São Paulo, em 2004. “Em Portugal, o despotismo iluminado do Marquês de Pombal (1699-1782) conduziu à introdução decisiva do ensino experimental das ciências na universidade, por via da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, em 1772. Tratou-se da mais profunda reforma que esta teve nos seus mais de setecentos anos de história, acompanhando as modificações que se operavam então, por toda a Europa. Constituiu-se o Gabinete de Física, o Gabinete de História Natural, o Observatório Astronômico, o Jardim Botânico, o Laboratório Chimico – provavelmente o primeiro edifício construído na Europa (1775), exclusivamente para o ensino e investigação de química, a nova química, emergente a partir dos trabalhos quantitativos de Lavoisier (1743-1794).” (MOTA; CASALEIRO, 2004, p. 16).

A importância da reforma da Universidade de Coimbra, a partir de 1772, na formação das elites intelectuais de Minas Gerais foi objeto de vários estudos, citem-se alguns: *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, de José Ferreira Carrato (CARRATO, 1968); *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*, de Caio César Boschi (BOSCHI, 2001); *José Álvares Maciel: o químico inconfiante*, de Robson J. Araújo (ARAÚJO, 1993); *A Arte Metalúrgica proposta por José Vieira Couto*, de Walter Cardoso (CARDOSO, 1993); *Elites mineiras setecentistas. Conjugação de dois mundos*, de Virginia Maria Trindade Valadares (VALADARES, 2004).

O texto, já citado, de Aurélio Pires é um dicionário biográfico de cientistas nascidos ou que viveram em Minas Gerais, desde o período colonial, muitos

deles formados na Universidade de Coimbra, como: Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811); Joaquim Veloso de Miranda (1736-1817); José Vieira Couto (1752-1827); Francisco de Melo Franco (1757-1823); Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1752-1835); Manuel Jacinto Nogueira da Gama (1765-1847); Vicente Coelho de Seabra Silva Telles (1764-1804); Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1758-1812). Não foram formados pela Universidade de Coimbra: Antônio Gonçalves Gomide (1770-1835); padre José Joaquim Viegas de Menezes (1787-1841) e José Joaquim da Rocha (1740?-1804).

5.2 Viajantes e cientistas em Minas Gerais no século XIX

Minas Gerais recebeu, no início do século XIX, vários viajantes e naturalistas que deram contribuição relevante para a compreensão de vários aspectos da realidade mineira. Entre eles, destacam-se: Wilhelm Ludwig Eschwege (1777-1855); Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853); e Peter Wilhelm Lund (1801-1880).

Wilhelm L. Eschwege, nascido na Alemanha, viveu em Minas Gerais entre 1811 e 1821. Aqui, além de ter se dedicado ao estudo de nossa geologia e metalurgia, foi empreendedor, tendo sido pioneiro na fabricação de ferro em Minas Gerais, em 1812. Seus textos são documentos indispensáveis para a justa compreensão da realidade mineira no início do século XIX. Eschwege manteve contatos com os maiores nomes da cultura científica alemã, como Goethe e Alexander Humboldt. Entre seus muitos trabalhos, dois são particularmente importantes para a ciência em Minas Gerais: *Pluto brasiliensis* (ESCHWEGE, 1979) e *Brasil, novo mundo* (ESCHWEGE, 1996; 2001).

O segundo nome que se vai destacar aqui é o de Auguste Saint-Hilaire, que, duzentos anos depois de ter estado em Minas Gerais, ainda é um dos autores que mais escreveu sobre Minas Gerais. Naturalista, sua obra sobre Minas Gerais também fixou aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da realidade mineira. Simpático aos mineiros, sua visão combinou empatia e busca de exatidão. São seis os livros de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais: *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (SAINT-HILAIRE, 1975c); *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil* (SAINT-HILAIRE, 1974b); *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce* (SAINT-HILAIRE, 1974a); *Viagem às nascentes do rio São Francisco* (SAINT-HILAIRE, 1975b); *Viagem à província de Goiás* (SAINT-HILAIRE, 1975a); *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (SAINT-HILAIRE, 1974c).



Instituições de Ensino. O Caraça e a Escola de Minas de Ouro Preto. *História Geral de Minas*. José Maria Rabelo (Org.), p, 285.



Instituições de Ensino. O Caraça e a Escola de Minas de Ouro Preto. *História Geral de Minas*. José Maria Rabelo (Org.), p, 280.

Saint-Hilaire publicou ainda livros sobre a flora do Brasil e do Paraguai. Sobre Minas Gerais, escreveu *Quadro geográfico de vegetação primitiva na província de Minas Gerais*, traduzido pela professora Maria das Graças Lins Brandão e publicado em 2011 (SAINT-HILAIRE, 2011).

Peter Wilhelm Lund é outro nome de proa da ciência em Minas Gerais. Suas pesquisas sobre paleontologia na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, tiveram repercussão mundial e ainda reverberam, como nos achados que revelaram a presença humana na região, 12 mil anos atrás, humanos com características físicas diferentes dos povos mongoloides, antepassados dos atuais índios no Brasil, o que sugere a existência de uma onda migratória anterior à dos mongoloides, de povo com características negroides (NEVES; PILÓ, 2008).

Peter Lund tem ainda outra singularidade geográfica que o torna ainda mais interessante. Ele era tio de Regine Olsen, que foi noiva de Kierkegaard, que por essa circunstância tomou conhecimento da terra distante, que Lund pesquisava, e mesmo teria cogitado vir para Minas Gerais para acompanhar as pesquisas de Lund.

Em 1935, a Biblioteca Mineira de Cultura publicou as *Memórias científicas* de Peter Wilhelm Lund (LUND, 1935). Em 1983, foi publicada em português a biografia de Peter Lund escrita por Henrik Stangerup, *Lagoa Santa. Vidas e ossadas* (STANGERUP, 1983). Em 2011, a Editora da UFMG publicou *Peter Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa* (HOLTEN; STERLL, 2011). Registre-se, ainda, o livro organizado por Maria do Carmo Andrade Gomes sobre Eugenius Warming, botânico que colaborou com Lund em suas pesquisas (GOMES, 2006).

5.3 A Escola de Farmácia e a Escola de Minas de Ouro Preto

 s antecedentes dos estudos farmacêuticos em Minas Gerais e no Brasil estão registrados em Carlos da Silva Araújo, *Figuras e factos na história da farmácia no Brasil Português* (ARAÚJO, 1954). A Escola de Farmácia de Ouro Preto foi objeto de estudo monográfico, *Apontamentos históricos da Escola de Pharmacia de Ouro Preto commemorando seu centenário*, de autoria de Alberto Coelho de Magalhães Gomes (GOMES, 1939). Em 1989, quando a Escola completou 150 anos, o estudo foi atualizado pelo professor José Ramos Dias (DIAS, 1989).

A Escola de Minas de Ouro Preto, instalada em 12 de outubro de 1876, tem sido de constante e informado interesse. Em 1905, no n. 7 dos *Annaes da Escola de Minas*, o professor Antônio Olyntho dos Santos Pires elaborou a primeira síntese de sua história com o texto “Memória histórica” (OLYNTHO, 1905). Antônio Olyntho, grande nome do movimento republicano mineiro, irmão de Aurélio

Pires, foi mestre importante da Escola de Minas e seu primeiro historiador. Em 1920, o então secretário da Escola de Minas, o historiador Francisco Lopes, publicou *Notícia sobre a Escola de Minas*, que foi ampliada em publicação de 1922, *Centenário de Independência. A Escola de Minas*. Em 1931, nova edição da obra foi feita com atualizações e ampliações. Em 1959, nova edição da obra, ainda pela mão de seu autor, Francisco Antônio Lopes. Em 1967, foi publicada uma quarta edição da obra, agora sob a responsabilidade de comissão constituída pelos professores Paulo Andrade Magalhães Gomes, José Maurício Neto e Antônio Pinheiro Filho. Em 1976, foi publicada a edição comemorativa do centenário da Escola. Em 2012, foi publicado *A história da Escola de Minas (1876-2012)*, que teve uma segunda edição em 2013, organizada pelo professor Paulo Lemos, obra trilingue, com 501 páginas e fartamente ilustrada e documentada (LEMOS, 2013).

A Escola de Minas de Ouro Preto foi, ainda, objeto de outros estudos importantes, como o de José Murilo de Carvalho – *A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória* (CARVALHO, 1978); e o de Margarida Rosa de Lima – *D. Pedro II e Gorceix. A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto* (LIMA, 1977). Fonte insubstituível para a elaboração da história da Escola de Minas são os *Annaes da Escola de Minas*, que passaram a circular, com intermitências, a partir de 1881.

5.4 O Instituto Filial de Manguinhos e a consolidação em Belo Horizonte de centro referencial de pesquisa em bioquímica e parasitologia

Em 1907, foi instalado em Belo Horizonte o Instituto Filial de Manguinhos, que é hoje a Fundação Ezequiel Dias, Funed. Em 1899, para combater a peste bubônica que aparecera em Santos, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou um laboratório soroterápico nos moldes do Instituto Butantan, de São Paulo. Inicialmente chamado Instituto Soroterápico Municipal, foi federalizado em 1900 e passou a ser dirigido por Oswaldo Cruz, em 1902. O objetivo inicial do Instituto era a produção de soros e vacinas. Em pouco tempo, o dinamismo de seu diretor transformou o Instituto num centro avançado de pesquisa em ciências biológicas e medicina. Em 1909, já com o nome de Instituto Oswaldo Cruz, passaram a circular as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que veiculavam a produção científica do Instituto com artigos publicados

em português, francês, inglês e alemão, onde, no Fascículo II, Carlos Chagas publicou “Nova tripanozomíase humana. Estudos sobre a morfologia e o ciclo evolutivo do *Schizotrypanum cruzi* n. gen., n. sp, agente etiológico de nova entidade mórbida do homem” (CHAGAS, 1909), que é dos pontos mais altos da pesquisa científica no Brasil.

Para dirigir a filial belo-horizontina do Instituto, Oswaldo Cruz designou o médico e pesquisador fluminense Ezequiel Dias, nascido em 1880, que faleceu em Belo Horizonte em 1922. Ezequiel Dias trouxe para Belo Horizonte, não só para o Instituto Filial de Manguinhos, uma sólida base científica em microbiologia, que também vai marcar a Faculdade de Medicina da UFMG. Teve papel importante na implantação da cultura científica em Belo Horizonte, ao lado de Ezequiel Dias, Alfred Schaeffer, químico alemão nascido em 1879 e que foi contratado pelo governo do Estado de Minas Gerais para atuar no Laboratório de Análises Químicas do Estado, que foi incorporado ao Instituto Filial de Manguinhos, estadualizado em 1936, com o nome de Instituto Biológico Ezequiel Dias. Ezequiel Dias morreu em 1922, mas deixou uma sólida tradição de pesquisa em microbiologia em Belo Horizonte.

Outro nome importante na implantação da cultura científica em Belo Horizonte é o de José Baeta Viana. Formado em Medicina pela UFMG, realizou estudos nos Estados Unidos, de onde trouxe vasta experiência e expertise em bioquímica. Essas três matrizes de pesquisa científica – microbiologia, química e bioquímica – estão na base da constituição, em Belo Horizonte, da escola de pesquisa em parasitologia e bioquímica, que tem reconhecimento nacional e internacional (STARLING; GERMANO; MARQUES, 2007).

A ligação entre o Instituto Filial de Manguinhos e a Faculdade de Medicina da UFMG foi intensa, marcadamente pela circulação de professores/pesquisadores entre as duas instituições. Mais tarde, a circulação de pessoal, de ideias, de metodologias, de tradições de pesquisa foi ampliada pela articulação com instituições como o Departamento Nacional de Endemias Rurais, DENERO, o Instituto Nacional de Endemias Rurais, INERU, e o Instituto de Pesquisa René Rachou da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (PEDROSO, 2012; STARLING; GERMANO; MARQUES, 2011).

Alfred Schaeffer também foi responsável pela consolidação da pesquisa em química na Escola de Engenharia da UFMG, onde ele também foi professor e pesquisador (STARLING; GERMANO, 2012).

5.5 A pesquisa em agronomia e veterinária em Minas Gerais

 s estudos de agronomia no Brasil são anteriores à Independência. Em 1808, foi criado um curso de ciências agrárias na Bahia; em 1814, no Rio de Janeiro. Em Lençóis, na Bahia, foi criado um curso de ciências agrárias em 1877. Em 1887, foi criado o **Instituto Agrônomo de Campinas**, importante centro de pesquisa da lavoura cafeeira. Em 1883, foi a vez de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Em 1889, em Piracicaba, foi criada a atual Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, ESALQ. Em 1908, em Lavras, Minas Gerais, e em 1920, em Viçosa, também em Minas Gerais, foram criados cursos de agronomia que nuclearam o surgimento de universidades federais, UFV e UFLA.

Fundada em 1908, no **Instituto Gammon**, instituição de confissão presbiteriana, fundada por Samuel Rhea Gammon, norte-americano, a Escola Agrícola de Lavras teve como seu primeiro diretor Benjamin Harris Hunnicutt. Pioneira na extensão rural em Minas Gerais, promoveu a primeira Exposição Nacional do Milho e a primeira Exposição Agropecuária do Estado de Minas Gerais. Foi também pioneira na tecnologia de silagem de grãos e de uso de tratores em Minas Gerais. Importante, também, foi sua ação de difusão de tecnologias agrícolas ao editar a primeira revista em Minas Gerais voltada para a produção rural, chamada *O Agricultor*, editada pelo “Grêmio Agrícola da Escola Agrícola de Lavras”, a partir de 1922, sob a direção do professor Oswaldo T. Henri (REVISTA AGRÍCOLA INDUSTRIAL E COMMERCIAL MINEIRA, vol. II, janeiro de 1924, pp. 60-61). A Escola Agrícola de Lavras institucionalizou a atividade de propaganda agrícola, criando, em 1924, no **Serviço de Propaganda Agrícola**, como parte do processo de desenvolvimento agrícola: “O progresso na agricultura depende de três espécies de esforços: 1) pesquisas e investigações; 2) ensino agrícola – nas escolas primárias, secundárias e superiores; e 3) propaganda agrícola para a instrução do fazendeiro no meio de suas atividades.” (REVISTA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL MINEIRA, vol. II, julho de 1924, p. 342).

Em 1938, a Escola Agrícola de Lavras passou a se chamar Escola Superior de Agricultura de Lavras, ESAL, foi federalizada em 1963, e em 1994 tornou-se universidade, com o nome de Universidade Federal de Lavras, UFLA. Suas linhas de pesquisa incidem sobre aspectos estratégicos da realidade brasileira, como: produção de alimentos, manejo florestal, produção de fibras, medicamentos e energias renováveis, do ponto de vista da sustentabilidade. A UFLA consolidou-se entre as grandes instituições universitárias brasileiras.

Em 1920, a Lei Estadual n. 761, de 6/9/1920, autorizou o governo a criar uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Em 30/3/1922, o Decreto n. 6.053

criou a ESAV e instalou-a em Viçosa. Em 1º/8/1926, a ESAV foi inaugurada oficialmente. Em 1928, tiveram início as aulas do curso superior de Agricultura (Agronomia), cuja primeira turma formou-se em 1931. Em 1932, 1º de março, teve início o curso de Veterinária, cuja primeira turma formou-se em 1936. Desde seus primeiros tempos, a ESAV valorizou as atividades de pesquisa de que é exemplo, a criação, em 1939, 1º de julho, da *Revista Ceres*, que veiculava artigos de caráter técnico e científico. Parte da sólida tradição de pesquisa que se consolidou na ESAV deve-se à ação de seu primeiro diretor e efetivo organizador e esteio da instituição, o professor norte-americano Peter Henry Rolf, que ocupara o cargo de Diretor da Escola de Agricultura da Flórida e que veio para o Brasil, a convite do governo mineiro, para organizar a ESAV, em 1921. Em 1942, o Decreto-Lei Estadual n. 824, de 20/1/1942, transferiu para Belo Horizonte o curso de Medicina Veterinária, que passou a se chamar Escola Superior de Veterinária. Em 1948, a Lei n. 272, de 13/11/1948, criou a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, incorporando a ela: a Escola Superior de Agricultura, a Escola Superior de Veterinária, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Especialização, o Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. Em 1958, foi concretizado o convênio com a Universidade de Perdue, dos Estados Unidos, que permitiu à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais tornar-se pioneira na implantação do ensino de pós-graduação em ciências agrárias no país, em 1961, e na transformação da UREMG numa das mais qualificadas instituições de pesquisa em ciências agrárias com reconhecimento internacional.

Se foram substantivos os avanços no campo da pós-graduação e da pesquisa na UREMG, não foi menor o seu decisivo papel na construção de um aparato de extensão rural, a partir da ACAR, Associação de Crédito e Assistência Rural, núcleo da ABCAR, Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural, embrião do sistema EMBRATER. Também significativo foi o papel dessas instituições de ensino e pesquisa em ciências agrárias mineiras, na constituição da EMBRAPA.

Em 1961, a Escola de Veterinária foi incorporada à Universidade de Minas Gerais, mediante a Lei n. 3.877, de 31/1/1961. Em 1960, a Escola de Veterinária conseguiu, com recursos do governo do Estado de Minas Gerais e da Fundação Rockefeller, construir sua sede própria na Gameleira.

Em 1969, a Escola Superior de Agronomia de Viçosa, ESAV, foi transformada em universidade, com o nome de Universidade Federal de Viçosa, que tem lugar de destaque entre as universidades brasileiras, seja pela excelência de seu ensino e de sua pesquisa, seja por seu notável trabalho de extensão rural. Entre as muitas linhas de pesquisa de excelência desenvolvida na UFV destacam-se duas que têm hoje particular relevância: a genética de plantas e a fisiologia de plantas tropicais.

Transferido para Belo Horizonte em 1942, o Curso Superior de Veterinária enraizou-se na cidade, articulou-se física e institucionalmente ao Instituto Biológico

do Estado de Minas Gerais, a atual Funed, e consolidou-se como instituição de excelência no ensino, pesquisa e extensão. Destaque-se o referente à pesquisa: “Em 1943, os 16 professores e os 41 alunos da Escola fundaram o Centro de Estudos de Veterinária, prenúncio de uma vocação de pesquisa a qual o corpo docente via dificultado em Viçosa e que se tornava realidade com a nova estrutura. Nesse mesmo ano foi lançado o primeiro número da revista científica *Arquivos da Escola Superior de Veterinária e Zootecnia*, hoje *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, periódico que, com sua qualidade e regularidade, tornou-se das mais renomadas publicações da área no país. O lançamento da revista aconteceu, de fato, no início de 1944.” (MENESES, 2012, p. 119).

5.6 O Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais



Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais, criado em 1944, como órgão da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas Gerais, foi inspirado tanto no Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, implantado em 1927, quanto no Instituto Nacional de Tecnologia, que funcionava no Rio de Janeiro. O ITI de Minas Gerais fez parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura que, naquela época, tinha a seu cargo uma série de atribuições que configuram o que se chama hoje de “desenvolvimentistas”. Com efeito, desde o final do século XIX, como resultado das repercussões, em Minas Gerais, da implantação da República, o governo estadual vai assumir tarefas ligadas a transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, informadas por dois grandes vetores: a busca da modernização econômica e institucional; e a afirmação do Estado como sujeito importante do processo de desenvolvimento regional e nacional.

Quando da inauguração do ITI, em 1944, o Secretário de Agricultura Lucas Lopes, disse: “Este laboratório foi criado pelo Governo para se tornar um centro de irradiação de ampla e profunda cultura técnica, um núcleo de formação de engenheiros altamente especializados e capazes. Será, também, um centro de pesquisas industriais e científicas para aqueles que já estão fabricando as nossas máquinas, os nossos produtos manufaturados. (...)”

“Só agora é proporcionado, aos que aqui produzem, o campo fecundo de experimentação científica, de pesquisa sistematizada, de controle racional da produção. (...)”

“Não sendo uma escola de engenharia ele será, contudo, a parte viva do ensino de engenharia. Sem ser um combinado de usinas ou de oficinas, ele será, entretanto, o órgão de controle e de aperfeiçoamento de nosso parque industrial.

“Mais do que isto, este Instituto, estabelecendo a articulação entre a indústria e o ensino, entre o gabinete e as oficinas, entre o laboratório e a fábrica, terá relevante e indiscutível missão social.” (LOPES *apud* GUIMARÃES, 1990, vol. 1, p. 331).

Não será ocioso sublinhar as significativas inovações e articulações institucionais desenvolvidas pelo ITI, que, de fato, foi experimento concreto, com expressivos resultados, na viabilização de interação entre governo, instituto de pesquisa, universidades e empresas.

A criação do ITI foi o resultado de uma confluência de instituições e da confirmação de certas vocações. O ITI foi implantado durante a gestão de Lucas Lopes à frente da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Engenheiro formado pela Escola de Engenharia da UFMG, em 1932, Lucas Lopes teve entre seus mais importantes colaboradores vários nomes formados pela Escola de Minas de Ouro Preto. O ITI também será a vocação mineratória de Minas Gerais, pela decisiva importância que ali sempre tiveram a geologia, a mineralogia e a metalurgia.

“O ITI de Minas Gerais foi criado pelo Decreto-Lei n. 983, de 9 de dezembro de 1943, que organizou a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Foi inaugurado em 2 de julho de 1944, com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas, e reorganizado pelo Decreto-Lei n. 1.516, de 12 de dezembro de 1945. A reorganização do instituto visou atender ao aumento e diversificação dos pedidos de assistência técnica especializada. (...) Além de um diretor com mandato de 4 anos, e de livre nomeação do governador, passou a ter um Conselho Técnico Consultivo, constituído de 6 membros, representantes das seguintes entidades: Escola de Engenharia da UMG, Secretaria de Agricultura, Federação das Indústrias, Secretaria da Viação, Sociedade Mineira de Engenheiros e Sociedade Mineira de Agricultores. (...) O ITI passaria a funcionar em regime de tempo integral com adicional de 50% nos salários vigentes de seus servidores. Sua estrutura orgânica passou a ser a seguinte:

Setores

- a. Química Tecnológica
- b. Geologia de Minas
- c. Metalurgia
- d. Materiais de construção
- e. Física Tecnológica
- f. Combustíveis e Motores Térmicos
- g. Estabilidade das construções
- h. Indústrias Têxteis

Serviços Auxiliares

a. *Seção Administrativa*

- I. Secretaria
- II. Contabilidade
- III. Almoxarifado
- IX. Portaria

b. *Documentos e Divulgação*

- I. Biblioteca
- II. Arquivo e Documentação
- III. Publicações
- IV. Serviço Fotográfico.”

(GUIMARÃES, 1990, pp. 391-392).

O ITI expandiu suas atividades ao longo da década de 1950, com oscilações, aparentemente, algo erráticas, sendo que a partir de 1958 as atividades do Instituto foram significativamente diminuídas.

Para chefiar o setor de geologia e geoquímica, Lucas Lopes convidou o renomado geólogo Djalma Guimarães, formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, que encontrou os laboratórios do ITI já estruturados por um grupo de químicos do antigo Serviço de Produção Mineral, órgão federal. Entre eles havia dois alemães, Alfred Schaeffer e Otto Rothe.

Djalma Guimarães foi professor em três universidades brasileiras: Escola de Minas de Ouro Preto, Universidade do Distrito Federal e Universidade Federal de Minas Gerais. Dirigiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), o Serviço Geológico do Brasil e o Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais (ITI). Foi um dos fundadores, em 1952, do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, que é hoje o Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CDTN).

Djalma Guimarães descreveu quatro novos minerais, aos quais deu nomes de grandes nomes da geologia brasileira: **eschwegeita**, em homenagem a Ludwig Von Eschwege, mineralogista e metalurgista alemão que esteve em Minas Gerais no início do século XIX; **arrojadita**, homenagem ao professor da Escola de Minas de Ouro Preto Arrojado Lisboa; **pennaíta**, em homenagem ao engenheiro José dos Santos Penna, diretor do ITI; **geannettita**, em homenagem ao engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, Américo René Gianetti, que foi prefeito de Belo Horizonte e Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, responsável pela elaboração do primeiro plano abrangente de desenvolvimento econômico do Brasil – **O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção**, de 1947, além de ter sido industrial e líder empresarial.

Na década de 1930, Djalma Guimarães deu sequência às suas pesquisas com trabalhos referenciais, como são: *À margem de “os satélites” do diamante*, publicado em 1934 pelo Departamento dos Serviços Geográfico e Geológico, da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais (GUIMARÃES, 1934). No mesmo ano, Djalma Guimarães, em parceria com Octávio Barbosa, publicou *Mapa geológico do Estado de Minas Gerais* (GUIMARÃES; BARBOSA, 1934), que juntamente com *Resumo de geologia do Estado de Minas Gerais* (BARBOSA, 1934) constituiu as bases para as pesquisas desenvolvidas pelo ITI.

Em 1945, Djalma Guimarães apresentou ao diretor do ITI, José Moreira dos Santos Penna, um programa de pesquisas de recursos minerais do Estado de Minas Gerais, em que estavam listados depósitos minerais que deveriam ser objeto de ações do ITI complementares ao que já estava sendo desenvolvido pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. São eles: minério de ferro; manganês; alumínio; cobre; cromo; níquel; estanho; metais para aços rápidos e especiais (vanádio, tungstênio, molibdênio, scheelita, stolzita); berílio, nióbio (columbio) e tântalo; dolomita; magnesita; calcário; fosfatos e sais potássicos; outros refratários (GUIMARÃES, 1946, pp. 1-10). Em 1946, Djalma Guimarães publicou os primeiros resultados do programa de pesquisa definido em 1945, com o título *Notas preliminares sobre a jazida do Barreiro. Município de Araxá* em que se revelou a existência de importantes jazidas de fosfato de cálcio (apatita), minério fundamental para a correção de solos e aumento da produtividade agrícola, sobretudo porque as jazidas de Araxá continham considerável presença de radioatividade.

No final da década de 1950, as atividades do ITI foram significativamente reduzidas. O definhamento do ITI tem algo de incompreensível tendo em conta os significativos sucesso e prestígio que granjeou. Em depoimento a Clélio Campolina Diniz, Lucas Lopes, criador do ITI, lamenta não ter sido capaz de evitar o fim do Instituto. Na década de 1970, as funções do ITI foram transferidas para o CETEC (Centro Tecnológico de Minas Gerais), depois de tentativa de instalá-lo na Fundação João Pinheiro (CETEC, 2002).

Entre as atividades centrais da Fundação João Pinheiro, quando de sua criação, estava a busca do desenvolvimento tecnológico do Estado de Minas Gerais. Em 1970, tiveram início estudos visando à criação de um Centro Tecnológico: “entidade sem fins lucrativos, operando sob contrato, com escopo multidisciplinar e estrutura interdisciplinar.” Em 1972, houve decisão sobre a instalação do Centro: “Estruturado juridicamente sob a forma de Fundação, que desenvolveria suas atividades estreitamente vinculadas à Fundação João Pinheiro. (...) O CETEC, nome que foi dado ao Centro, funcionou integrado à FJP até 1976, quando foi transferido à órbita da Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia. Sucedendo, na Administração Estadual, ao antigo Instituto de Tecnologia Industrial, de respeitável tradição, o CETEC estabeleceu como política não substituir a capacidade de pesquisa aplicada existente em Minas, mas, ao contrário, cooperar para ativá-la, utilizando-a mediante contratos ou subcontratos de pesquisa.” (CINTRA, 1979, pp. 16-18).

5.7 O Instituto de Pesquisas Radioativas

Em 1952, na Escola de Engenharia da UFMG, foi criado o Instituto de Pesquisas Radioativas, IPR, por iniciativa do professor Francisco de Assis Magalhães Gomes, professor de física daquela Escola e da Faculdade de Filosofia. Primeiro diretor do Instituto, Francisco de Assis Magalhães Gomes teve no professor Cândido Holanda Lima colaborador fundamental, como também foi decisivo o apoio da Escola de Engenharia, por meio de seu Diretor, professor Mário Werneck de Alencar Lima. “Com sua autoridade e vasta cultura, Magalhães Gomes teve enorme importância em muitas das iniciativas que vieram configurar a presença da ciência e da tecnologia em Minas. Foi sob a sua liderança que se criou, na Escola de Engenharia, em 1952, o Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR). As atividades do instituto compreendiam a prospecção de minérios radioativos e a produção de radioisótopos, os estudos em física nuclear e metalurgia e materiais. Mas sobretudo, foi o IPR o primeiro abrigo institucional para a prática coletiva da pesquisa. Seu legado é imenso e manifesta-se em todas as áreas das ciências exatas e da engenharia em nosso estado. Foi ali também que teve início, em 1957, o curso de Pós-Graduação em Energia Nuclear. Dirigido pelo professor Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, formava especialistas nesse campo e dava origem, em 1968, ao Curso de Ciências Técnicas Nucleares (CCTN), o primeiro mestrado no domínio das engenharias e das ciências exatas na UFMG.” (SILVA, 2012, p. 210).

Em 1960, foi instalado, já no campus da Pampulha, o reator de pesquisa Triga (Training and Research Mark I), adquirido junto à General Atomic, montado por especialistas em engenharia nuclear formados pela UFMG. “A partir das atividades desenvolvidas neste reator, formaram-se núcleos de alta competência científica, entre eles o Grupo do Tório, que se colocou desenvolver um reator brasileiro para a geração de energia elétrica, dentro de uma concepção original.” (SILVA, 2012, p. 213).

Depois de 1964, o Grupo do Tório passou a enfrentar dificuldades decorrentes de nova orientação política implantada que se voltou para a “compra de reator a urânio enriquecido nos Estados Unidos” e outras decisões sobre política nuclear, nos anos 1970, que esvaziaram o Grupo do Tório e causaram a dispersão de seus quadros (SILVA, 2012, p. 215).

Entre os muitos nomes significativos para a ciência e a tecnologia em Minas Gerais, que participaram do IPR, citem-se alguns poucos: José Israel Vargas, Ramayama Gazinelli, Geraldo A. C. Tupynambá, Carlos Urban, Márcio Quintão Moreno.

Em 1955, o professor Magalhães Gomes, num de seus muitos momentos de lucidez visionária, disse: “Para Minas Gerais, como nossa pesquisa nesse terreno é mais recente, julgo inicialmente seria mais interessante instalar no Instituto de Pesquisas Radioativas um acelerador de partículas convenientemente estudado, do tipo ciclotron ou acelerador linear.” (GOMES, 1955, p. 4).

O Instituto de Pesquisas Radioativas manteve estreita colaboração com o Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais. Djalma Guimarães, geólogo chefe do ITI, publicou trabalhos importantes no IPR e no ITI sobre material radioativo existente no planalto de Poços de Caldas: “O trabalho do Dr. Luciano J. de Moraes e do Dr. Djalma Guimarães é um estudo preliminar, no qual os autores depois de minucioso estudo de campo e análises de laboratório apontam as principais reservas uraníferas e aconselham a prospecção inicial das jazidas do Serrote, Taquai (ou Campo do Alemão), Três Barras, como também aconselham a prospecção do morro do Ferro, para tório e terras raras.” (BRANCO, 1956, p. 7).

O IPR recebeu, em 1953, a visita do grande físico norte-americano, Robert Openheimer, que dirigiu o Projeto Manhattan, que produziu as bombas atômicas que destruíram Hiroshima e Nagasaki. A essa altura, Openheimer sofria as consequências da onda mackartista que o perseguiu por suas posições de esquerda. Ao mesmo tempo, Openheimer passou a ser firme crítico do uso militar da energia nuclear. Sua visita ao IPR é acontecimento importante da história científica e tecnológica de Minas Gerais, como também o são as visitas de Marie Curie, ganhadora dos prêmios Nobel de Física e Química, e de sua filha Irene Joliot Curie, também ganhadora do Prêmio Nobel, em 1926, ao **Hospital do Radium**, pioneiro em Minas Gerais no uso terapêutico da radioatividade, fundado pelo Dr. Borges da Costa, em 1922.

No final dos anos 1960, estavam em andamento no IPR os seguintes projetos de pesquisa: Divisão de Física Nuclear e Radioatividade: 1) produção dos seguintes isótopos – P32, Na24, Cn51, I131; 2) desenvolvimento de novos métodos para a produção do radioisótopo de alta atividade (efeito Szilard-Chalmers), por Eládio Pimentel e Norma Alvarenga; 3) uso da turmalina como dosímetro de nêutrons, por Geraldo Tupynambá; 4) radiólise de bicromato de amônio e de acetilacetato de cromo, por Sr. José Vargas; 5) termoluminescência de cristais irradiados para determinação de idade de rochas, por Moacir Quintão Moreira; 6) mecanismo de fracionamento isotópico por eletroforese de Hg líquido, por João Branco S. Siqueira e Anísio Nunes dos Santos; 7) problemas ligados à termometria geológica, por Dr. Vargas e Moema Alvarenga; 8) termocromismo de compostos cristalinos de cromo, por Briciot Pereira; 9) recuperação de fragmento de recuo nuclear por meio de radiações ionizantes por Dr. Vargas; absorção de antimônio III por Schistosomos nos ratos, em colaboração com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, por José Rabelo de Freitas; 10) efeitos

isotópicos de recuo em composto de cromo, em colaboração com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e com o Laboratório de Betatron da Faculdade de Filosofia da USD, pelos Drs. Neila Seal e José Vargas; 11) dos efeitos induzidos da turmalina pelo componente térmico de nêutrons da colisão cósmica, pelo Dr. José Vargas e Clécio Murta; 12) levantamento das características do reator Triga, tais como fluxo e temperatura, por Harry Gomes, Maurício Mendes Campos e Osmar Campos Ferreira; 13) química nuclear do antinômio em complexos tartáricos, em colaboração com o Instituto de Química da Faculdade de Filosofia, por Mari Ignez Caceli (MORAES, 1971, 2º vol., p. 284). Além dessas pesquisas desenvolvidas na divisão de Física Nuclear e Radioatividade, o IPR também desenvolvia pesquisas em seus outros núcleos: Divisão de Metalurgia; Divisão de Química Analítica; Divisão de Química Física – Laboratório de Espectrografia, Laboratório de Radioquímica; Divisão de Geologia; Divisão de Eletrônica e Vácuo; Divisão de Pesquisas Radioativas; Divisão de Química (MORAES, 1971, 2º vol., p. 284-285).

São fontes importantes para a história do IPR, além de suas publicações específicas, os livros: *Humanismo e ciência para Francisco de Assis Magalhães Gomes*, organizado por Márcio Quintão Moreno (MORENO, 2006); *Ciência em tempo de crise. 1974-2007*, de José Israel Vargas, organizado por Márcio Quintão Moreno (VARGAS, 2007); *Desafiando fronteiras. Trajetória de vida do cientista José Israel Vargas*, de Lígia Maira Leite Pereira (PEREIRA, 2015); *Engenharia. História em construção*, organizado por Heloisa Maria Murgel Starling e Lígia Beatriz de Paula Germano (STARLING; GERMANO, 2012).

5.8 As áreas de fronteira da ciência e da tecnologia em Minas Gerais

Em julho de 2018, n. 269, ano 19, a *Revista Pesquisa FAPESP* trouxe uma matéria, com chamada de capa, sobre a etapa final de testes que permitirá, no final de 2018, a entrada em operação do acelerador linear de elétrons, Sirius, instalado no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) em Campinas: “o maior, mais complexo e versátil instrumento de pesquisa já construído no País; o Sirius, uma fonte de energia de última geração produtora de radiação síncrotron, um tipo especial de luz que permite investigar a estrutura da matéria na escala dos átomos e das moléculas.” (ZORZETTO, 2018, p. 19).

Essa grande conquista da ciência e da tecnologia brasileiras deve-se à competência e ousadia de nossos técnicos e cientistas, e à continuidade de esforços institucionais e financeiros que não sofrendo maiores discontinuidades e

constrangimentos dão mostras de que o país é capaz de fazer avançar a fronteira da pesquisa científica e tecnológica. De outro lado, o sucesso desse projeto, seus aspectos efetivamente virtuosos, precisam ser confrontados com um dado, também indescartável, que é o atraso com que tomamos iniciativas estratégicas transformadoras no âmbito da ciência e da tecnologia. Poucas páginas atrás lembrou-se, aqui, de artigo de Francisco de Assis Magalhães Gomes, que, em 1955, propunha, para Minas Gerais, “instalar no Instituto de Pesquisas Radioativas um acelerador de partículas convenientemente estudadas, do tipo ciclotron ou acelerador linear.” (GOMES, 1955, p. 17). Não seria ocioso se, a partir daqui, se fizesse uma longa catilinária sobre a incúria, a inépcia de nossos governantes, sua efetiva responsabilidade, pelo atraso e precariedade de nossas ciências e tecnologias. Ainda que pertinente, não se vai imprecisar contra a negligência das elites políticas e empresariais brasileiras. Mais adequado, talvez, seja indicar efetivas áreas em que a ciência e a tecnologia em Minas Gerais podem alcançar níveis de excelência compatíveis com as necessidades do país e das tendências hegemônicas no mundo contemporâneo.

É forçoso reconhecer o quanto têm avançado a ciência e a tecnologia e a inovação no Brasil. Só nos anos 1930, efetivamente, teve início a implantação de sistema universitário no Brasil; apesar disso, o país também já se coloca, hoje, em posição ponderável no quadro internacional.

Os avanços verificados não devem ser subestimados, é claro, nem devem ocultar precariedades, que continuam existindo, nem impedir que se constate a grande defasagem que existe entre nossa capacidade científica e a apropriação tecnológica dos novos conhecimentos produzidos.

Registre-se, também, que algumas das áreas em que a produção científica brasileira é mais significativa são aquelas sintonizadas à sua base de recursos naturais e à sua estrutura produtiva, que, incidentalmente, também estão entre as áreas mais sensíveis do mundo contemporâneo, a saber: ciências agrícolas, ciências das plantas e zootecnia, ciências da saúde, biodiversidade e meio ambiente, biologia, bioquímica, biologia molecular e genética, entre outras áreas (sciencewatch.com).

Entre os muitos fatores que explicam esses avanços se impõe, desde logo, que é a continuidade das políticas conduzidas pelas agências de fomento, desde a criação do CNPq e da CAPES, em 1951, e incrementadas com a criação das fundações estaduais de apoio à pesquisa.

De todo modo, se muito há que comemorar, também não se deve perder perspectiva crítica, comparativa, seja olhando para casos de fracassos rotundos, como o da Rússia, outrora tão poderosa neste campo, seja considerando o caso da Coreia do Sul, que até os anos 1970 tinha posição pior que a nossa e que nos superou tanto no campo científico, quanto nos atropelou no campo tecnológico.

O financiamento da inovação também se institucionalizou com a criação dos Fundos Setoriais a partir de 1999, apesar de seu funcionamento só ser efeti-

vo a partir de 2003. Esses fundos são instrumentos de uma política científica e tecnológica e buscavam o provimento de recursos públicos para fomentar a articulação entre ciência e tecnologia, algo inédito desde a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), em 1969. Juntamente com esses fundos pode-se citar a Política de Inovação Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE, 2003), e a Lei do Bem (Lei n. 11.196/2005) e a Lei da Inovação (Lei n. 10.973/2004) como políticas públicas que explicitam a importância da inovação tecnológica no desenvolvimento econômico no rol das políticas públicas.

Também alvissareira foi a criação, em 2008, da rede de institutos nacionais de ciência e tecnologia, com recursos na ordem de R\$ 553 milhões, distribuídos por 101 institutos. Esses institutos receberão recursos do FNDCT (Ministério da Ciência e da Tecnologia), do CNPq, da CAPES, do BNDES, do Ministério da Saúde e de agências estaduais de fomento (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas, Pará e Santa Catarina).

A distribuição dos institutos por áreas é a seguinte: Saúde, 36; Agronegócio, 9; Engenharia, física e matemática, 9; Biologia e nanotecnologia, 7; Tecnologias de informação, 7; Amazônia, 6; Ciências Sociais, 6; Biodiversidade e ambiente, 6; Energia, 4; Antártida e mar, 3; Nuclear, 2; Outros, 6.

Houve, como se vê, preocupação de contemplar áreas com um forte sentido social (saúde), econômico (agronegócio), socioambiental (Amazônia e Biodiversidade e ambiente), e áreas de fronteira tecnológica (Biotecnologia e nanotecnologia).

Minas Gerais foi o terceiro estado com o maior número de institutos, atrás do Rio de Janeiro, com 16, e de São Paulo, com 36, apesar da Agência Mineira, FAPEMIG, ter aportado mais recursos, 34 milhões, contra 32 milhões da agência do Rio de Janeiro.

Por outro lado, tanto o volume de recursos, quanto a sua distribuição espacial vão na direção da concentração especificamente paulista da ciência e da tecnologia no Brasil. Ao mesmo tempo que os institutos estão sendo criados, o Parque Tecnológico de São José dos Campos está recebendo 310 milhões de reais de investimentos para a montagem de dois laboratórios, o que corresponde a mais de 50% dos recursos destinados aos institutos. Um laboratório no valor de 90 milhões de reais com quatro linhas de pesquisa – 2 laboratórios de estruturas metálicas; 1 laboratório de estruturas de plástico reforçado (resinas e fibras plásticas e naturais); 1 laboratório de laminação de chapas metálicas – financiadas por um consórcio entre a EMBRAER, a FINEP, o BNDES e instituições públicas de São Paulo. Outro laboratório, no valor de 210 milhões de reais, o **Centro de Tecnologia em Energia, CTE**, dedicado à pesquisa da produção de energia em bases sustentáveis, também está sendo montado no Parque Tecnológico de São José dos Campos, mediante parceria entre o BNDES e a Vale. Os primeiros resultados já foram alcançados com o teste bem-sucedido de um protótipo de

turbina a gás. Nesse laboratório, está prevista a contratação de 130 pessoas, sendo 70 mestres e doutores.

Os dois exemplos trazidos aqui têm o propósito de chamar a atenção para ações no campo científico e tecnológico, que, de nenhum modo, estão vedados para Minas Gerais, posto que o estado tem capacitação científica, tecnológica e financeira para desenvolver ações similares.

É a partir da mesma perspectiva que se deve considerar as ações desenvolvidas pela China e a União Europeia no referente às transformações de suas matrizes energéticas. No caso da União Europeia, representantes de seu Conselho, do parlamento Europeu e da Comissão Europeia estabeleceram um princípio de acordo para que as energias renováveis (hidráulica, solar, biomassa, eólica, geotérmica e maremotriz) representem 20% do consumo de energia da U.E. em 2020 (EL PAÍS, 10/12/2008).

Também a China está desenvolvendo um ambicioso projeto de construção de usinas elétricas eólicas e solares, ao mesmo tempo que desacelera seus investimentos na geração de energia à base de carvão e petróleo. Não é diferente o que ocorre nos Estados Unidos, onde tramita projeto na Câmara de Deputados que obrigará as grandes empresas geradoras de energia a “que derivem pelo menos 15% de sua energia, até 2020, de uma combinação de economia de energia e energia renovável – incluindo usinas hidrelétricas construídas a partir de 1992.” (O ESTADO DE S. PAULO, 6/7/2009).

Também no final de 2008, o estado do Havaí anunciou o plano de estabelecer um sistema de transporte alternativo baseado em carros elétricos, que teriam acesso a uma rede “inteligente” de recarga de baterias e pontos de troca de baterias, quando for o caso. Na Alemanha, a companhia elétrica RWE e a fábrica de automóveis Daimler têm projetos de pontos de recarga para baterias de carros elétricos, em Berlim. Nos países nórdicos, anuncia-se o lançamento de um veículo elétrico com 180 km de autonomia. A mesma matéria do *El País*, que trouxe essas notícias, também informou os esforços de dezenas de laboratórios no mundo inteiro para a melhoria das baterias, sendo forte a tendência de utilização do lítio como componente dessas baterias pela economia de tempo de recarga que elas trazem (EL PAÍS, 10/12/2008).

A escolha dos exemplos anteriores está longe de ser aleatória, na medida em que, registrando algumas tendências do desenvolvimento tecnológico contemporâneo, explicita as efetivas possibilidades da ciência e da tecnologia praticadas em Minas Gerais.

Os últimos trinta anos da história mundial têm sido marcados por uma tal intensidade e diversidade de transformações econômicas, políticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, que a frase “tudo que é sólido desmancha no ar” deixou a condição de metáfora para se afirmar como exata realidade.

A sensação de aceleração do tempo, do encolhimento do espaço, da efetiva-

ção da aldeia global, isto é, da interação em tempo real, de diversas e heterodoxas redes sociais espalhadas pelo planeta é mais que um fenômeno subjetivo e impressionístico, sendo, de fato, resultado de uma efetiva transformação nas formas de sociabilidade resultante tanto das novas tecnologias da comunicação e de informação, quanto da reconfiguração das relações político-sociais a partir da emergência de novas gerações de direitos e sujeitos além dos direitos individuais e privatistas. Fala-se hoje de direitos de terceira geração, que se seguem aos direitos sociais e coletivos, que marcaram o Estado de Bem-Estar Social e que se expressam sob a forma de direitos difusos, cuja titularidade é a própria sociedade, como é o caso do direito a um meio ambiente saudável, do direito à preservação do patrimônio artístico e cultural, do direito à preservação da paisagem, à preservação de bens simbólicos, que são todos constitutivos da memória social e esta é condição essencial para a mobilização de ações capazes de transformar e emancipar.

Falou-se aqui de transformações vertiginosas, que surpreendem e desafiam. Quantos, tomando em conta a realidade do início dos anos 1970, da URSS, China, Coreia do Sul, Taiwan, por exemplo, poderiam vislumbrar o que se assistiu desde então? E, no entanto, tanto o extraordinário desmoronamento da União Soviética, quanto o vigoroso crescimento das economias da Coreia do Sul e de Taiwan, quanto o prodigioso crescimento chinês são explicáveis pela aplicação em todos esses casos de políticas sistemáticas de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, sem que isso signifique interditar o papel das contingências, dos acasos e surpresas, que também fazem parte do processo histórico.

Assim, é preciso ver o sucesso dos processos de *catch-up* da Coreia, de Taiwan como resultado de políticas sistematicamente praticadas de constituição de **Sistemas Nacionais de Inovação**, como também é forçoso reconhecer, no caso da URSS, o quanto o seu sistema de inovação padecia sempre de hipertrofia e segmentação, que, bloqueando a livre produção e circulação de conhecimento, acabou por impedir a permanente atualização científica e tecnológica, condição essencial para o êxito de qualquer sistema de inovação.

De resto, o caso chinês é também exemplar em mostrar a centralidade da mobilização sistemática e continuada de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico no conjunto das políticas de desenvolvimento econômico.

Tendo em conta a experiência internacional, é legítimo reconhecer, em Minas Gerais, a existência de consistentes pré-requisitos para o desenvolvimento científico e tecnológico, a saber: a) em primeiro lugar, os exemplos bem-sucedidos de países e regiões que mediante políticas coerentes, isto é, com objetivos claros, instrumentos e financiamentos adequados, realizaram processos exitosos de *catch-up*; b) a existência, em Minas Gerais, de consideráveis elementos qualificados – instituições públicas e privadas, centros de pesquisas, universidades, pesquisadores, empresas – indispensáveis à constituição de um efetivo sistema

de inovação; c) finalmente, a existência, em Minas Gerais, de competências capazes de aproveitar “janelas de oportunidade” em algumas áreas de fronteira do desenvolvimento científico e tecnológico contemporâneo.

Nos últimos anos, tanto o governo federal – por meio do Ministério de Ciências e Tecnologia, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, CGEE, das agências federais de fomento ao ensino, à pesquisa e à inovação, como CNPq, CAPES, FINEP –, quanto governos estaduais – por meio das secretarias estaduais de ciência e tecnologia e das agências estaduais de apoio à pesquisa e à inovação – têm desenvolvido esforços no sentido da implantação de políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo, que têm esbarrado, sempre, em descontinuidades e contingenciamentos que comprometem os objetivos que se busca alcançar, mesmo quando eles estão adequadamente identificados e há capacitação científica e gerencial envolvida.

Significativos têm sido os esforços conduzidos por sucessivas gestões à frente da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais, além do decisivo papel da FAPEMIG, desde sua criação em 1986 (DELGADO, 2006; PEREIRA, 2012).

A SECTES tem tido atuação importante em fóruns nacionais, como as Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (ANAI, 2005) e na consolidação do Sistema Mineiro de Inovação (SIMI) (SECTES, 2010).



Foto: Luiza Freitas Therezo. "Independência".

6.

MAIS 300 ANOS,
MAIS 350...
UMA AGENDA



As comemorações dos 300 anos de Minas Gerais não se esgotarão nos eventos e celebrações programadas. De fato, o que efetivamente se busca com tais ações é mobilizar o melhor da nossa consciência crítica e de nosso espírito público para uma aposta, que tem como pressuposto a constatação de uma muito rica história, de uma significativa série de experiências e virtualidades nos campos cultural, científico, tecnológico, produtivo, social, educacional, natural que devidamente mobilizados podem viabilizar o processo de desenvolvimento de Minas Gerais a um tempo incluyente, solidário, sustentável e democrático.

Há mais de duzentos anos, os inconfidentes sonharam um país, projetaram-no. É certo que o projeto dos inconfidentes padeceu de ambiguidades em alguns de seus aspectos centrais: houve quem quisesse que o novo país adotasse a forma republicana de governo, havia quem, como Tomás Antônio Gonzaga, defendesse a monarquia constitucional. Ainda mais sensível e central, o fim da escravidão, também não foi consensual entre eles, apesar da firme posição de Alvarenga Peixoto, que defendia a abolição imediata, ele que era o maior proprietário de escravos entre os inconfidentes, com mais de cem pessoas escravizadas. Outros temas e questões contaram com adesão unânime, como a criação de uma universidade, a instalação de fábricas, a abertura de estradas, a melhoria das comunicações.

Trata-se, e seria um anacronismo exigir mais, de projeto que estava constrangido pelos limites de seu tempo, de suas condições de possibilidades e que, ainda assim, foi, em grande medida, procrastinado, como se vê no caso da criação de uma universidade em Minas Gerais, que só se deu em 1927, com a criação da UFMG. Pesaram contra o aperfeiçoamento e implantação do projeto dos inconfidentes a continuada hegemonia de forças políticas e sociais fundadas nos privilégios e nas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Se essa é constatação objetiva, que traduz realidade que se reiterou e se reproduziu ao longo do tempo, isso não tem impedido que, também renitentemente, desde sempre, gerações e gerações perseverem em continuar lutando pela plena emancipação da nossa sociedade, como liberdade, igualdade, diversidade, sustentabilidade. É essa forte e rica tradição que se quer honrar e atualizar, que está na base desta iniciativa da ALMG e da UFMG de comemoração dos 300 anos de Minas Gerais.

Já foi dito neste texto que não se ignora ou se subestima a gravidade do momento e os múltiplos obstáculos que se colocam para a transformação social, que, superando a iniquidade da pobreza e da miséria, seja capaz de se apropriar do melhor das novas tecnologias em sentido efetivamente emancipatório. Tal processo não será obra de poucos, não será o resultado de ação de minorias, ainda que esclarecidas e bem intencionadas. Para nós, ALMG e UFMG, está bem posta a certeza de que o que nos cabe nesse processo é buscar mostrar que Minas não nasceu ontem, que tem história rica e diversificada, que tem variadas fontes de poder e criatividade, que devidamente acionadas, isto é, partindo do necessário protagonismo das forças democrático-populares, serão capazes de construir outros 300 anos a partir da potencialização do que de melhor temos sido capazes de ser, e que vamos sintetizar em cinco grandes eixos, que funcionam neste contexto como pontos de agenda coletiva.

I. Distribuição da renda e da riqueza: trata-se aqui de invocar Amartya Sen e Celso Furtado, que, a partir do conceito de “distribuição primária de renda”, isto é, distribuição da terra urbana e rural, da universalização da habitação e do transporte de boa qualidade, de conhecimentos técnicos, artísticos, científicos e filosóficos, apontam a igualmente decisiva distribuição de habilitações, que permitam ao conjunto da sociedade a apropriação de novas tecnologias, de novos códigos e linguagens característicos do mundo contemporâneo.

II. Construção democrática: para além dos conteúdos consagrados da democracia como forma de representação e de governo, é essencial construir a democracia como produção de sujeitos políticos potentes, por meio da valorização de formas autogestionárias de poder e pelo controle social sobre as várias instâncias e esferas do poder estatal.

III. Novo padrão produtivo: que valorize o emprego, os salários dignos, os direitos e garantias sociais e previdenciárias, comprometido com a sustentabilidade ambiental, com a biodiversidade, com a diversificação da estrutura produtiva, com a preservação dos aquíferos, com a preservação das paisagens, com a preservação e valorização das populações tradicionais e suas formas de vida, trabalho e reprodução social. Este novo padrão produtivo demandará decisiva contribuição do aparato científico, tecnológico e inovativo tanto no referente às tecnologias voltadas para a produção material, quanto no campo das tecnologias socioculturais.

IV. Novo sistema cultural: que consiga superar as várias dicotomias que segmentam e hierarquizam o mundo da cultura a partir de clivagens como erudito x popular; tradição x vanguarda; artesanato x indústria; artesão x artista. Com efeito, todas essas clivagens, que durante muito tempo estabeleceram uma hierarquização entre a “alta cultura” e a “baixa cultura”, foram eclipsadas pelo avassalador domínio da “indústria cultural”, cuja consequência maior é transformar todas as manifestações culturais em mercadorias, interditando o atributo essencial e insubstituível da cultura que é ser o lugar da diferença, da alteridade, da criatividade, da experimentação. Controlada por grandes conglomerados multinacionais privados, a vida cultural contemporânea é hoje um dos núcleos centrais da acumulação de capital e de poder: da produção de imagens, da veiculação de notícias, da circulação de ideias, da comunicação interpessoal controlada por quatro ou cinco grandes empresas, o que configura uma nova/velha forma de servidão coletiva voluntária com um conjunto de consequências negativas, que ainda não estão inteiramente perceptíveis.

V. Transformar a cidade: pela ativação das múltiplas centralidades que disputam a cidade por meio da ampliação do espaço público, pela efetiva apropriação de todo o espaço público, dos seus objetos e equipamentos pela grande maioria da população hoje confinada a variadas formas de guetificação e gentrificação.



Greves. Mobilizações *História Geral de Minas*. José Maria Rabelo (org.), p. 340.

Bibliografia

30 ANOS. Semana de Poesia de Vanguarda (1963-1993). Belo Horizonte: SMC/PBH, 1993.

A REVISTA. Edição Facsimilar, São Paulo: [s.n.], 1978.

ALBUQUERQUE, Eduardo *et al.* Inovação tecnológica e desenvolvimento. In: GUIMARÃES, Tadeu Barreto *et al.* (org.) **Minas Gerais do século XXI**, vol. VII, Desenvolvimento Sustentável: Apostando no Futuro. Belo Horizonte: BDMG, 2002.

AMARAL, Chico. **A música de Milton Nascimento**. Belo Horizonte: Editora Gomes, 2013.

ANAIS, **Conferências Regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação. Você se envolve, o Brasil se desenvolve**. Brasília, MCT/ABIPITI, CGEE, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Introdução. In: MOTA, Dantas. **Elegias do país das Gerais**. Poesia completa, Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio Editora/INL, 1988.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**: O livro em seu tempo. São Paulo: IMS, 2010.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: EPUCMinas/Editora C/Arte, 2004.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. A pintura colonial em Minas Gerais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 8 EMC, 1978.

ANTONIL (João Antonio Andreoni). **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711)**. 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

ARAÚJO, Carlos da Silva. **Figuras e factos na história da farmácia no Brasil português**. Lisboa: Editorial Império, 1954.

ARAÚJO, Maria Marta. **Com quantos tolos se faz uma república?** Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista. Belo Horizonte: EUFGM, 2007.

ARAÚJO, Robson J. José Álvares Maciel: o químico inconfidente. In: GOLDFABER, José Luiz (coord.). **SBHC 10 Anos. Anais do IV Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. FAPEMIG/Anna Blume/Nova Stella, 1993.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ÁVILA, Affonso. **O teatro em Minas Gerais: Século XVIII e XIX**. Ouro Preto: PMOP/Museu de Prata, 1978.

AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 2 vols., [s.d.].

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed., São Paulo: Edições Melhoramentos/EUSP, 1971.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Dom João VI e a siderurgia no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

BARBOSA, Octávio. Resumo da geologia do Estado de Minas Gerais. In: MINAS GERAIS, Secretaria de Agricultura, Departamento dos Serviços Geográfico e Geológico/Serviço Geologia, **Boletim n. 3**, Belo Horizonte, 1934.

BARBOSA, Raul de Sá (Introdução, seleção e notas). **Antônio Torres: uma antologia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros: Quilombos em Minas Gerais**, Belo Horizonte, [s.n.], 1972.

BEN-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade**. Trad. port., São Paulo: LPE/EUSP, 1974.

BOMENY, Helena. **Guardiões da razão: Modernistas mineiros**. Rio de Janeiro: EUCFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BORGES, Márcio (Org.). **Clube da Esquina 40 Anos**. Belo Horizonte: AMCE/Imprensa Oficial, 2012.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOSCHI, Caio César. **O barroco mineiro: artes e trabalho**. São Paulo: Editora Brasileira, 1988.

BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: RI JUNIOR, Arno Dal; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **Humanismo latino no Brasil de hoje**. Belo Horizonte: PUCMinas/Fondazione Cassamarca, 2001.

BOTTINEAU, Yves. La Transmission des sources architecturales vers le Brésil du XVII-le siècle: des certitudes aux hypothèses. **Coloquio. Artes. Revista Periódica de Artes Visuais, Música e Bailado**, Lisboa, n. 25, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª série, ano 17, dez. 1975.

BRANCO, José Jaime Rodrigues. **Notas sobre a geologia e petrografia do planalto de Poços de Caldas MG**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia, Universidade de Minas Gerais, Instituto de Pesquisas Radioativas, 1956.

BUENO, Antônio Sérgio. **O Modernismo em Belo Horizonte**: década de vinte. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

BUENO, Antônio Sérgio. Afonso Ávila e a geração de *Tendência*. In: **SCRIPTA**, Literatura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e de CESPUC, Belo Horizonte, PUCMinas, vol. 1, n. 2, 1º semestre de 1998.

CÂMARA CASCUDO, Luis. **O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied no Brasil (1815-1817)**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1977.

CAMPOS, Carlos Augusto Ribeiro (Org.). **Atlas econômico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SAFCT, 1938.

CAMPOS, Francisco. **Pela civilização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Lê, 2005.

CANDIDO, Antonio; CASTELO, J. Aderaldo. **Presença da Literatura Brasileira**: I. Das origens ao Romantismo. 4. ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 2. ed., São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964, 1º Vol.

CARDOSO, Walter. A arte metalúrgica proposta por José Vieira Couto. In: GOLD-FARB, José Luiz (Coord.). **SBHC 10 Anos**: Anais do IV Seminário Nacional de História da Ciência. São Paulo: Annablume, 1983.

CARPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EUSP, 1968.

CARRATO, José Ferreira. **O iluminismo em Portugal e as reformas pombalinas do ensino**. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1980.

CARUSO, F.; TROPER, A. (Eds). **Ciência & Sociedade**: Perfis. Rio de Janeiro: CBPF/CNPq, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: O peso da glória. Rio de Janeiro/S. Paulo: FINEP/Companhia Editora Nacional, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Theófilo Feu de. **Ementário da história de Minas**: Felipe dos Santos Freire na sedição de Villa Rica. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1933.

CARVALHO, Theófilo Feu de. **O Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa)**. Belo Horizonte: Edições Históricas, 1934.

CARVALHO, Theófilo Feu de. **A força pública policial de Minas Gerais 1831-1890**. Belo Horizonte: APM/FJP/PMG, Coleção Mineiriana, 2014.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; SIMÕES, Rodrigo. Modernização e diferenciação econômica em Belo Horizonte. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 18, Número Especial, Cem Anos em Um. Novembro, 1997, Departamento de História, FAFICH, UFMG.

CETEC. **Ciência, tecnologia e estado**: Trajetória da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais/CETEC (1972-2002). Belo Horizonte. CETEC, 2002.

CHAGAS, Carlos. Nova tripanozomíase humana. Estudos sobre a morfologia e o ciclo evolutivo do *schizotrypanum cruzi* n. ges, n. SP, agente etiológico de nova entidade mórbida do homem. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Tomo I, Fascículo II, Rio de Janeiro, Manguinhos, 1909.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Arca de Noé**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

CHIAMPI, Irlemar. Introdução: A história tecida pela imagem. In: LIMA, José Lizana. **A expressão americana**. Trad. port., São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Fundação João Pinheiro**: notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados. Belo Horizonte: FJP/SEPCG, 1979.

CONGRESSO Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais (1903), Belo Horizonte: FSP, 1981.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**, Campinas: DEPE/IFCH, UNICAMP, 1978.

COSTA FILHO, Miguel. **A cana de açúcar em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IAA, 1963.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964.

CUNHA, Alexandre Mendes (Coord.). **Relatório final**: Módulo I. Prospecção de desenvolvimento científico e tecnológico. Agenda para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e inovação em Minas Gerais: 2010-2030. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, dez. 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Apresentação. In: RIBEIRO, Berta. G. **O índio na cultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1991.

DANGELO, André Guilherme; BRASILEIRO, Vanessa. **O Aleijadinho arquiteto**: outros ensaios sobre o tema. Belo Horizonte: EARQ/UFMG, 2008.

DANGELO, Jota. **Os anos heroicos do teatro em Minas**. São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Atheneu, 2010.

DANOWSKI, Deborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre medos e os fins. Florianópolis/São Paulo: Cultura e Barbárie Editora/Instituto Socioambiental, 2014.

DEL NEGRO, Carlos. **Nossa contribuição ao estudo da pintura mineira (Nor-te de Minas)**: pintura dos tetos de igrejas. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, 1978.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **FAPEMIG 20 Anos**: A construção do futuro. Belo Horizonte: PUC Minas, FAPEMIG, UFMG, 2006.

DIAS, Fernando Correia. **O movimento modernista em Minas**: Uma interpretação sociológica. Brasília: EBRASA, 1971.

DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais**: Projeto Intelectual e Político. Belo Horizonte: EUFMG, 1997.

DIAS, Fernando Correia. Prefácio. **Leite Criolo**, Edição Facsimilar, Belo Horizonte, ICAM, 2012.

DIAS, José Ramos. **Apontamentos históricos do sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto**. Ouro Preto: UFOP, 1989.

DINIZ, Clélio Campolina. Lucas Lopes. O visionário do desenvolvimento. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ano XLIV, n. 2, jul.-dez., 2008.

DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Coleção Mineiriana, 1994.

DOLABELA, Marcelo. Cronologia e Discografia da MPB em Belo Horizonte. **Revista Vária História**, n. 18, DH/FAFICH/UFMG, nov. 1997.

DUTRA, Waltencir; CUNHA, Fausto. **Biografia crítica das letras mineiras**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1956.

EL PAÍS. 10/12/2008

ESCHWEGE, Wilhelm Von. **Pluto brasiliensis**. Trad. port., Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EUSP, 1979, 2 vol.

ESCHWEGE, Wilhelm Von. **Brasil, novo mundo**. Trad. port., Belo Horizonte: FSP, Coleção Mineiriana, 1996, vol. I.

ESCHWEGE, Wilhelm Von. **Brasil, novo mundo**. Belo Horizonte: Coleção Mineiriana, FAPEMIG/FJP, 2001.

EULÁLIO, Alexandre. **Escritos**. Campinas: EUNICAMP, 1992.

EULÁLIO, Alexandre. Livro que nasceu clássico. In: MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: [s.n.], 1958.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. A reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In: MINAS GERAIS, Secretaria da Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2000.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. 2. ed., Brasília: EUnB, 2010.

FERREIRA, Martim P. Pontual Vasconcelos. **200 anos de mineralogia e arte de minas: desde a Faculdade de Filosofia (1772) até a Faculdade de Ciências e Tecnologia (1972)**. Coimbra: [s.n.], 1998.

FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP/EPU/CNPq, 1979, 1980, 1981.

FIGUEIREDO, Fidelino de. O que é a Academia (Real) das Sciencias de Lisboa (1779-1815). **Revista de História**. Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos. Lisboa, Livraria Clássica Editora, Outubro/Dezembro 1915, Ano IV.

FONSECA JÚNIOR, J. B. de Paula. **Porque deformava o Aleijadinho**, Rio de Janeiro: ENBA/UB, 1957.

FÓSCOLO, Avelino. **A capital**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Terra do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Apresentação. In: VASCONCELOS, Sylvio de. **Mineiridade e ensaio de caracterização**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da república**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977.

FREIRE, Sérgio; BELÉM, Alice; MIRANDA, Rodrigo. **Do Conservatório à Escola: 80 anos da criação musical em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: EUFGM, 2006.

FREYRE, Gilberto. **6 conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.

FRIEIRO, Eduardo. **O club dos graphomanos**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Edições Pindorama, 1927.

FRIEIRO, Eduardo. **Páginas de crítica e outros escritos**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1955.

FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na Livraria do Cônego**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1957.

FURTADO, João Pinto. **O Monte de Penélope**: História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde**: O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração. São Paulo: Annablume, 1996.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O império de Belo Monte**: Vida e morte de Canudos. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

GIANNETTI, Ricardo. **Ensaio para uma história da arte de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GOLGHER, Isaías. **Guerra dos Emboabas**. 2. ed, Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

GOMES, Alberto Coelho de Magalhães. **Apontamentos históricos da Escola de Pharmacia de Ouro Preto**. Ouro Preto: [s.n.], 1939.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. **Importância da energia atômica para o Brasil**. Belo Horizonte: Departamento de Energia Elétrica, Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, 1955.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. **História da siderurgia no Brasil**, Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1983.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Música na cidade**: Cartografia musical de Belo Horizonte, Belo Horizonte: Editora Gomes, 2011.

GOMES, Maria do Carmo Andrade (ORG.). **A canção das Palmeiras**: Eugenius Warming. Um jovem botânico no Brasil. Belo Horizonte: Coleção Mineiriana, FJP/FAPEMIG, 2006.

GOMES, Paulo Augusto. 100 anos de cinema em Belo Horizonte. **Revista Vária História**, n. 18, DH/FAFICH/UFMG, nov. 1997.

GOMES, Paulo Augusto. **Pioneiros do cinema em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte**. São Paulo: Editora Perspectiva/EUSP, 1974.

GRAMMONT, Guiomar de. **Aleijadinho e o aeroplano**: O paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARAENS FILHO, Alphonsus. Introdução. In: GUIMARÃES, Bernardo. **Poesias completas**. [s.l.]: [s.n.], 1959.

GUIMARAENS, Alphonsus. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1960.

GUIMARÃES, Anchieta. **Secretários de Agricultura de 1933 a 1988, Esboço-Administrativo**. Belo Horizonte: SEAPA, 1990.

GUIMARÃES, Bernardo. **Elixir do pajé. A origem do menstruo. Orgia de duendes**. Sabará: Edições do Bolso, 1988.

GUIMARÃES, Bernardo. **Poesias completas**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1959.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista**. São Paulo: Ícone, 1988.

GUIMARÃES, Djalma. **Contribuição à petrographia do Brasil**. Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: Imprensa Nacional, 1924, Boletim n. 6.

GUIMARÃES, Djalma. À **margem de “os satélites do diamante”**. Belo Horizonte, Serviço Geológico, Departamento dos Serviços Geográficos e Geológicos, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais: Oficinas Gráficas da Estatística, 1934.

GUIMARÃES, Djalma. **Nota preliminar sobre a Jazida do Barreiro, Município de Araxá**. Belo Horizonte: Instituto de Tecnologia Industrial, Veloso & Cia. Ltda., 1946.

GUIMARÃES, Djalma; BARBOSA, Octávio. **Mapa geológico do Estado de Minas Geraes**. Belo Horizonte: Serviço Geológico do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Agricultura, 1934.

GUIMARÃES, Feliciano; BRITO, Rocha. A Faculdade de Medicina de Coimbra (de 1290 a 1911). **Actas Ciba**, v. 4. ano XIX, n. 4, jun. 1952.

GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**. 5. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. 2. ed., Trad. port., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, 2º volume, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos da literatura colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael. **P.W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa**. Trad. port., Belo Horizonte: UEFMG, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil”. **Revista de História**. São Paulo, n. 100, v. 1, 1974.

IGLÉSIAS, Francisco. Apresentação. In: MARINHO, Padre José Antonio. **História do Movimento Político de 1842**, Belo Horizonte: Livraria Itatiaia/EUSP, 1977.

IGLÉSIAS, Francisco. **Três séculos de Minas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Biblioteca Pública Luiz de Bessa, 1985.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL. **Histórico e atuação do ITI no desenvolvimento técnico-científico em Minas Gerais**. Belo Horizonte: ITI, 1958.

JANCSÓ, István (Org.). **Cronologia de história do Brasil colonial (1500-1831)**. São Paulo: Departamento de História, FFLCH, USP, 1994.

JARDIM, Márcio. **O Aleijadinho**: Uma síntese histórica. Belo Horizonte: Stellarum, 1995.

JARDIM, Márcio. **Aleijadinho**: Catálogo geral da obra. Belo Horizonte: Editora RTKF, 2006.

JOSÉ, Oíliam. **Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 1965.

LAGE, Oscar Vidal Barbosa; ESTEVES, Albino (Orgs.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

LANARI, Cássio. **Rodrigo José Ferreira Bretas**: Biógrafo de Aleijadinho. Belo Horizonte: CEDM/UFGM, 1968.

LANGE, Francisco Curt. A música no período colonial em Minas Gerais. In: **Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LASMAR, Jorge. **História da Revista do Instituto Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s.n.], 2010.

LASMAR, Jorge. **O Instituto Histórico e Geográfico**: uma história centenária. 2. ed., Belo Horizonte: [s.n.] 2015.

LEMOES, Paulo (Ed.). **A história da Escola de Minas (1876-2013)**. 2. ed., edição trilingue. Ouro Preto: Livraria e Editora Graphos, 2013.

LENHARO, Alcyr. **As tropas da moderação**. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **O Aleijadinho e a arte colonial**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1942.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz e Minas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1945.

LIMA, Luiz Costa. **Pensando nos Trópicos (Dispersa Demanda II)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LIMA, Margarida Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix**: A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. **As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e Paraguai**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.

LIMA, Mário de. **Esboço da história literária de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1920.

LIMA, Mário de. **Collectanea de auctores mineiros** (Org.). Publicações do Centenário de Minas Gerais Vol. I. Escola Mineira-Pré-Românticos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

LISBOA, Henriqueta. **Vigília poética**. Belo Horizonte: [s.n.], 1968.

LISBOA, Henriqueta. Introdução. In: REZENDE, José Severino de. **Mistérios**. Belo Horizonte: CEM/UFMG, 1971.

LUND, Peter Wilhelm. **Memórias científicas**. Trad. port., Belo Horizonte: Bibliotheca Mineira de Cultura, Edições Apollo, 1935.

MACIEL, Luis Carlos Junqueira. Notícia Bibliográfica. In: MOTA, Dantas. **Elegias do país das Gerais**. [s.l.]: [s.n.], 1988.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco mineiro**. 2. ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. **Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial**. Brasília: [s.n.] 1993.

MAGALHÃES, Leonardo José. Introdução ao Estudo da Atividade Musical em Belo Horizonte. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 18, nov. 1997, , DH/FAFICH/UFMG.

MANHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. Trad. port., Porto: Editora Rés, [s.d.].

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. Trad. port., Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1963.

MARTINS, Bruno Viveiros. **Som imaginário**: A reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina. Belo Horizonte: EUFMG, 2009.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, 2 vols.

MARTINS, Roberto Borges. **Crescendo em silêncio**: A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM/ABPHE, 2018.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix/EUSP, 1977, 1979.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **A economia do café com leite (1900-1913)**. Belo Horizonte: CUFMG, 1981.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **O segredo de Minas**: A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MARX, Karl. **Introdução à contribuição à crítica da economia política**. Trad. port., São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MATA MACHADO FILHO, Aires. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MATA MACHADO FILHO, Aires. **O enigma do Aleijadinho e outros estudos mineiros**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**. São Paulo: EDUSC/ANPUCS, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal, paradoxo do iluminismo**. Trad. port., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **Chocolate, Pirata e outros malandros**: Ensaio tropicais. Trad. Port., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MEDAGLIA, Júlio. **Música impopular**. São Paulo: Global Editora, 1988.

MELO, Ciro Flávio Castro Bandeira de. **“Pois tudo é assim...”**: educação, política e trabalho em Minas Gerais (1898-1907). Dissertação de Mestrado, FAE/UFMG, 1990.

MENESES, José Newton Coelho. **Uma história veterinária**. Belo Horizonte: EUFMG, 2012.

MENEZES, José Newton Coelho. **O continente rústico. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000.**

MERQUIOR, José Guilherme. **A razão do poema**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira I. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1977.

MERQUIOR, José Guilherme. Notas para uma Muriloscopia. In: MENDES, Murilo. **Poesia completa e prosa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

MERTON, Robert K. **Teoria y Estructura Sociales**. Trad. esp., México: Fondo de Cultura Económica, 1964, Parte IV.

MIRANDA, Wander Melo. Silvino Santiago e a geração *Complemento*. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 23-27, 1998.

MONIZ, Edmundo. **Canudos**: a guerra social. 2. ed., Rio de Janeiro: Elo Editora e Distribuidora, 1987.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas (1889-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MORAES, Eduardo P. Affonso de. **História da Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1971, vol. II.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Teóricos e Científicos Editora, 1979.

MORAIS, Evaristo de. Prefácio. In: BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. port., São Paulo: A Terra Editora, 1959.

MORAIS, Frederico. Minas Sempre Viva. In: RIBEIRO, Marília Andrés. **Introdução às artes visuais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

MORENO, Márcio Quintão (Org.). **Humanismo e ciência para Francisco de Assis Magalhães Gomes**. Belo Horizonte: EUFMG, 2006.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. 3ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MOTA, Paulo Gama; CASALEIRO, Pedro. A Herança do Iluminismo. In: **EXPOSIÇÃO LABORATÓRIO DO MUNDO. Ideias e Saberes do Século XVIII**. São Paulo, CGC/Portugal; Ministério da Cultura, Universidade de Coimbra, Pinacoteca do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

MOTA, Dantas. **Elegias do país das Gerais**: Poesia completa. Rio de Janeiro e Brasília: José Olympio Editora, Instituto Nacional do Livro, 1988.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil**: Uma perspectiva histórica. São Paulo: CEETEPS/EUNESP, 1994.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **Educação técnica e tecnologia em questão**: 25 Anos do CEETEPS. Uma história vivida. São Paulo: CEETEPS/EUNESP, 1995.

MOURA, Emílio. **Itinerário poético**: poemas reunidos. 2. ed., Belo Horizonte: EUFMG, 2002.

NAVA, Pedro. **Baía de ossos**: Memórias 1. 4. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

NAVA, Pedro. Recado de uma geração. **A Revista**, 1978.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia**: Em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Editora Globo, 2008.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa etno-histórico**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1981.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**: revisão histórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 06/07/2009.

OLIVEIRA, Elysabeth Senra de. **Uma geração cinematográfica**: Intelectuais mineiros na década de 50. São Paulo: Annablume, 2003.

OLIVEIRA, José Marcelino de. Introdução. In: **INSTITUTO DETECNOLOGIA INDUSTRIAL, Histórico e atuação do ITI no desenvolvimento técnico-científico em Minas Gerais**. [s.l.]: [s.n.], 1958.

OLIVEIRA, Martins de. **História da literatura mineira**. 2. ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1963.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. **Correspondência ativa de João Roiz de Macedo**, vol. I. Ouro Preto:, CECO/Casa dos Contos/ESAF, 1981.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. **História de Portugal**. 2º Tomo, 8. ed., Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1913.

OLIVEIRA NETTO, Luis Camillo de. **História, cultura & liberdade**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

OLYNTHO, A. Memória histórica. **Annaes da Escola de Minas**. n. 7, Ouro Preto, 1905.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: Estratégia de persistência através de testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: EUFMG, 2001.

PARRELA, Ivana. **Teatro das desordens**: garimpo, contrabando e violência no Serão Diamantino – 1768-1800. São Paulo: Annablume/FAPEMIG/Pós-Graduação História UFMG, 2009.

PAULA, João Antonio de. A Inconfidência Mineira: revolução e limites. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 9, Rio Arte/Fundação Rio, 1989.

PAULA, João Antonio de. Memória e esquecimento. Belo Horizonte e Canudos: encontros e estranhamentos. **Vária História**, n. 18, Departamento de História, FAFICH, UFMG, Edição Especial, novembro de 1997.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

PAULA, João Antonio de. **Instituições de planejamento e de desenvolvimento de Minas Gerais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/BDMG, 2017.

PEDROSO, Enio Roberto Pietra (Ed.). **Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1911-2011)**, Belo Horizonte: Folium, 2012.

- PENA, Sérgio Danilo Junho. **Igualmente diferentes**. Belo Horizonte: EUFMG, 2009.
- PENNA, Maria Luiza. **Luiz Camillo**: perfil intelectual. Belo Horizonte: EUFMG, 2006.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Desafiando fronteiras**: Trajetória de vida do cientista José Israel Vargas. Belo Horizonte: EUFMG, 2015.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite (Org.). **Fapemig**: 25 Anos. História em Pesquisa. Belo Horizonte: EUFMG, 2012.
- PINTO, Virgílio Noya. **O ouro do Brasil e o comércio anglo-português**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.
- PIRES, Aurélio. História científica de Minas Gerais. In: DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais**: Projeto Intelectual e Político. Belo Horizonte: EUFMG, 1997.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 4. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.
- PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: EUNB, 1992.
- PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PROUS, André. **Arte pré-histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007.
- RAMALHO, Oyama de Alencar. **A Rasura**: Francisco de Lima Cerqueira e Antônio Francisco Lisboa, ainda... São João Del Rei: RCS Arte Digital/Fundação Lusíada, 2002.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais**: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte: EUFMG, 1982.
- REVISTA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL MINEIRA. Belo Horizonte, vol. II, Fascículo I, janeiro de 1924, S.M.A.
- REVISTA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL E COMMERCIAL MINEIRA, Belo Horizonte, vol. II, Fascículo VI, junho de 1924, S.M.A.
- REVISTA DE CINEMA, n. 1, janeiro-fevereiro, 1961; n. 2, maio-junho, 1961; n. 3, julho-agosto 1964; n. 4, setembro-outubro, 1964, Belo Horizonte.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ano XXXI, Belo Horizonte, 1980.
- REVISTA FORENSE. Repertório Forense. Vol. I-XXVI, Belo Horizonte (1904-1916), Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917, vol. LXVI, Ano XXXIII, Rio de Janeiro, 1936.
- RIBEIRO, Benedito; GUIMARÃES, Mário Mazzei. **História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil**. Edição Bilingue. São Paulo: Pro-service Editora, 1967.

- RIBEIRO, Berta G. **O índio na cultura brasileira**. [s.l.]: Revan, 1987.
- RIBEIRO, Júlio. **A carne**. Coleção Grandes Obras. São Paulo: Editora Escala, [s.d.].
- RIBEIRO, Marília Andrés. **Neovanguardas**: Belo Horizonte – Anos 60. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1997.
- RIBEIRO, Marília Andrés. **Introdução às artes visuais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2013.
- RICHA, Ana Lúcia Guimarães. **Uma vanguarda à moda de Cataguases**. Cataguases: Instituto Cidade de Cataguases, 2008.
- RIVERA, Bueno de. **Mundo submerso**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 4. ed., Tomo 2º, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.
- ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**. Belo Horizonte: EUFMG, 2008.
- ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. 16. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- ROSA, João Guimarães. **Ave, Palavra**. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978.
- RUBIÃO, Murilo. **Ex-mágico**. Rio de Janeiro: Editora Universal, 1947.
- RUFFATO, Luiz. **Os ases de Cataguases (Uma história dos primórdios do modernismo)**. Cataguases: Editora Empresa Instituto Francisco de Souza Peixoto, 2002.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940**. São Paulo: HUCITEC/INL, 1981.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Trad. port., Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EUSP, 1974a.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Trad. port., Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EUSP, 1974b.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)**, trad. port., Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/Edusp, 1974c.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Trad. port., Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EUSP, 1975a.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Trad. port., Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EUSP, 1975b.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. port., Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EUSP, 1975c.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Quadro geográfico da vegetação primitiva na província de Minas Gerais**. Trad. port., Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

SALA, Dalton. **Artes plásticas no Brasil colonial**. Tese de doutoramento, São Paulo: ECA/USP, 1996.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Das razões do modernismo**. Brasília/Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1974.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Projecto do Código Civil Brasileiro e Commentario**. Rio de Janeiro: H. Laemmert e Ci., 1884. 1887, 5 volumes.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. 3. ed., Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Acayaca: 1729**. Belo Horizonte: EPUC Minas, 2004.

SCHWARTZMAN, Jacques; SOUZA, Ricardo Cançado Gonçalves de. O esvaziamento bancário de Minas Gerais. **Revista da Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, FSP, março/junho, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: A formação da comunidade científica no Brasil**. 2. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

SCRIPTA, Literatura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e de CESPUC, Belo Horizonte, PUCMinas, vol. 1, n. 2, 1º semestre de 1998.

SECTES, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Minas avança na economia do conhecimento: Inovação: uma face do estado para resultado**. Belo Horizonte, SECTES, 2010.

SEGURADO, Milton Duarte. **O direito no Brasil**. São Paulo: José Bushatsky Editor/EUSP, 1973.

SENNA, Nelson C. de. **A terra mineira**. 2. ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1925 2 volumes.

SENNA, Nelson C. de. **Inventário do arquivo pessoal de Nelson Coelho de Senna**. Belo Horizonte: APCBH/SMC/PBH, 2000.

SILVA, Evando Mirra de Paula e. Pesquisa e pós-graduação na Escola de Engenharia. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula (Orgs). **Engenharia: História em construção**. Belo Horizonte: EUFMG, 2012.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução mineira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1968.

SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2001.

SOUZA, Eneida Maria de. *Edifício: que geração é essa?* **SCRIPTA**, Literatura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e de CESPUC, Belo Horizonte, PUCMinas, vol. 1, n. 2, 1º semestre de 1998.

SOUZA, Laura Mello e. **Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito**. Belo Horizonte: EUFMG, 1999.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil**. Vol. V. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

STANGERUP, Henrik. **Lagoa Santa: Vidas e ossadas**. Trad. port., Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1983.

STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (Orgs.). **Fundação Ezequiel Dias: Um século de promoção e proteção à saúde**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia (Orgs.). **Medicina: História em exame**. Belo Horizonte: EUFMG, 2011.

STARLING, Heloísa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula (Orgs.). **Engenharia. História em construção**. Belo Horizonte: EUFMG, 2012.

TAVEIRA, Celso. **Les Sources du Style de l'Aleijadinho**. Memoire, Louvain: ISA-HA/FFL/UCL, 1983.

TORRES, Antônio. **As razões da Inconfidência**. 3. ed., Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1925.

VALADARES, Virgínia Trindade. **Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos**. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Cultura Íbero-Atlântica, 2004.

VARGAS, José Israel. **Ciência em tempo de crise (1774-2007)**. Márcio Quintão Moreno (Org.). Belo Horizonte: EUFMG, 2007.

VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: CEETEPS/EUNESP, 1994.

VASCONCELOS, Diogo. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed., Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974a.

- VASCONCELOS, Diogo. **História média de Minas Gerais**. 4. ed., Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974b.
- VASCONCELLOS, Salomão de. **Verdades históricas**. Belo Horizonte: [s.n.], 1936.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa: O Aleijadinho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- VAZ, Alisson; CERÁVOLO, Adrienne. **BEMGE: a maturidade na adolescência**. Belo Horizonte: BEMGE, 1982.
- VEIGA, José Pedro Xavier de. **Efemérides mineiras (1664 a 1896)**. 2. ed., Belo Horizonte: FJP, 1998, Coleção Mineiriana, 3 volumes.
- VILLALTA, Luís Carlos. O diabo na livreria dos inconfidentes. In: NOVAES, Aduato (Org.). **Trunfo e história**. São Paulo: SMS/Companhia das Letras, 1992.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WIRTH, John. **O fiel da balança**. Trad. port., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC/EUSP, 1990.
- ZORZETTO, Ricardo. Salto para um brilho maior. **Revista Pesquisa FADESP**, ano 19, n. 269, jul. 2018.

Sobre o autor

João Antonio de Paula é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1973), Mestre em Economia pela Unicamp (1977) e Doutor em História Econômica pela USP (1988). É Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e do Cedeplar. Foi Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento e Pró-Reitor de Extensão da UFMG. Tem experiência nas áreas de economia e história, com ênfase em história econômica e economia política, atuando principalmente nos seguintes temas: economia política marxista, meio ambiente, história econômica, economia mineira, cidades.

Minas Gerais.

**Visão de conjunto
e perspectivas**

foi impresso sobre
papel offset 120 g
na Gráfica Formato,
em Belo Horizonte, MG,
em novembro de 2020,
para a Editora Scriptum.





ISBN 978-65-88915-00-4



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS**

Poder e voz do cidadão